

Anais do Circuito de Debates Acadêmicos programa e resumos

Número 1

Anais do
Circuito de
Debates Acadêmicos
programa e resumos

Número 1

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Substituto

Miguel Matteo

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Anais do
Circuito de
Debates Acadêmicos
programa e resumos

Número 1

I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS

II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO

Realização: Associações de Pós-Graduação e Ipea

Brasília, 23 a 25 de novembro de 2011

Brasília, 2012

ipea

Circuito de Debates Acadêmicos : programa e resumos (1 : 2011 : Brasília, DF)
Anais do Circuito de Debates Acadêmicos : programa e resumos. – Brasília :
Ipea, 2012.

110 p.

I Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas; II Conferência do
Desenvolvimento.

ISSN 2238-5975

1. Ciências Humanas. 2. Ciências Sociais. 3. Desenvolvimento Econômico.
4. Brasil. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 300.72

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Ficha Técnica

Elaboração

Assessoria de Planejamento e
Articulação Institucional de Projetos
e Pesquisas – Aspla/Presi

Organização Acadêmica

Aristides Monteiro Neto
José Carlos dos Santos

Editores

Aristides Monteiro Neto
José Carlos dos Santos

Informações

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Aspla – Assessoria de
Planejamento e Articulação
Institucional de Projetos e Pesquisas
SBS – Quadra 1 – Bloco J
Edifício BNDES – 15º andar
CEP: 70076-900 – Brasília-DF
Fone: (+55 61) 3315-5243
Fax: (+55 61) 3315-5321
E-mail: aspla.presi@ipea.gov.br

Expediente Aspla

Aristides Monteiro Neto
Marco Aurélio Garcia
Ronaldo Dias
Deise Nascimento de Lemos
Maria Celina Jardim
Cristiane Souza Cruz
Robson Souza Duarte
Nycole Mariane R. de Sousa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
PROGRAMAÇÃO DAS MESAS	11
RESUMOS DOS ARTIGOS	33
ÁREA 1: DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS	33
ÁREA 2: O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO.....	37
ÁREA 3: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	45
ÁREA 4: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	53
ÁREA 5: CIÊNCIAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO.....	64
ÁREA 6: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	72
ÁREA 7: DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO: AÇÕES, ESCALAS, RECURSOS.....	73
ÁREA 8: DIREITO E DESENVOLVIMENTO.....	91
ÁREA 9: COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	95
ÁREA 10: DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	100
ÁREA 11: DESENVOLVIMENTO E SOCIOLOGIA.....	104

APRESENTAÇÃO

O Ipea acredita que o debate sobre o desenvolvimento brasileiro, para ser consequente e sólido, deve incorporar tanto quanto possível a multidimensionalidade dos fenômenos e de processos da vida cotidiana. Por esta razão, convidou um amplo espectro da academia brasileira em ciências humanas¹ para elaborar e produzir um debate compartilhado devotado à reflexão sobre o Brasil atual.

Pensar o Brasil considerando suas múltiplas facetas, bem como suas particularidades regionais e territoriais é tarefa de grande monta, a qual será mais bem produzida juntamente com o suporte da maturidade e do enraizamento já alcançados pela academia brasileira. É objetivo do Ipea contar com esta última para ampliar, de modo permanente, o debate a ser oferecido à sociedade brasileira acerca do tema das políticas públicas.

A experiência contemporânea brasileira, desde meados dos anos 1980, vem sinalizada pelo fortalecimento dos espaços democráticos e tem sido, reconhecidamente, um ativo e um legado da nossa sociedade depois de anos sob o arbítrio e a repressão.

Sob os signos da liberdade e da vida democrática, o país vem constituindo importantes novas agendas de políticas públicas devotadas à superação de mazelas históricas. Em particular, a agenda social alicerça-se sob duas vertentes concomitantes: *i*) de universalização de direitos sociais na saúde, educação e previdência social; e *ii*) de transferências de renda para os mais pobres e miseráveis. Ambas as experiências têm apontado para o êxito de ações coletivas quando são referendadas pelo consenso social e político, ultrapassando os mandatos governamentais e transformando-se em agendas de Estado.

Há, por certo, muito a ser feito. Nossos problemas urbanos, regionais e ambientais estão a requerer ainda reflexões importantes e em caráter renovado diante da cambiante realidade econômica mundial. Ademais, à medida que o país se abre para a perspectiva inclusiva e democrática, novos atores sociais se fortalecem e passam a pressionar por novas demandas econômicas, sociais e políticas.

1. Representado aqui por onze (11) associações de pós-graduação: Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); Associação Nacional de História (ANPUH); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR); Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi); Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Torna-se cada vez mais premente a adoção de abordagens – ora em múltiplas escalas territoriais para apreender o conjunto das regiões do país, ora na multidisciplinaridade das ciências humanas – de maneira a abarcar campos do saber na ciência política, antropologia, sociologia, comunicação, direito, economia, serviço social e história, entre outras ao refinamento de diagnósticos mais densos.

Para além de ser uma instituição de pesquisa econômica, o Ipea é uma referência nacional no debate sobre as políticas públicas. Sua missão é, portanto, realizar este debate em modo ampliado contando com o melhor do saber e do conhecimento que nossa sociedade vem alimentando e produzindo na sua academia. O Ipea tem o dever de valorizar este esforço nacional e o faz agora por meio desta oportuna e vigorosa cooperação com associações acadêmicas de pós-graduação.

Os Editores

A consolidação para publicação dos resumos dos trabalhos apresentados durante o primeiro Circuito de Debates Acadêmicos, que aconteceu como parte da programação da II Conferência do Desenvolvimento, em novembro de 2011, significa um esforço muito grande e, também, um enorme êxito, da parceria entre o Ipea e onze (11) associações nacionais de pós-graduação (ABA, ABCP, ABEPSS, ANPEC, ANPED, ANPOCS, ANPUH, ANPUR, Conpedi, Intercom e SBS) em ciências humanas.

A chamada pública para apresentação de trabalhos no I Circuito de Debates Acadêmicos recebeu pouco mais de 750 textos. A seleção – realizada conjuntamente por pareceristas das associações e técnicos do Ipea - elegeu os 273 artigos divididos em onze áreas temáticas, cujos resumos compõem estes anais. Os artigos selecionados também foram publicados na forma de DVD e estão igualmente disponíveis no portal do Ipea, na internet.²

O Ipea acredita que um painel representativo de reflexões sobre o desenvolvimento brasileiro está, pois, à disposição da sociedade, da academia e dos governos para consulta, análise, interpretação. Uma marca mais evidente, entretanto, que cingiu bom número de artigos, foi a da preocupação com a forma como se apresenta o desenvolvimento nacional na última década: os novos atores políticos e sociais; as novas demandas cidadãs; a reiteração de desigualdades espaciais e pessoais; a emergência de novas classes médias; a violência no mundo rural; as mídias e as novas manifestações de seu poder, entre muitos outros temas associados.

A partir dos textos, florescem desde novas questões relacionadas ao mundo do trabalho, à economia e ao trabalho solidários – os quais se agitam em meio à retomada do crescimento econômico – até passagens pela discussão do espaço e do território, temas de governança territorial, novas perguntas sobre o planejamento urbano em metrópoles ou interrogações sobre ordenamento e dinâmicas territoriais.

Em outra perspectiva disciplinar, as visões antropológicas trazidas pelos textos acerca do nosso desenvolvimento estão relacionadas com as questões sobre patrimônio cultural, moda e políticas públicas, questionam identidades e conflitos culturais, em meio a outros conflitos emergentes e renovam as perspectivas de interpretação sobre os Brasis atuais.

2. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

Na economia e na política econômica, as perspectivas macro e microeconômicas estão bastante exploradas. Vieram fortes os temas da possível (segundo alguns) desindustrialização da economia brasileira e da especialização tecnológica restrita; discute-se também a interação entre instituições e crescimento econômico e estratégias de crescimento. Há vários exemplos de experiências de arranjos produtivos locais ou regionais, que são analisados sob o ponto de vista de seu êxito e ou de seu fracasso.

No direito, aparecem as discussões sobre o Poder Judiciário e seu papel no desenvolvimento, o tema da intervenção do Estado na economia, direitos de grupos sociais específicos e planejamento público.

A ciência política conversou mais proximamente com os temas do direito – como seria de se esperar – e trouxe o debate sobre o desenvolvimento e a cultura política, a governança de esquerda na América Latina, o autoritarismo político, a geografia do voto, entre outros.

Na história, o debate foi brindado com poucas, mas sólidas, discussões sobre símbolos nacionais, sobre instituições como Exército brasileiro e novas abordagens sobre a escravidão.

Na área de comunicação, a democratização do Estado digital, a democracia via *Web* e o debate amplo sobre o papel das novas tecnologias na (e para) democratização da comunicação num país já bastante desigual como o Brasil são temas recorrentes.

Além da variedade temática que se descortinou, também outro recorte importante veio à luz: o da diversidade regional da produção acadêmica realizada. Houve uma promissora desconcentração regional da produção, a qual não se restringiu a universidades consagradas do eixo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas foi além, em direção ao Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco e Espírito Santo.

Ademais, outro aspecto revelador é que muitos artigos foram produzidos em departamentos universitários – federais e estaduais – de cidades médias e do interior do país: Maringá-PR; Londrina-PR; Americana-SP; Campina Grande-PB; Pelotas-RS; Caruaru-PE; Uberlândia-MG, entre outras.

O estágio de maturidade e diversidade da produção da academia brasileira em ciências humanas, pelo que se vê aqui, já está bastante adiantado. Suas reflexões e o capital acumulado sobre a compreensão do Brasil são notáveis e devem ser motivo de orgulho e de atenção para todos os que se envolvem na discussão e elaboração de políticas públicas, como é o caso do Ipea.

Sem dúvida, esta ampla agenda de temas sobre o desenvolvimento nacional é a maior riqueza que nos trazem esses trabalhos que agora vêm a público.

Aristides Monteiro

Coordenador do Circuito de Trabalhos Acadêmicos da II Code

PROGRAMAÇÃO DAS MESAS

I. Desenvolvimento: desafios e perspectivas antropológicas

Sala JORGE AMADO

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Antropologia e desenvolvimento: balanço crítico de uma relação problemática (Peter Schroeder – UFPE)
2. Desenvolvimento com aspas: do trabalho independente ao “empreendedorismo” (Alana Moraes de Souza – UFRJ)
3. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre universalismos e particularismos (Alícia Ferreira Gonçalves – UFPB; Alcides Fernando Gussi – UFC)

Coordenação: Luiz Eduardo Parreiras (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Notas sobre uma reflexão: antropologia, desenvolvimento, quilombos (Vera Rodrigues – USP)
2. Patrimonialização e desenvolvimento (Sandra Siqueira da Silva – Unimontes)
3. Pós-desenvolvimento: culturas de auditoria e etnografia de projetos: problemas recentes em antropologia do desenvolvimento (Guilherme Francisco W. Randomsky – UFRGS)

Coordenação: Albino Rodrigues Alvarez (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. Máquinas, conexões e saberes: o mundo da internet e as práticas de inclusão digital nas classes populares em uma perspectiva etnográfica (Lucia Mury Scalco – UFRGS)
2. Moda e políticas públicas nas favelas cariocas: reorganização os espaços no Rio de Janeiro (Alexandra Santo Anastácio – UFRJ)
3. Trilha da costura: flexibilidade laboral ou escravidão (Rafael De La Torre Oliveira – UNICSUL)

Coordenação: José Mauro de Moraes (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. O lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica (Claudia H. C. Nascimento – UFPA)
2. Economia solidária no Piauí: desafios para a comercialização (Jhennyson Robert dos Santos e Solimar Oliveira Lima – UFPI)

3. Rotas de investimentos, redes de parcerias político-empresariais: dois fluxos da turistificação desenvolvimentista do Nordeste brasileiro no contexto pós-milagre (Hugo Ferreira Loss e Potyguara Alencar dos Santos – UnB)

Coordenação: Sandro Pereira Silva (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade (Leila Ribeiro Rodrigues, Felipe F. Guimarães e João Batista de A. Costa – Unimontes)
2. Identidades e conflitos nas técnicas de pesca da lagosta em Icapuí-Ceará (Eduardo do Prado Brasil – UFPE)

Coordenação: Frederico Augusto Barbosa (Ipea)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. As ações dos Programas de desenvolvimento na costa do nordeste brasileiro (Potyguara Alencar dos Santos – UnB)
2. Uma questão de palavras – Para pensar sensibilidades jurídicas (Felipe José Comunello – UFRGS)
3. A Cidade e o capital: um breve histórico da situação da classe operária (Elienne Maria Barbosa Ramos – UFMA; Paulo Aususto M. Nobre – Min. Público-MA)

Coordenação: Wesley Oliveira (Ipea)

II. Democracia e Desenvolvimento

Sala GILBERTO FREYRE

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Desenvolvimento e cultura política (Hemerson Luiz Pase – Unipel)
2. Estado e empresários na política industrial brasileira recente: processos de cooperação e mudança institucional (Jackson de Toni – ABDI)
3. A governança de esquerda na América Latina e a retomada do desenvolvimento diante da aquiescência às instituições da democracia liberal e parlamentar: o caso singular do Brasil (Carlos Eduardo Pinho – UERJ)

Coordenação: Bruno Cesar Araujo (Ipea)

Moderação: Acir Almeida (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Redistribuição de renda e democracia: mudanças no perfil político brasileiro (Augusto Berton Vedan e Flavio Oliveira Gonçalves – UFPR)
2. Democratização da gestão pública e representação da sociedade civil: a experiência do CDES (Priscilla Ribeiro dos Santos – UFRGS)
3. Autoritarismo instrumental e desempenho econômico em Roberto Campos: teoria e testes econômicos (Jaime Jordan Constantini e Mauricio Vaz Lobo Bittencourt – UFPR)

Coordenação: Felix Lopez (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas: uma política voltada para o desenvolvimento econômico e social (Fabrícia Correa Guimaraes – UFF)
2. O nó tributário: por que não se aprova uma reforma tributária no Brasil (Murilo de Oliveira Junqueira – USP)
3. Avaliação das capacidades institucionais dos municípios tocantinenses pertencentes ao território da Cidadania do Jalapão (Marcos da Silva Fernandes e Eder Lucinda Pereira – UFT)

Coordenação: Acir Almeida (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. A geografia do voto no Brasil nas eleições municipais de 2008: uma análise com efeito *threshold* (Pablo Urano Castelar, Vitor Monteiro e Fernando D. Mayorga – UFC/Sobral)
2. Defensoria Pública e defensores no Brasil: um estudo sobre o acesso à justiça em contexto de judicialização da política (Ligia Mori Madeira – UFRGS)
3. A cooperação Sul-Sul revisitada: a política externa do governo Lula da Silva e o desenvolvimento africano (Roberto Goulart Menezes – UNB; Claudio Ribeiro – PUC-SP)

Coordenação: Joana Alencar (Ipea)

Sessão da tarde (sem programação)

III. Ciências Sociais e Desenvolvimento

Sala OLIVEIRA VIANA

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Estado e desenvolvimento: a política ambiental brasileiro como lócus de observação dos desafios de uma nova agenda desenvolvimentista (Diogo Antunes Silva e Bruna Ranção Conti – UFJF)
2. Agricultura familiar em áreas de relevância ambiental: desafios e perspectivas para a adoção de práticas ambientalmente adequadas (Ana Paula Valdiones e Luiz Carlos B. Filho – USP)
3. Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira: a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro do Xapuri (João Maciel de Araújo – UFAC)

Coordenação: Wesley Oliveira (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Desenvolvimento, projeto nacional e os dilemas da construção da identidade nacional no Brasil (Antonio de Pádua Brito, Ministério das Comunicações)
2. Linhagens e variantes do pensamento dependentista (José Elesbão de Almeida)
3. Geopolítica de território e territorialidade: dilemas na construção de “identidades comunitárias” na Roupas Suja, Rocinha (Courtney Ivins e Inês Maria S. Maciel – PUC-RJ)

Coordenação: José Carlos dos Santos (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. Novos caminhos para a participação social na administração pública brasileira: a experiência da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Mariana Siqueira de C. Oliveira – ENAP-DF)
2. O sistema privado de saúde: a reconfiguração do sistema de saúde brasileiro (1988- 2010) (Ricardo de Lima Jurca – UNIFESP)
3. Pacto Federativo no Brasil: coordenação e controle social das políticas públicas de assistência (Ana Cláudia Farranha, André Luiz Serrano e José Carneiro Neto – UnB)

Coordenação: Fernando Michelotti (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: desenvolvimento rural e participação relativa dos principais estratos sociais do setor (Daniete Fernandes Rocha – UFMG)
2. Arranjo produtivo local: um instrumento de desenvolvimento humano e melhoria de qualidade de vida? O caso da piscicultura em Restinga Seca-RS (Tanise Dias Freitas – UFRGS)
3. A dinâmica da agricultura familiar e a economia solidária: a experiência de inserção em mercados e a diversificação da Rede Xique-Xique (RN) (Andreyra Raquel de M. França, Emanuel M. Nunes e Jéssica Samara Lima – UFRN)
4. Uma avaliação da capacidade de pagamento de financiamentos em projetos de fruticultura no Pronaf em Pelotas (RS) (Cícero Zanetti de Lima e Mario Conil Gomes – UFPEL)

Coordenação: José Eustáquio Filho (Ipea)

Moderação: Fabio Alves (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. Modelo de desenvolvimento mexicano sob o NAFTA (North American Free Trade Agreement): exemplo para o Brasil? (Katiúscia Moreno Galhera Esposito – Programa San Tiago Dantas)
2. Internacionalização Born Global: perspectivas para um novo modelo de desenvolvimento das empresas nacionais (Diego Rafael de Moraes Silva – USP)
3. Lineamentos sobre a Cooperação Sul-Sul brasileira e sua política de transferência a partir de um estudo de caso (Maria do Carmo Rebouças dos Santos – PNUD)
4. Políticas públicas de integração física da Amazônia e a fronteira internacional do Amapá (Eliane Superti, Jadson Luís Porto e Carmentilla das Chagas Martins – UNIFAP)

Coordenação: Albino Rodrigues Alvarez (Ipea)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. O desenvolvimento na perspectiva institucional: algumas reflexões sobre o processo de legitimação junto à sociedade (Vinícius Claudino de Sá e Renato Santos de Souza – UFSM)
2. Políticas sociais comparadas na América Latina (Leila Maria D’Ajuda Bijos – UCB-DF)
3. *Expertise* e formulação de políticas: proposta de marco analítico e metodológico para investigação de *think tanks* brasileiros (Camila Carneiro Rigolin e Maria Cristina Hayashi – UFSCAR)

Coordenação: Joana Mostafa (Ipea)

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 7: 8h30-11h00

1. Transformações urbanas e desigualdade ambiental na Grande São Paulo (Elizabeth Borelli – PUC-SP)
2. A questão regional e estudo de caso sobre o complexo industrial e portuário de Suape (PE) (Debhora Fernanda Bento – UFPE)
3. Condições e desafios para concretização da sustentabilidade, enquanto conceito de base de políticas governamentais de desenvolvimento – Reflexão a propósito de uma formação social específica da Amazônia, a microrregião do Alto Solimões (José Geraldo N. Machado – UNEMAT)
4. Sustentabilidade como projeto para a vida associada (Oklinger Mantovanelli Jr. – URBlumenau)

Coordenação: Maria da Piedade Morais (Ipea)

IV. Desenvolvimento e Sociologia

Sala MACHADO DE ASSIS

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Integração produtiva na agricultura familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento (Alex Alexandre Mengel e Sílvia Lima e Aquino – UFRRJ)
2. A implantação de perímetros públicos de irrigação como estratégia de desenvolvimento para o Nordeste e o desafio de inclusão da juventude: o caso do perímetro Curu-Paraipaba, no Ceará (Virzângela Paula Sandy Mendes – UECE)
3. Sociologia rural e desenvolvimento territorial (Bruno de Assis Monteiro – UFRPE)

Coordenação: Martha Montenegro (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. O desenvolvimento à luz do trabalho e do tempo livre (Diego Mendes Lyra – UFCG; Nelson Rosas Ribeiro – UFPA)
2. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural (Diogo Valença de Azevedo Costa – UFRB)
3. Instituições, crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: as teorias modernas e a de Raymundo Faoro (Joílson Dias – EU Maringá)

Coordenação: Sandro Pereira Silva (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. A “nova classe média” vai ao paraíso? (Ludmila Costhek Abílio – UNICAMP)
2. A favela como reação à descontextualização da modernidade: práticas cotidianas e adaptação tática (Tales Lobosco – UFMT)
3. Quando o desenvolvimento *outsider* atropela o envolvimento dos *insiders*: um estudo do campo de desenvolvimento no litoral do ES (Winifred Knox e Aline Trigueiro – UFES)

Coordenação: Diogo Moura (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. Os programas de “participação nos lucros ou resultados” (PLR) no setor bancário brasileiro de 1994 a 2010: da implantação ao modelo atual (Wilson Emanuel Fernandes dos Santos – USP)
2. Práticas de governo que promovem o aprendizado social, os consensos e o desenvolvimento do bem-estar coletivo na cidade (Milton Cruz – UFRGS)
3. Participação e viabilidade de empreendimentos autogestionários no Brasil: um estudo de dois casos da indústria têxtil (Marcos de Carvalho Dias – Fatec/Americana-SP)

Coordenação: Andre Rego Viana (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. Engajamento militante, recrutamento de lideranças e reconversão do capital militante em capital político-partidário: um estudo a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (Carla Betania Reiher – UFSE)
2. Projetos de assentamento ambientalmente diferenciados: a reforma agrária ecossocialista do século XXI? (Monica Cavalcanti Lepri – Incra/RJ)
3. Desenvolvimento rural através da educação do campo e do cooperativismo não patrimonial: o caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari – Cooperrica (Dimas de Oliveira Estevam, Joelcy José Sá Lanzarini, Liara Darabas Ronçani e Rossandra Oliveira Maciel – UNESCO)

Coordenação: Fabio Alves (Ipea)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. As relações culturais implicadas no desenvolvimento do planalto norte catarinense (Carlos Roberto da Silva, Flávia Albertina Pacheco Ledur e Maria Luiza Milani – UNC)
2. Desenvolvimento e construção de mercados: o caso da caprinovinocultura no Nordeste (Oswaldo Gonçalves Junior – UNESP; Ana Cristina Braga Marte – FGV)
3. Desenvolvimento, expansionismo e integração regional (Angelita Matos Souza – UNESP)

Coordenação: Eliane Franco (Ipea)

V. Comunicação e Desenvolvimento

Sala JOSUÉ DE CASTRO

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Desenvolvimento e meios de comunicação: teorização e práxis (Francisco Fonseca – FGV-SP)
2. O processo de refração comunicacional da ciência – A inovação tecnológica como indicador de desenvolvimento (Hiago Antonio Rocha Silva Santos e Sandra Nunes Leite – UFAL)
3. Os meios de comunicação e aprendizagem contemporânea (Luciana Corra e Magda Chamon – UEMG)

Coordenação: João Maria de Oliveira (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Na crista da onda: uma reflexão sobre o discurso e a prática da inclusão digital como (mais) um instrumento de promoção da inclusão social no Brasil (Fábio Oliveira Campos – UCB)
2. O uso das tecnologias da informação e comunicações nas políticas de acesso à informação pública na América Latina (Cristiano Aguiar Lopes – Câmara dos Deputados)

3. Comunicação e tecnologia social: caminhos para o desenvolvimento com protagonismo comunitário (Andrea Moreira Gonçalves de Albuquerque, Simone Rachel Lopes Romão e Augusto Aragão de Albuquerque – UFAL)
 4. Cenários da comunicação e sistema de informação no meio rural (Hélio Augusto de Magalhães – Intercom)
- Coordenação: João Maria de Oliveira (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. Democratização do estado digital: governança eletrônica e e-participação no ciclo de políticas públicas (Ana Júlia Possamai – UFRGS)
 2. O fim da invisibilidade e isolamento do cidadão ordinário (Lylian Rodrigues – UFPE)
 3. Perspectivas estratégicas do campo da comunicação: o valor no capitalismo contemporâneo como chave para compreender a glocalização da existência (Tales Augusto Queiroz Tomaz – UNASP)
- Coordenação: Patrícia Morita (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. Democracia via web: direito à informação e transparência (Heloisa Dias Bezerra, Marisleily Rodrigues de Freitas e Joscimar Souza Silva – UFC; Vladimir Lombardo Jorge – UFRRJ)
 2. Comunicação para o desenvolvimento: experiências de participação comunitária nas políticas públicas de cultura de Pernambuco (Mariana Ferreira Reis e Maria Salett Tauk Santos – UFRPE)
 3. Instrumentos de comunicação pública como auxílio à participação política dos cidadãos (Fabíola de Paula Liberato – UNESP)
- Coordenação: Patrícia Morita (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. Comunicação na área de serviço social e de aprendizagem do transporte – a utilização da plataforma digital e das redes sociais (Ellis Regina Araújo da Silva – UnB)
 2. Tecnologias da educação e comunicação aplicadas à educação (Guilherme Borba Gouy e João Carlos Poeschke – UFS)
 3. Apropriações de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas pelos jovens do Cariri Cearense (Nataly de Queiroz Lima e Maria Salett Tauk Santos – UFRPE)
- Coordenação: Juliana Vilar (Ipea)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. Experiência educacional na Zona da Mata de Pernambuco (Cristina Teixeira Vieira de Melo e Everaldo Costa Santana – UFPE)
 2. Banda larga e sua possível relação sobre indicadores de desempenho escolar (Hildebrando Rodrigues Macedo – Anatel)
 3. Comunicação para o desenvolvimento nas ciências agrárias (Antonio Luiz Oliveira Heberle – UCPel; Daniel da Rosa Esalvão – UFPel)
 4. Avaliação da transparência pública no portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Henrienne Barbosa Ferreira da Silva, Carlos Roberto Massao Hayashi, Andressa de Almeida França e Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi – UFSCar)
- Coordenação: Juliana Vilar (Ipea)

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 7: 8h30-11h00

1. Comunicação e desenvolvimento (Iraê Pereira Mota e Angelo Bras Fernandes Callou – UFRPE)
2. As rádios comunitárias no contexto de escolha de padrões digitais no Brasil (Bruno Lima Rocha e Anderson David G. dos Santos – Unisinos)
3. TICs e relações afetivo-produtivas na agricultura familiar: enfrentando o isolamento e a exclusão digital (Ada Cristina Machado da Silveira e Clarissa Schwartz – UFSM)

Coordenação: Eliane Franco (Ipea)

VI. Desenvolvimento e Espaço

Sala MILTON SANTOS

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

4. Desenvolvimento capitalista e política habitacional brasileira: o retrocesso do paradigma participativo na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (Juliano Varela de Oliveira e Suely Maria Ribeiro Leal – UFPE)
5. O crescimento urbano e as condições de submoradia Estudo da efetividade do Programa de Cortiços da cidade de São Paulo (Lívia de Souza Lima – FESP-SP)
6. Sistema Financeiro Habitacional e Sistema Financeiro Imobiliário (Luciana de Oliveira Royer – USP)

Coordenação: Monica Arroyo (USP – ANPUR)

Moderação: Cleandro Krause (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Setor da construção, política e licitações de obras públicas, no município de São Paulo no início do século XXI (Luís Maurício Martins Borges – FMU)
2. Dimensão sócio-espacial do transporte informal em Manaus, o caso do mototáxi (Márcio Silveira Nascimento – UFAM)
3. Padrões espaciais da vacância residencial brasileira (Vanessa Nadalin e Renato Balbim – Ipea)

Coordenação: Monica Arroyo (USP – ANPUR)

Moderação: Cleandro Krause (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. Empresariamento urbano: concepção, estratégias e críticas (Flavio Faria de Araújo – UFRJ)
2. O patrimônio da união como recurso público a serviço do desenvolvimento urbano: entre o planejamento inclusivo e a governança empreendedora (Jennifer dos Santos Borges e Suely Ribeiro Leal – UFPE)
3. Triângulo institucional sistêmico como modelo de planejamento para cidades brasileiras (Solange Irene Smolarek Dias – Faculdade Assis Gurgacz; Caio Smolarek Dias – Politecnico di Milano – Itália)

Coordenação: Ana Paula Moreira da Silva (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. A governança territorial no Brasil: conceitos e modalidades (Elson L. S. Pires, Lucas Labigalini Fuin, Rodrigo Furgieri Mancini, Danilo Piccoli Neto – UNESP)
 2. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança (Valdir Roque Dallabrida – UnC/SC)
 3. Aporte territorial do desenvolvimento nacional: alcances e limites (Ricardo José dos Santos, Priscila Santos de Araujo e Niemeyer Almeida Filho – UFU)
- Coordenação: Miguel Matteo (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. Desafios do desenvolvimento e a importância da regionalização funcional (Eduardo Nunes Guimarães – UFU)
 2. Sertão, território e desenvolvimento: reflexões sobre o imaginário desenvolvimentista brasileiro (Gustavo Soares Iorio – UFRJ)
 3. A indicação geográfica como vetor de desenvolvimento regional e a possibilidade de sua aplicação no setor de cristais artesanais do Vale do Itajaí (Patrícia Luíza Kegel, Mohamed Amal; e Suelen Carls – FURB)
- Coordenação: Norma Lacerda (UFPE – ANPUR)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. Ordenamento territorial e deslocamentos de comunidades locais em Barcarena (Amazônia Oriental): usos, abusos e saberes (Eunápio Dutra do Carmo – CESUPA)
 2. Circuito pecuário do “boi que come floresta” e a reprodução da lógica de acumulação primitiva nos cercamentos da fronteira amazônica: uma discussão sobre especulação financeira e a riqueza patrimonial (José Sidnei Gonçalves – IEA/APTA)
 3. Grandes investimentos e a reestruturação do espaço regional no Norte Fluminense (José Luis Vianna da Cruz – UFF)
 4. Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará (Samira El Saifi e Ricardo de Sampaio Dagnino – UNICAMP)
- Coordenação: Norma Lacerda (UFPE – ANPUR)

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 7: 8h30-10h15

1. Dinâmicas territoriais, conflitos e forma urbana em Diadema/SP (Licio Gonzaga Lobo Júnior – UFABC)
 2. Enclaves fortificados: tipologias dos condomínios horizontais e loteamentos fechados e perfil dos seus moradores na cidade São José dos Campos, São Paulo (Rafael Lúcio da Silva e Sandra Maria Fonseca da Costa – UNIVAP)
 3. A privatização do planejamento urbano pelos condomínios horizontais: um desafio em expansão (Raquel Garcia Gonçalves e Natália Cardoso Marra – UFMG)
- Coordenação: Benny Schasberg (FAU/UnB – ANPUR)

Mesa 8: 10h30-12h30

1. Democracia e participação popular: as possibilidades de transformações nas formas de gestão do território a partir do Estatuto da Cidade (João Telmo de Oliveira Filho – IMED-Faculdade Meridional; Carla Portal Vasconcellos – UPF)
2. Conselhos regionais de desenvolvimento – Coredes/RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas (Pedro Luís Büntenbender, Dieter Rugar Siedenberg e Sérgio Luís Allebrandt – Unijuí)
3. Desenvolvimento local sustentável: os desafios da preservação, do planejamento participativo e da gestão pública em Paranapiacaba (Vanessa Gayego Bello Figueiredo – CEUNSP)

Coordenação: Rodrigo Santos de Faria (UnB – ANPUR)

Sala GILBERTO FREYRE

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 9: 8h30-10h15

1. Análise e gestão de políticas sociais em unidades microterritoriais (Luciene Rodrigues, Casimiro Marques Balsa e Maria Elizete Gonçalves – Unimontes)
2. O circuito espacial produtivo da vacina no Brasil e os impactos socioespaciais da sua implementação na cidade de São Paulo (Mait Bertollo – USP)
3. O desenvolvimento social e focalização: a estratégia de saúde da família e o desafio das grandes cidades brasileiras (Nilson do Rosário Costa – ENSP/FIOCRUZ; Thais S. da Silva – Viva Rio)

Coordenação: Luciana Mendes Santos Servo (Ipea)

Mesa 10: 10h30-12h30

1. Análise da contribuição do projeto água: fonte de alimento e renda quanto à resiliência familiar na comunidade de Uruçu-PB (Sonáli Amaral de Lima, Nayrlon Freitas Medeiros, Waleska Silveira Lira, Kepler Borges França, Gesinaldo Ataíde Cândido – UFCCG; Nayrlon Freitas Medeiros – UEPB)
2. Inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza/CE (Wallace Marcelino Pereira – SSEDURU-MG; Marco Aurélio Crocco – Cedeplar/UFGM)
3. Questão social, redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência das famílias entre recursos materiais e o simbólicos: uma análise na região do cerrado norte mineiro (Yara Mendes Cordeiro Araújo e Luciene Rodrigues – Unimontes)

Coordenação: Sandra Lencioni (USP – ANPUR)

Sala SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 11: 8h30-10h15

1. Apontamentos para uma pesquisa dos limites e consequências do projeto de integração do Rio São Francisco no Sertão Pernambucano (Andrei de Mesquita Almeida – ENGECORPS)
2. Apropriação local dos recursos provenientes dos projetos de mdl nos aterros sanitários na cidade de São Paulo (Silvia Regina Stuchi Cruz –DPCT–UNICAMP; Sônia Regina Paulino EACH–USP)
3. Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do Programa Cisternas no semiárido brasileiro (Vitor Leal Santana, Igor da Costa Arsky e Carlos Cleber Sousa Soares – MDS)

Coordenação: Gustavo Luedemann (Ipea)

Mesa 12: 10h30-12h30

1. Reestruturação produtiva e regeneração urbana (Cláudia Pauperio Tilton – Bolsista ANPUR/Ipea – Universidade Presbiteriana Mackenzie/São Paulo)
 2. Grandes projetos urbanos: das utopias de lugar nenhum às estratégias de qualquer lugar (Raquel Garcia Gonçalves – UFMG; Ricardo Viana Carvalho de Paiva – Centro Universitário Una)
 3. Territórios luminosos e territórios opacos – Uma análise à luz das contribuições de Milton Santos (Virginia Elisabeta Etges – Bolsista Ipea/Capes 2010; Eduardo Carissimi – UNISC)
- Coordenação: Marco Aurélio Costa (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 13: 14h30-16h15

1. Verticalização urbana e segregação socioespacial: crise da cidade quadricentenária (Luiz Eduardo Neves dos Santos – UFMA)
 2. Função social da propriedade e disputas no território (Marcos Vinícius Ferreira de Godoy – Prefeitura Municipal de Juiz de Fora)
 3. Desenvolvimento Urbano, o uso de instrumentos adaptados. O caso das operações urbanas em São Paulo (Renato Balbim – Ipea; Larissa Campagner – FAU-Mackenzie)
- Coordenação: Sandra Lencioni (USP – ANPUR)
- Moderação: Vicente Correia Lima Neto (Ipea)

Mesa 14: 16h30-18h30

1. Para que e para quem serve a sustentabilidade urbana? Um olhar crítico sobre as novas tendências do planejamento e gestão das cidades globais (Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha – UFMG)
 2. Cidade e Reconstrução: Uma análise psicossocial do espaço citadino após inundação (Leandro Roberto Neves – UFRR; Ianni Régia Scarcelli – LAPSO-USP)
 3. Esfacela-se o “cyborg”: a produção do espaço urbano entre sociedade/natureza, especulação fundiária, riscos e impactos socionaturais (Reginaldo José de Souza – UNESP)
 4. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama-DF (Tânia Maria de Freitas; Cleison Leite Ferreira – UnB)
- Coordenação: Sandra Lencioni (USP – ANPUR)

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 15: 8h30-10h15

1. A geografia da atividade econômica no estado de São Paulo (Alexandre Abdal – CEBRAP e FAP-SP; Carlos Torres-Freire e Victor Callil – CEBRAP)
 2. Aglomeração, caracterização e dinâmica econômica setorial dos municípios do estado de Goiás em 2008: avaliação empírica e proposição de política (Eduíges Romanatto e Marcos Fernando Arriel – Segplan/GO; Guilherme Jonas Costa da Silva – UFU)
 3. Um recorte geográfico sobre as contradições do desenvolvimento do extremo Sul da Bahia (Sebastião P. G. de Cerqueira Neto – IFBA; Leonardo Thompson da Silva – IFBA)
 4. A integração produtiva da região da Grande Dourados à economia nacional: uma análise a partir da criação do Prodegran em 1976 (Walter Guedes da Silva – Bolsista do CNPq/UEMS)
- Coordenação: Rafael Henrique Moraes Pereira (Ipea)

Mesa 16: 10h30-12h30

1. Análise da concentração da atividade industrial nas três principais microrregiões no Nordeste brasileiro pós-abertura econômica (Camila Ribeiro Cardoso dos Santos – UFAL)

2. Dinâmica do emprego industrial nos municípios do estado de Sergipe no período de 1994 a 2009 (Fernanda Paes Arantes – UFPB)
 3. Dinâmica do emprego industrial nos municípios do estado do Rio Grande do Norte, no período de 1994-2009 (Joelma Alice Bezerra da Silva – UFPB)
 4. Dinâmica da indústria de alagoas: uma análise da competitividade no período de 2007 a 2010 (Reynaldo R. Ferreira Junior, Luciana P. Santa Rita, Francisco J. P. Rosário, José Francisco O. Amorim, Paula P. Albuquerque e Eliana Maria O. Sá – UFAL)
- Coordenação: Ernesto Galindo (Ipea)

Sala JOAQUIM NABUCO

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 17: 8h30-10h15

1. Descentralização industrial brasileira: a tendência permanece? Análise da dinâmica espacial no período 1994-2009 (Paula Pradines de Albuquerque e André Maia Gomes Lages – UFAL)
 2. O desenvolvimento analisado através da relação entre centros urbanos e cidades rurais (Silvia Augusta do Nascimento, José Luiz Cuco e Ana Louise Fiúza – UFV)
 3. Infraestruturas de integração entre Brasil e demais países do Mercosul: a IIRSA enquanto possibilidade (Vitor Hélio Pereira de Souza e Márcio Rogério Silveira – UNESP)
- Coordenação: Rodrigo Santos de Faria (UnB – ANPUR)

Mesa 18: 10h30-12h30

1. O consumo de queijos e a relação alimentação-alimento: um olhar além do desenvolvimento local (Marie Anne Najm Chalita – IEA/SAA/SP; Dirceu da Silva – UNICAMP/FECAP)
 2. Determinantes dos rendimentos e discriminação por gênero nas áreas rurais brasileiras em 2009 (Priscila Casari, André da Cunha Bastos, Cristiane Feltre – UFSCar)
 3. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural (Laila Mayra Drebes, Rosani Marisa Spanevello e Adriano Lago – CESNORS/UFMS)
 4. Diagnóstico Rural Participativo (DRP), uma ferramenta necessária para investigação/intervenção: experiência do Projeto Cajusol no território do Seridó (RN) (Suzaneide Menezes, Márcia Dantas, Maria Clara Salles, Paulo Cezar Filho, Alyana Duarte e José Medeiros – Projeto Cajusol)
- Coordenação: Murilo José de Souza Pires (Ipea)

VII. Direito e Desenvolvimento

Sala JOAQUIM NABUCO

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Direito e desenvolvimento no século XXI: rumo ao terceiro momento? (Rafael Augusto Zanatta – USP)
 2. Poder judiciário e desenvolvimento: aspectos históricos e políticos do funcionamento do Conselho Nacional de Justiça no Brasil (Alisson Droppa – UNICAMP; Walter Oliveira – UFRGS)
 3. O princípio da proibição do retrocesso social como norte para o desenvolvimento do direito à saúde no Brasil (Jarbas Ricardo A. Cunha – Fiocruz/DF)
- Coordenação: Alexandre Cunha (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Responsabilidade social – Um pacto entre a sociedade civil no enfrentamento do caráter destrutivo do federalismo (Sílvia Néli Alves – UFAL)
 2. A limitação à aquisição de propriedades rurais por pessoas jurídicas de capital estrangeiro: grupos de interesse e efeitos socioeconômicos (Luís Eduardo Scoton e Flávia Trentini – USP)
 3. A intervenção do Estado na economia regulada pela Constituição de 1988 – Uma análise da retórica liberal e uma crítica a partir e além da escola estruturalista (Eduardo Matos Oliveira – UFPE)
- Coordenação: Alexandre Cunha (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. Trabalho, educação e emancipação humana (Rogério de Faria Braga – PUC-GO)
 2. “Mulheres dos panos” Mbyá-Guarani: garantindo direitos fundamentais (Luiz Fernando C. Fagundes – Pref. Mun. Porto Alegre)
 3. Políticas de promoção de igualdade racial no Brasil (Sandra Cordeiro Molina – Univ. Mackenzie)
- Coordenação: Bernardo Medeiros (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. Planejamento público municipal e gerenciamento democrático como estratégias para o desenvolvimento urbano (Aline Virginia Nelson e Sérgio Braga Junior – UFRN)
 2. A responsabilidade social corporativa (Isolda Lins Ribeiro – UFMG)
 3. Reflexões acerca do papel da ANP na regulação da questão ambiental na seara de produção do biodiesel (Jéssica de A. Batista e Patrícia Borba Guimaraes – UFRN)
- Coordenação: Antonio Rito Cardoso (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. Moradia e desenvolvimento: aspectos jurídicos e políticas públicas setoriais no Brasil urbano (Camilla F. Moreira e Alessandro André Leme – UFU)
 2. Desenvolvimento e globalização: dilemas e perspectivas neste início de década
 3. (Daniel Agostini Neto – FURB).
 4. A efetividade do mecanismo de federalização como prevenção à responsabilidade internacional por violação de direitos humanos (Eloisa Machado de Almeida – USP)
- Coordenação: Luseni Aquino (Ipea)

VIII. Desenvolvimento Econômico

Sala CELSO FURTADO

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Por que não, baixa tecnologia? (Paulo Morceiro, Lourenço Faria, Vinicius Fornari e Rogério Gomes – UNESP e GEEIN)
2. Desenvolvimento a partir das TICs: uma abordagem da difusão tecnologia na economia paulista através do emprego (Carlos Henrique Menezes Garcia, Elisiane Sartori, Enrique Viana Arce – CEETEPS)

3. O perfil das interações de universidades e empresas no Brasil a partir de alguns segmentos da indústria (Milene Simone Tessarin e Wilson Suzigan – UNICAMP)

Coordenação: Lenita Turchi (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Desindustrialização no Brasil: mudança estrutural ou doença holandesa? (Francisco Roberto F. T. de Lira – UFPR)
2. Desindustrialização, especialização tecnológica e crescimento econômico: uma análise empírica para o período 1989-2010 (Kaio Glauber da Costa, Flavio de Oliveira Gonçalves e Nelson Nei Granato Neto – UFPR)
3. Questões para se pensar o desenvolvimento no Brasil: especialização regressiva e pauta exportadora no período 2003-2010 (Ana Maria Rita Milani – UFAL)
4. O novo marco regulatório do setor petrolífero brasileiro: dádiva ou maldição (Rodrigo Valente Serra – IFF)

Coordenação: José Eustáquio Filho (Ipea)

Moderação: Flávio Lyrio Carneiro

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. Limite das exportações como fonte do crescimento brasileiro recente: uma análise setorial baseada na modelagem insumo-produto (Guilherme Riccioppo Magacho – UNICAMP)
2. Primarização da pauta de exportações, desindustrialização e doença holandesa no Brasil (Rosenbergue Valverde e Rosenildes Chagas Oliveira – UEFS)
3. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro (Marcelo Curado – UFPR)

Coordenação: Eduardo Costa Pinto (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. Instituições e Crescimento Econômico: conectando as noções de regime (Claudio Roberto Amitrano – Ipea)
2. *Empirical analysis of development* (Marcelo de Oliveira Passos e Rodrigo da Rocha Gonçalves – UFPel)
3. Análise empírica da função investimento privado no Brasil (Daniel Oliveira Paiva da Silva e Ignácio Tavares de Araújo Júnior – UFPB)

Coordenação: Eliane Franco (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. *Institutions, human capital and growth: the long-run institutional mechanism* (Joilson Dias – UEM; Edinaldo Tebaldi – Bryant University)
2. O desenvolvimento econômico além do mainstream: institucionalismo e outras perspectivas (Élson Cedro Mira – UFRRJ) e UESC)
3. Instituições e desenvolvimento econômico (Adriana Kirchof de Brum – UFGD; Airton Pinto de Moura – UEMS)

Coordenação: Edison Benedito da Silva (Ipea)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. Sistemas financeiros, funcionalidade e desenvolvimento econômico: a experiência do Governo Lula (2003-2010) (Norberto Montani Martins – UFRJ)
2. Estado x Mercado (Eduardo Mendes de Carvalho e João Carlos Mendonça Didier Silva Peixe – PUC-RJ)
3. Nacional-desenvolvimentismo às avessas (Reinaldo Gonçalves – UFRJ)

Coordenação: Gabriel Squeff (Ipea)

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 7: 8h30-10h15

1. O comércio intra-industrial entre Brasil e os países da OCDE: decomposição e análise de seus determinantes (Alex Sander Souza do Carmo e Maurício Vaz Lobo Bittencourt – UFPR)
2. Sistema nacional de inovações e comportamento inovativo das grandes empresas nacionais e estrangeiras da indústria de transformação brasileira (Adriano José Pereira – UFSM; Ricardo Dathein – UFRGS)
3. Indústrias centrais e pioneiras no desenvolvimento regional (Rodrigo Loureiro Medeiros – World Economic Association; Gustavo Antonio Galvão dos Santos – BNDES)

Coordenação: Flávia Schmidt (Ipea)

Mesa 8: 10h30-12h30

1. Complexo da indústria de alumínio e seus efeitos em cadeia para trás e para frente na economia da Amazônia: uma análise estrutural focada na matriz de contabilidade social (David Ferreira Carvalho – UFPA; André Cutrim Carvalho – UFOPA)
2. Taxa de formação de empresas no Rio Grande do Sul: deslocamentos espaciais e relação com o crescimento econômico (Maria Duarte Canever e Volnei Krause Kohls – UFPel; Gabrielito Menezes – UFRGS)
3. Guerra fiscal no estado do Pará: uma avaliação da política de incentivos sobre o ISS, emprego e valor adicionado bruto da indústria (José Nilo de Oliveira Jr e Adilson Freitas Dias – UFPA)
4. Diferenciais de desenvolvimento econômico entre os municípios brasileiros: uma análise sob o prisma da regressão quantílica (Marcos Antonio de Brito – URCA; Jean Santos Nascimento – UFT; João Eustáquio de Lima – UFV)

Coordenação: Wesley Oliveira (Ipea)

Sala JORGE AMADO

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã:

Mesa 9: 8h30-10h15

5. Uma análise empírica do comércio internacional do Chile, Argentina e México a partir da crise dos anos 80 (Lucas Lúcio Godeiro – PUC-SP)
6. A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras (Daniela Tatiane dos Santos, Mario Otávio Batalha e Marcelo Pinho – UFSCar)
7. Determinantes do crescimento das regiões: um processo de mensuração (Mario Romero Pellegrini de Souza – Unifae; Gilson Batista de Oliveira – Unila)

Coordenação: Ricardo Becelette (Ipea)

Mesa 10: 10h30-12h30

1. Estrutura e distribuição funcional da renda (Pedro Quaresma de Araújo – UFRJ e BNDES)
2. Queda na desigualdade de rendas das macrorregiões brasileiras: a participação dos programas de transferência monetária no período 2001-2009 (Juliana Carolina Frigo Batistella – UFSCar; Solange de Cássia Inforzato de Souza e Carlos Roberto Ferreira – UEL)
3. A importância da educação para a recente queda da desigualdade de renda salarial no Brasil: uma análise de decomposição para as regiões Nordeste e Sudeste (Valdemar Rodrigues de Pinho Neto – IPECE, Flavio Ataliba Flexa Daltro Barreto – IPECE e UFC; Janaína Rodrigues Feijó – Bolsista de IC/CNPq/UFC)
4. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva no Maranhão (Benjamim Alvino de Mesquita – UFMA)

Coordenação: Fernando Michelotti (Ipea)

Sala MACHADO DE ASSIS

Programação:

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 11: 8h30-10h15

1. Perfil das famílias artesãs dos municípios de Angelim, Canhotinho, São Bento do Uma do Agreste de Pernambuco – 2010 (Ana Paula Amazonas Soares – Universidade do Minho, Portugal; Eliane Aparecida Pereira de Abreu e Ana Maria Navaes da Silva – UFRPE)
2. Análise espacial do crescimento econômico dos municípios paraenses no período 2002-2006 (Sérgio Castro Gomes – IDESP e Unama; Lúcia Cristina de Andrade – IDESP)
3. Direitos de propriedade e o desenvolvimento econômico das etnias indígenas brasileiras: instituições e a emergência da ordem territorial (Luis Otávio Bau Macedo – UFMT)

Coordenação: Tatiana Berringer (Ipea)

Mesa 12: 10h30-12h30

1. Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário: evidências a partir do censo agropecuário de 2006 (Armando Fornazier – UNICAMP e Ipea; José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho – UnB e Ipea)
2. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: desenvolvimento rural e participação relativa dos principais estratos sociais do setor (Daniete Fernandes Rocha – UFMG)
3. Dinâmicas regionais, instituições econômicas e desenvolvimento rural: o polo fruticultor Assú-Mossoró-RN (Emanoel Marcio Nunes – UERN; Sergio Schneider – UFRGS)
4. Estimativa da demanda pela formalização da economia informal no agreste pernambucano – Uma aplicação do método de valoração contingente (Monaliza de Oliveira Ferreira e Kelly Samá Lopes de Vasconcelos – UFPE)

Coordenação: Martha Montenegro (Ipea)

IX. Educação e Desenvolvimento

Sala PAULO FREIRE

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. Reformas macroeconômicas e educacionais no Brasil: uma breve análise sobre as influências do modelo regulatório supranacional do estado–avaliador na concepção das políticas públicas

educacionais nos últimos vinte anos (André R. B. Duarte – UEMG, Bolsista do Proing/ANPED/Ipea; Vera Lucia A. F. Brito – UEMG; Alexandre W. B. Duarte – UFMG)

2. Ações do governo federal no ensino médio: o ENEM em FHC e Lula (Elaine Nicolodi – UFMG)
3. Avaliação do desempenho da Educação Superior brasileira: medindo indicadores de equidade no acesso, formação de capital humano e produção científica do sistema no período 2000-2009 (Júlio C.G. Bertolin e Cristina Fioreze – UPF)

Coordenação: Manuel José Gonzalez (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Determinantes socioeconômicos, demográficos e institucionais da repetência no ensino (Maria Elizete Gonçalves – Unimontes, Eduardo Luiz G. Rios e Cibele Comini Cesar – UFMG)
2. Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão (Leonardo Melo Lins – USP)
3. Relações entre qualidade da educação no Brasil e desenvolvimento (Luciana Santos Lenoir – UEMC)

Coordenação: Eduardo Luiz Zen (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. A educação ambiental e o robustecimento da escola pública: um estudo de caso em Teresópolis (RJ) (Rodrigo A. C. Lamosa e Carlos Frederico B. Loureiro – UFRJ)
2. As perspectivas de ingresso da juventude afrodescendente no mundo do trabalho na cidade de Nazaré-BA (Maria Gonçalves Conceição Santos e Adalberto de Salles Lima – UEBA)
3. Parcerias entre redes de ensino para o desenvolvimento da educação musical na região Norte e Noroeste do Ceará (Leonardo Borne, Marco Antonio Toledo Nascimento – UFC/Sobral; Jose Brasil de Matos Filho – Escola de Música Maestro Wilson)

Coordenação: Marta Santos Lobo (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. A educação e o desenvolvimento na visão do empresariado industrial (Mario Luiz de Souza – CEFET-RJ)
2. Inclusão social e educação profissional: a construção do currículo para a formação do trabalhador (Antonio Henrique Pinto – IFES)
3. Mineração de granito no município de Vila Pavão (ES): compreender o trabalho para pensar a formação (Daniel Handan Triginelli – UFMG)

Coordenação: Murilo José de Souza Pires (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. Retorno de escolaridade no Brasil e regiões (Glauber Flaviano Silveira, Marília Fernandes Maciel Gomes, João Eustáquio de Lima e Jose Maria Alves da Silva – UFV)
2. Uma escola justa *contra* o sistema de multiplicação de desigualdades sociais (Ione Ribeiro Valle – UFCS)
3. A formação do trabalhador polivalente (Monica da Silva Paranhos – UFRJ)
4. Pedagogia da alternância e desenvolvimento do meio: possibilidades e desafios para educação do Campo Fluminense (Gabriel Almeida Frazão e Jaqueline de Moraes Thurler Dália – UFRRJ)

Coordenação: Murilo José de Souza Pires (Ipea)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. A relação entre violência nas escolas e desempenho acadêmico no estado de São Paulo em 2007: uma análise multinível (Evandro Camargos Teixeira – UFOP; Ana Lucia Kassouf – ESALQ/USP)
2. Aproximar a escola da comunidade pode afetar a qualidade da educação e os níveis de violência? (Marco Túlio Aniceto França, Rogério Allon Duenhas e Flavio de Oliveira Gonçalves – UFPR)
3. O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na região metropolitana de Fortaleza (Vitor Borges Monteiro e Elano Ferreira Arruda – UFC)
4. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo (Jovani Augusto Puntel e Carlos Águedo Nagel Paiva – UNISC; Marília Patta Ramos – UFRGS)

Coordenação: Eduardo Luiz Zen (Ipea)

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 7: 8h30-10h15

1. O impacto do programa Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais (Murilo Cassio Xavier Fahel e Bruno Cabral França – FJP; Thais Morais – MDS)
2. Educação superior e desenvolvimento no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas (Patrícia Lessa Santos Costa – UFBA; Marta Rosa Farias Miranda – UNEB)
3. Um perfil de concluintes do curso superior com base no Enade (2005) (Mara Janaina G. Oliveira e Alexandre Sartoris – UNESP)

Coordenação: Joana Mostafa (Ipea)

Mesa 8: 10h30-12h30

1. Planejamento educacional no contexto da federação brasileira: o desafio do PAR (Maria Silva Lima Silva Triani, Daniel Henrique Ferreira e Roberta Freire Bastos – UFES)
2. Desenvolvimento da cultura cinematográfica: novas tecnologias para educação de jovens e adultos (Lucas Leal – Unirio)
3. Educação, democracia e desenvolvimento nos plano do governo Lula (Elisângela Alves da Silva Scaff – UFGD; Regina Tereza Cestari Oliveira – UCDB; Ester Senna – UFMS)

Coordenação: Sandro Sacchet (Ipea)

X. Historiografia Brasileira

Sala SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. A (des)construção dos símbolos nacionais (Cleber Santos Vieira – UNIFESP)
2. A construção da nação desde o Sul (Antonio Manoel Elíbio Junior – UEPB)
3. A formação do Brasil contemporâneo e inserção internacional da economia brasileira: do sentido da colonização à integração regional como estratégia de desenvolvimento (Camilla Capucio – USP)

Coordenação: André Bojikian Calixtre (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. O Exército e a Nação (Fernanda de Santos Nascimento – PUC-RS)
2. A ACRJ, o Porto e o Estado Imperial brasileiro (Nívea Silva Vieira – UFF)
3. Terra em disputa: facetas da história agrária recente do Rio Grande do Sul (Nilson Binda – UFRGS)

4. Escravidão, núcleos familiares e mestiçagem: uma análise do Cariri cearense no século XIX (Ana Sara Cortez e Guilherme Irffi – UFC)

Coordenação: Fernanda Lira Goes (Ipea)

XI. O Serviço Social e o Desenvolvimento

Sala EMILIA VIOTTI

Dia 23/11 (4ª feira):

Sessão da manhã

Abertura do evento (sem programação acadêmica)

Sessão da tarde

Mesa 1: 14h30-16h15

1. O mundo do trabalho no cais do porto da Manaus moderna: o carregador de bagagens e o trabalho precário (Maria Milene Gomes e Elenise Faria Scherer – UFAM)
2. Sobrevivendo do Lixo: População Excedente, Trabalho e Pobreza (Maria Fernanda Escurra – UERJ)
3. Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda (Adrianyce de Sousa – UnB; Daniela Neves – UFRJ)

Coordenação: Sandro Pereira Silva (Ipea)

Mesa 2: 16h30-18h30

1. Paradoxos do desenvolvimento socioeconômico no Brasil do Século XXI (Mirella Rocha e Beatriz Augusto de Paiva – UFSC)
2. O viés do (neo)desenvolvimentismo no debate sobre a categoria território no serviço social (Maria Helena Elpidio Abreu – UFES e UERJ)
3. Disparidades do crescimento global: avanços econômicos e atrasos sociais (Priscila Santos de Araújo e Niemeyer Almeida Filho, UFU)
4. Modernização agrícola e migração rural: uma breve reflexão acerca da realidade paranaense (Diuslene Fabris e Marli Roesler – Unioeste)

Coordenação: Murilo José de Souza Pires (Ipea)

Dia 24/11 (5ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 3: 8h30-10h15

1. Pacto federativo e financiamento da assistência social: as implicações da regulação do SUAS nos orçamentos municipais (Ieda Maria Nobre de Castro – UnB)
2. Fundo público e políticas sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros (Giselle Souza da Silva – UERJ)
3. A desvinculação de recursos da união – DRU e o (des)financiamento da seguridade social brasileira (Renata Teixeira Tobaldini – UTFPR; Vera Tieko Suguihiro – UEL e PUC-SP)

Coordenação: Ana Cleusa S. Mesquita (Ipea)

Mesa 4: 10h30-12h30

1. O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica (Rachel Zacarias – UFRJ)
2. Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe (Kleylenda Linhares da Silva – UFRN)
3. A universalização da seguridade social em questão: a tradução antinômica dos direitos socio-assistenciais (Beatriz Augusto de Paiva, Eliete Vaz, Renata Nunes, Kathiúça Bertollo e Josiane Biondo – UFSC)

Coordenação: Murilo José de Souza Pires (Ipea)

Sessão da tarde

Mesa 5: 14h30-16h15

1. O processo de (des)construção da legislação trabalhista no serviço público (Lucília Mendes Rocha – UFRN)
2. O papel do Fundo Penitenciário nacional no desenvolvimento das políticas públicas frente à questão social presente no sistema prisional feminino (Ana Maria Menezes e Renato Tadeu Veroneze – PUC-SP)
3. O Financiamento do SUS: principais dilemas (Juliana Fiuza Cislighi, Sandra O. Teixeira e Tainá Souza – UERJ)

Coordenação: Luciana Mendes (Ipea)

Mesa 6: 16h30-18h30

1. Programa Bolsa Família: repercussões nas condições de vida dos beneficiários no Sertão de Canudos (Luzivane Souza Cunha e Aline Pimenta Motta – UNEB)
2. Os conselhos de Assistência Social e o SUAS: uma aproximação ao diálogo no fortalecimento de uma cultura de direitos (Ângela Vieira Neves e Marlene de Jesus S. Santos – UnB)
3. Aspectos econômicos e políticos determinantes da política social brasileira (Maria Luiza Amaral Rizzotti – UELondrina)
4. Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica (Luana de Souza Siqueira – UFRJ)

Coordenação: Ana Cleusa S. Mesquita (Ipea)

Dia 25/11 (6ª feira):

Sessão da manhã

Mesa 7: 8h30-10h15

1. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile (Keila Lucio de Carvalho – UFRJ)
2. Sociedade civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de políticas públicas para a ampliação do debate do desenvolvimento local (Silmara Carneiro e Silva – UEL)
3. A “Onguização” da sociedade civil: temas para o debate (Henrique Mendes dos Santos – PUC-RJ)

Coordenação: Luiz Eduardo Parreira (Ipea)

Mesa 8: 10h30-12h30

1. Dinâmica da população e a proteção social: contribuições da demografia para o Planejamento (Anayara Raissa Pereira de Souza – Pref. Poços de Caldas)
2. O Ministério Público dos estados e a implementação das políticas públicas sociais: um caminho para o enfrentamento à pobreza, à desigualdade e à exclusão social (Luzijones F. C. Façanha e Solimar Oliveira Lima – UFPI)
3. Orçamento participativo e políticas sociais: um inventário das correlações na experiência de Santa Maria-RS (Rosilaine Coradini Guilherme – Unifra-RS)

Coordenação: Joana Mostafa (Ipea)

Sala GILBERTO FREYRE

Programação:

Dia 24/11 (4ª feira):

Sessão da tarde

Mesa 9: 14h30-16h15

1. Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher (Patrícia Krieger Grossi, Sonia Almeida, Jaina Raqueli Pedersen e Jaqueline Goulart Vincensi – PUC-RS)

2. Um debate necessário: as desigualdades no cotidiano das mulheres pescadoras do estuário do rio Paraíba, Brasil (Emanuel Silva, Marinalva Conserva, Cristiane Freire e Ariana Nogueira – UFPB)
3. A família como centralidade nas políticas públicas: a constituição da agenda política da assistência social no Brasil e as rotas de reprodução das desigualdades de gênero (Andrea Pacheco de Mesquita – UFBA/UFAL)

Coordenação: Juliana Villar (Ipea)

Mesa 10: 16h30-18h30

1. Interdisciplinaridade e questão social: novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia (Andreia S. Cavalcante, Milane L. Reis e Suzete Araujo de Lira – UFAM/FAPEAM)
2. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais (Isabel Cavalcante Godinho – UFRJ)
3. Brasil: uma década de crescimento com diminuição das desigualdades (João Carlos S. Peixe – PUC-RJ)

Coordenação: Pedro H. G. F. Souza (Ipea)

LISTAGEM DOS ARTIGOS COM RESUMOS

ÁREA 1: DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ALANA MORAES DE SOUZA (UFRJ)	Desenvolvimento com aspas: do trabalho independente ao “empreendedorismo”	Este artigo propõe uma reflexão sobre a noção de “desenvolvimento” a partir de um tratamento etnográfico. O estudo de caso que apresento é parte de uma investigação sobre as práticas econômicas e as elaborações sobre essas práticas no chamado “Polo de Confecções do Agreste Pernambucano”. Não se trata aqui de entender como se construiu o desenvolvimento local, mas como diversos agentes estão interessados em construir a narrativa do “desenvolvimento” do Agreste, e quais os sentidos políticos que essa categoria adquire em diversos contextos. Confrontam-se aqui as percepções e experiências dos pequenos produtores familiares com as recentes formulações do Sebrae sobre o desenvolvimento local.
ALEXANDRA SANTO ANASTÁCIO (UFRJ)	Moda e políticas públicas nas favelas cariocas. Reorganizando os espaços no Rio de Janeiro	O presente artigo pretende analisar as políticas públicas implantadas recentemente nas favelas cariocas, em especial, as relacionadas à ocupação militar e às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), bem como seu programa de ações sociais. Tomou-se como estudo de caso grupos comunitários de moda e artesanato e também o projeto de implantação de economia solidária nestes territórios como parte de um programa de integração das favelas à vida da cidade, reorganizando os espaços do Rio de Janeiro.
ALÍCIA FERREIRA GONÇALVES (UFPB); ALCIDES FERNANDO GUSSE (UFC)	Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre universalismos e particularismos	Este artigo aborda algumas visões sobre desenvolvimento que enfatizam ora aspectos universais, ora aspectos particulares e as suas interfaces com as políticas públicas no Brasil. A reflexão está inspirada em um referencial teórico, citado ao longo do texto, e em etnografia em curso no estado da Paraíba. A análise preliminar sinaliza que, em nações multiétnicas, como é a nação brasileira, políticas públicas executadas por um viés desenvolvimentista e economicista atendem somente aos interesses das elites políticas e econômicas do país, a exemplo da construção da Usina Belo Monte, principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Por outro lado, movimentos sociais rurais e urbanos, étnicos e de gênero reivindicam políticas públicas específicas. Neste sentido, identifica-se um dilema entre universalismo e particularismo, como a grande questão social contemporânea: como garantir a universalidade dos direitos e, ao mesmo tempo, atender a demandas específicas baseadas em sinais diacríticos?
CLAUDIA H. C. NASCIMENTO (UFPA)	O lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica	Este artigo pretende discutir sobre o patrimônio cultural e seu lugar, em seus aspectos físico e simbólico, e a “invisibilidade” de seus elementos, através de dois exercícios de etnografia: num sítio rural do município de Bujaru/PA e uma situação urbana em Belém/PA. Ambos têm elementos materiais relevantes para preservar. Na comunidade rural, Santana do Bujaru, há uma igreja bicentenária e, na cidade de Belém, mais de uma centena de objetos escultóricos situados em espaços públicos. A análise pretende caracterizar o lócus do patrimônio cultural como lugar de memória (Pierre Nora) e não-lugar (Marc Augé), com a intenção de entender como estes conceitos são importantes para compreender o patrimônio cultural na sociedade contemporânea e quais os elementos que fizeram a invisibilidade um sintoma do modernismo.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
EDUARDO DO PRADO BRASIL (UFPE)	Identidades e conflitos nas técnicas de pesca da lagosta em Icapuí (Ceará)	A pesca industrial predatória, impulsionada pelo modelo de desenvolvimento capitalista industrial, vem causando uma verdadeira guerra no mar contra os pescadores artesanais em Icapuí (Ceará). Neste estado, cerca de 150 mil empregos estão ligados à cadeia produtiva da lagosta e podem desaparecer junto com a pesca do crustáceo. Mas os danos causados não se resumem apenas a isso. Todo um modo de vida, de reprodução de práticas culturais e políticas que se relacionam com a pesca artesanal de lagosta estão diretamente ameaçados, assim como o meio ambiente, a existência da própria lagosta e a perspectiva dos jovens pescadores, que já estão aprendendo o conjunto de práticas utilizado na pesca artesanal. A sobrevivência e a autonomia destes pescadores dependem de como essa guerra vai acabar.
FELIPE JOSÉ COMUNELLO (PPGAS/UFRGS)	Uma questão de palavras – Para pensar sensibilidades jurídicas	No Brasil, os movimentos de agricultura alternativa nas décadas de 1970 e 1980 incluíam uma gama de atores em variados atos de contestação a modernização da agricultura. Nos anos 1990, parte expressiva destes movimentos se reuniu em torno da agroecologia, uma proposta de ciência alternativa às ciências que deram sustento a modernização da agricultura. No entanto, tais movimentos também passaram a desempenhar suas lutas nos mercados – terreno comumente visto como econômico – cada vez mais amplos, devido à crescente demanda por produtos “sustentáveis”. Entre estas lutas, uma parte importante diz respeito à regulação dos produtos e processos, mais especificamente, à certificação destes com vistas a diferenciá-los dos chamados “convencionais”. Neste artigo, analisam-se tais lutas como formadoras de dois circuitos, o agroecológico e o orgânico, demarcados por distintas relações sociais simbólicas e de significados compartilhados. Discute-se também que estes circuitos podem ser vistos como expressão de diferentes sensibilidades jurídicas (Geertz, 1994) e aponta-se para uma discussão com a ideia de Rita Segato (2006) em torno da questão ética presente nestes embates.
GUILHERME FRANCISCO WATERLOO RADOMSKY (UFRGS)	Pós-desenvolvimento, culturas de auditoria e etnografia de projetos: problemas recentes em antropologia do desenvolvimento	O artigo explora três dimensões do debate antropológico recente sobre o desenvolvimento. Primeiramente, analisa-se a crítica do desenvolvimento na proposta que se tornou conhecida como pós-desenvolvimento. Em segundo, examina-se o que, em parte, pode ser considerado um dos avanços mais recentes do tópico anterior, a análise crítica de indicadores, <i>rankings</i> e metas padronizadas de desenvolvimento e de governança global. Por fim, analisam-se as respostas ao pós-desenvolvimento em dois momentos: um voltado a reconsiderar pontos polêmicos da obra de Foucault, grande inspiração dos autores do pós-desenvolvimento e, outro, na forma de análise dos projetos e programas de desenvolvimento, culminando com a reconstrução (possível) do desenvolvimento e da antropologia aplicada. Nas três seções são explorados elementos empíricos e temas que se tornaram emblemáticos à antropologia do desenvolvimento. Ao final, faz-se uma reflexão sobre questões que colocam antropólogos em dilemas quando em campo, tais como a relação natureza/cultura e desejo/repulsa dos projetos de desenvolvimento por parte das pessoas, enfatizando a maneira como etnografias podem fornecer elementos-chave para o debate.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
HUGO FERREIRA LOSS (UnB); POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS (UnB)	Rotas de investimentos, redes de parcerias político-empresariais: dois fluxos da turistificação desenvolvimentista do Nordeste brasileiro no contexto pós-milagre	Ao artigo interessa discutir um quadro de entradas teóricas que sirvam à análise de dois movimentos apontados por programas de desenvolvimento: as “rotas de investimentos” e as “redes de parcerias político-empresariais”, à maneira como são abordados pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e pelo Programa para o Desenvolvimento do Turismo Nacional (Prodetur), ambos implementados no Nordeste brasileiro. Como as teorizações em torno dos conceitos de híbrido (Hannerz, 1997) e ideoscapes (Appadurai, 2008) podem auxiliar na compreensão da construção discursiva destes fenômenos? E como as etnografias da globalização (Inda e Rosaldo, 2002), pensando fluxos de pessoas, coisas e ideias, podem apontar percursos de abordagem na passagem de uma análise conceitual dos programas de desenvolvimento para uma futura análise de dados etnográficos? Concebe-se a hipótese de que estes programas são agregados de outras agendas operativas que trabalham com noções onde movimentos de uma ideologia progressista nacional/regional se consorciam com dinâmicas socioespaciais de ações financeiras locais.
JHENNYSON ROBERT R. DOS SANTOS (UFPI); SOLIMAR OLIVEIRA LIMA (UFPI)	Economia solidária no Piauí: desafios para a comercialização	A insatisfação dos trabalhadores com a elevada exploração capitalista leva-os a procurar novas formas de organizações produtivas mais justas como a economia solidária, que avançou muito nas últimas décadas, mas precisa superar as dificuldades apresentadas. Neste trabalho discute-se o principal impasse dessa nova economia: a comercialização, na qual são colocadas possíveis causas, soluções e medidas já implantadas para assistir as principais dificuldades neste segmento.
LEILA RIBEIRO RODRIGUES (Unimontes); FELIPE F. GUIMARAES (Unimontes); JOÃO BATISTA DE A. COSTA (Unimontes)	Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade	Neste trabalho busca-se inserir nas discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade a questão dos povos e comunidades tradicionais que emergiram como sujeitos de direito na constituição de 1988, tendo como prerrogativas a vinculação tradicional e sustentável a um território. A relação assimétrica homem/natureza culminou numa lógica de desenvolvimento pelo viés meramente econômico, que desencadeou no grande problema ambiental atual. Neste contexto, os povos e comunidades tradicionais aparecem como protagonistas no discurso do uso sustentável dos recursos naturais e como multiplicadores da biodiversidade, fomentando neste processo uma lógica diferenciada na apropriação dos recursos naturais. O acesso aos direitos constitucionais através da autoidentificação coletiva postula um processo de reconstrução coletiva de identidades que traz uma visibilidade política, social e cultural a estes povos e comunidades.
LUCIA MURY SCALCO (UFRGS)	Máquinas, conexões e saberes: o mundo da internet e as práticas de inclusão digital nas classes populares em uma perspectiva etnográfica	No Brasil, o consumo popular de equipamentos eletrônicos está em alta, sendo responsável pelo bom desempenho no setor. As razões são muitas para explicar este fenômeno. A partir do estudo etnográfico em áreas periféricas de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), procura-se acessar a lógica destes sujeitos nas suas escolhas, motivações e sacrifícios para adquirirem e manterem em casa este novo equipamento, que, obviamente, não se esgota na sua compra; é um processo contínuo. Muitos são os desafios que surgem, principalmente para os adultos, que não cresceram familiarizados com as chamadas Tecnologias Informacionais Comunicacionais (TICs). É preciso além de aprender a mexer no computador, ligar-se a uma rede de instituições, bens e redes sociais, que oferecem não apenas serviços, mas sociabilidades. Acredita-se que este fenômeno fornece à antropologia questões pertinentes e instigantes, como a maneira que estes usuários usam, interpretam e operam os novos saberes em suas práticas cotidianas. Constata-se a existência de uma dinâmica complexa, em que sujeitos recorrem a caminhos formais e informais, acionando táticas, redes e laços pessoais para o acesso ao mundo digital. A aquisição de um computador pode ser considerada uma estratégia para alcançar <i>status</i> distintivos (e por que não cidadania?), construindo, assim, novos sujeitos e discursos dentro da sociedade de consumo.
ELIENNE MARIA BARBOSA RAMOS (UFMA); PAULO AUGUSTO M. NOBRE (Ministério Público - MA)	A cidade e o capital: um breve histórico da situação da classe operária	Este artigo tem por objetivo analisar a origem das cidades no período da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra e situação da classe operária no século XVIII. Destaca-se, ainda, o processo de industrialização da América Latina, especialmente do Brasil no século XX, fazendo um comparativo entre a situação da classe operária nos dois períodos e ressaltando o poder do capital sobre as cidades.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
PETER SCHROEDER (UFPE)	Antropologia e desenvolvimento – Balanço crítico de uma relação problemática	O objetivo deste trabalho é uma avaliação crítica das relações históricas e atuais da antropologia com o campo político denominado “desenvolvimento”. Essas relações, diferenciadas e às vezes contraditórias, podem ser descritas em termos de aproximações, envolvimento, distanciamentos críticos e rejeições categóricas, porém o denominador comum de todas é um posicionamento crítico relativo ao próprio conceito de desenvolvimento, embora haja gradações consideráveis entre as posições. No entanto, até as abordagens desconstrutivistas mais radicais que interpretam “desenvolvimento” como um mero discurso de dominação não conseguiram abalar o poder de um conceito que parece ter ganhado novas forças pelo casamento com outro: sustentabilidade. A antropologia, até agora, tem sido mais bem-sucedida em suas contribuições concretas a diversos setores e esferas de políticas de desenvolvimento. Para que a influência de pensamentos e saberes antropológicos seja maior sobre o campo político desenvolvimentista, é necessário reconhecer inicialmente que sua voz é apenas uma num campo disputado com outras áreas, cuja presença é bem mais consolidada há décadas. Por outro lado, os antropólogos precisam conhecer melhor o próprio campo em que são articuladas e realizadas políticas de desenvolvimento, em particular seus aspectos institucionais e organizacionais e suas linguagens próprias.
POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS (UnB)	As ações dos programas de desenvolvimento na costa do Nordeste brasileiro	Ao artigo interessa a apreciação de uma síntese dos resultados de três anos de pesquisas etnográficas exploratórias e intensivas desenvolvidas junto a algumas populações tradicionais marítimas residentes no litoral Ceará-Piauí-Maranhão (Cepima), macrorregião onde o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do governo federal, vem implementando o roteiro integrado em turismo “Rota das Emoções”. Procura-se reavaliar a ideia de impactação – esta por vezes referida às transformações perpetradas por grandes projetos em socioterritórios indígenas (Ramos, 2010; Baines, 2004; Oliveira Filho, 2000; Little, 2002) – quando utilizada para pensar os projetos de infraestrutura de grande escala de zonas costeiras onde residem populações que trabalham com o “turismo comunitário”.
RAFAEL DE LA TORRE OLIVEIRA (UNICSUL)	Trilha da costura: flexibilidade laboral ou escravidão	O presente trabalho tem como intuito apresentar o cotidiano do imigrante boliviano que trabalha nas confecções de costura na cidade de São Paulo e as relações que estes imigrantes estabelecem com a nova vida que têm de levar em outro país. A atividade de costura ganha formas na cidade de São Paulo, sobretudo na perspectiva de um trabalho com condições análogas a de escravo. Para compreensão das relações de trabalho que os imigrantes levam na cidade de São Paulo, seus comportamentos, seu cotidiano e principalmente a sua identidade cultural e a profissional que vai se formando, foram realizadas conversas espontâneas por um longo período, tendo, assim, a compreensão da existência de tipos diferentes de imigrantes bolivianos: os collas e os cambas. Os collas ficam com o trabalho “escravo”, os cambas residem em condições melhores, tendo-se assim, uma reprodução das diferenças sociais que existem na Bolívia. A partir destas diferenças entre os próprios bolivianos, foi possível focar a investigação no trabalho escravo, que é assumido pelos collas que representam 70% da população total da Bolívia e se submetem a uma carreira no ramo da costura. O trabalho tenta esclarecer os caminhos que este imigrante tem de percorrer até chegar à cidade de São Paulo e conseguir ter um trabalho de costureiro nas diversas oficinas ilegais que existem pelo bairro do Pari, Brás e Bresser.
SANDRA SIQUEIRA DA SILVA (Unimontes)	Patrimonialização e desenvolvimento	O presente trabalho tem a finalidade de discutir algumas considerações sobre as teorias do desenvolvimento, no caso deste artigo, leva-se em conta a apropriação deste conceito quando este nos permite analisar o desenvolvimento em categorias voltadas para o lado econômico, o social, ambiental e cultural. Neste sentido, busca-se conceituar e abordar as ações de patrimonialização da cultura, como vetores do desenvolvimento local. No entanto estas devem ser criteriosamente aplicadas, visto que os seus fins podem transformar a apropriação dos bens culturais em mercadorias ou bens simbólicos.
VERA RODRIGUES (USP)	Notas sobre uma reflexão: antropologia, desenvolvimento, quilombos	O artigo busca trazer elementos reflexivos sobre os desafios e perspectivas colocados pelo fazer antropológico contemporâneo, cada vez mais inserido em temas ligados às políticas públicas, direitos sociais e planos de desenvolvimento nacionais.

ÁREA 2: O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ADRIANYCE DE SOUSA (UnB); DANIELA NEVES (UFRJ)	Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda	A crise que acompanha medularmente a sociedade capitalista desde os anos 1970 expõe, a cada dia, contornos dramáticos de expansão da pobreza e aprofundamento do exército de reserva. O desemprego e a pobreza tornaram-se o principal alvo na atuação das políticas públicas de orientação neoliberal. No caso brasileiro, verifica-se o crescimento do incentivo estatal em atividades de economia solidária.
ANA MARIA MENEZES (PUC-SP); RENATO TADEU VERONEZE (PUC-SP)	O papel do Fundo Penitenciário Nacional no desenvolvimento das políticas públicas frente à questão social presente no sistema prisional feminino	Este trabalho, desenvolvido na perspectiva das ciências humanas e nas áreas das ciências sociais aplicadas, refere-se à investigação do papel do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) no desenvolvimento das políticas públicas destinadas ao sistema prisional brasileiro, sobretudo quanto a programas e projetos destinados à população carcerária feminina. No contexto de contradições do sistema capitalista, são analisadas: i) as mudanças legais promovidas com o objetivo de manter o sistema prisional ajustado, oportuno e conveniente segundo a ideologia dominante e cujo impacto obstaculizante na prática dos serviços prestados pelos assistentes sociais às mulheres presas e que afetam o reconhecimento, a preservação e a ampliação dos direitos humanos e de cidadania; e intervenção e da mediação necessárias aos interesses que transcendem o escopo individual e que decorrem de questão social, denominado como direitos meta-individuais, que superam o conceito tradicional de direitos individuais, coletivos e difusos, sobretudo por sua natureza híbrida, universal e indivisível – inimagináveis até então, enquanto elemento de justiça social. Compreender a ação causativa das significativas alterações que influenciaram a linguagem, a forma de argumentação e o modo de participação na sociedade ocorrida a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 permitiu que este trabalho buscasse entender a práxis profissional dos assistentes sociais e as dificuldades que se interpõem à concretização do projeto ético-político da profissão.
ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA (Pref. Poços de Caldas)	Dinâmica da população e a proteção social: contribuições da demografia para o planejamento	A presente proposta de pesquisa foi elaborada a partir de reflexões surgidas durante o II Programa de Capacitação “População, Cidades e Políticas Públicas”, promovido pelo Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ao término do referido programa, foi realizada uma apresentação sobre a contribuição dos estudos em demografia e a proteção social nos municípios integrantes do grupo. A partir deste momento, realizou-se um estudo mais aprofundado dessa questão. Dentro deste contexto, o trabalho busca estudar a dinâmica da população do município de Poços de Caldas, por se tratar de um município de médio porte e que faz fronteira com o estado de São de Paulo, considerando a sua natureza predominantemente urbana, aliada à presença de segregação socioespacial e alto índice de população em situação de pobreza. Busca-se, ainda, averiguar a efetividade da proteção social provida pelo Estado e as oportunidades de melhoria na qualidade de vida dos atores sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade. Em linhas gerais, a pesquisa almeja esclarecer se os serviços ofertados pela política pública de assistência social promovem a superação das limitações do território e concomitantemente favorecem a inclusão social, se estão atendendo à população de acordo com o os dados do censo demográfico ou se estão desalinhados à demanda da população, com vistas a subsidiar o planejamento de políticas sociais.
ANDREA PACHECO DE MESQUITA (UFBA; UFAL)	A família como centralidade nas políticas públicas: a constituição da agenda política da assistência social no Brasil e as rotas de reprodução das desigualdades de gênero	O texto propõe discutir a centralidade da família nas políticas públicas brasileiras que, a partir dos anos 1990, passa a fazer parte de forma intensa na configuração destas políticas. Pretende-se discutir, a luz da ciência política e das epistemologias feministas, como e por que a família entra na agenda das políticas públicas e o significado desta entrada nas relações de gênero. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referências principais a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ANDREIA S. CAVALCANTE (UFAM); MILANE L. REIS (FAPEAM); SUZETE ARAUJO DE LIRA (Fapeam)	Interdisciplinaridade e questão social: novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia	Este estudo reflete as indagações a respeito das desigualdades vivenciadas na Amazônia, numa discussão crítico-dialética de leitura da realidade. A partir de referências de alguns autores, apresenta-se como imperativo para o debate acadêmico e como subsídio para a prática profissional do serviço social nos dias atuais, face às exigências de interlocução dos saberes frente à mediação do trabalho interdisciplinar na práxis profissional. Discute-se a desigualdade social na Amazônia, contribuindo para o debate sobre o trabalho do assistente social, embasado na busca de uma prática interdisciplinar; defende-se a reforma de pensamento a partir do (re)aprendizado quanto à religação e da incerteza no enfrentamento da questão socioambiental na Amazônia.
ANGELA VIEIRA NEVES (UnB); MARLENE DE JESUS S. SANTOS (UnB)	Os conselhos de assistência social e o SUAS: uma aproximação ao diálogo no fortalecimento de uma cultura de direitos	O presente artigo propõe discutir as possibilidades de construção de uma cultura política de direitos na garantia de uma cidadania ativa com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos diferentes municípios brasileiros, a partir das deliberações realizadas nos conselhos de políticas de assistência social. Destaca-se neste artigo a importância dos conselhos gestores de política como instâncias deliberativas no fortalecimento e efetivação do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social. A questão que se quer debater é a relação entre o papel dos conselhos de assistência social e o SUAS no fortalecimento e desenvolvimento de uma cultura de direitos nos diferentes municípios brasileiros, em detrimento da cultura do favor e do clientelismo, práticas antidemocráticas enraizadas na sociedade brasileira. Busca-se analisar estes mecanismos para fortalecer e desenvolver, no Brasil uma nova cultura política centrada numa relação dialética entre Estado e sociedade civil, argumentando que, sem nos reportarmos a relação entre culturas políticas que são colocadas em xeque no Brasil, fragiliza-se o SUAS enquanto um sistema descentralizado e participativo. Esse é o desafio dessa proposta.
BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA (UFSC); ELIETE VAZ (UFSC); RENATA NUNES (UFSC); KATHIUÇA BERTOLLO (UFSC); JOSIANE BIONDO (UFSC)	A universalização da seguridade social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais	O trabalho que aqui se apresenta tem como objetivo problematizar questões relativas ao debate sobre a política pública de assistência social, no contexto do seu reconhecimento como área da seguridade social brasileira. Mais precisamente pretende instigar a reflexão sobre alguns dos elementos contraditórios que afetam seu desenho como direito não contributivo, cuja amplitude deve voltar-se para universalização da proteção da seguridade social. É um recorte da produção investigativa que, em longo percurso intelectual e político, tem se dedicado à análise das políticas sociais na América Latina, privilegiando os temas da assistência social, do financiamento público e do protagonismo popular.
DIUSLENE FABRIS (Unioeste); MARLI ROESLER (Unioeste)	Modernização agrícola e migração rural: uma breve reflexão acerca da realidade paranaense	O trabalho apresenta a construção histórica contemporânea das questões da terra no Brasil, abordando a chegada dos processos de modernização da agricultura e as consequências que sucederam a partir de então, considerando também a globalização da economia, que provocou transformações profundas em todo o processo produtivo, inclusive nos processos associados à atividade agropecuária. A ampla reestruturação das atividades fica evidente, introduzindo tecnologia e ciência, resultando um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola, que privilegiou áreas, segmentos sociais e propriedades maiores acarretando inúmeros problemas sociais ocasionados pela concentração da terra e da renda, propiciando a maciça migração de trabalhadores rurais.
EMANUEL LUIZ P. DA SILVA (UFPB); MARINALVA CONSERVA (UFPB); CRISTIANE FREIRE (UFPB); ARIANA NOGUEIRA (UFPB)	Um debate necessário: as desigualdades no cotidiano das mulheres pescadoras do estuário do rio Paraíba, Brasil	Este artigo objetiva refletir sobre o trabalho de coleta de mariscos a partir da perspectiva de gênero, tendo como fio condutor às inter-relações entre o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres na pesca artesanal bem como as estratégias de sobrevivência. A pesca historicamente consistiu em uma atividade classificada como sendo exclusivamente masculina. Observa-se que as mulheres vêm ocupando o lugar de chefe-provedora das famílias, consequentemente, muitas vivem hoje da atividade de pesca artesanal em todo o Brasil. Trabalhando, principalmente, na captura de mariscos, no beneficiamento de produtos e na confecção e reparo de apetrechos de pesca, as mulheres vêm aos poucos se impondo num setor que guarda uma cultura de preconceitos em relação a elas. Vencer as barreiras não tem sido tarefa fácil, principalmente porque apenas agora elas mesmas estão se reconhecendo como pescadoras.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
GISELLE SOUZA DA SILVA (UERJ)	Fundo público e políticas sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros	Este artigo visa discutir a relação entre o fundo público e a política social no Brasil na contemporaneidade, cuja determinação é dada pelo capital portador de juros. Em tempos atuais, a política econômica praticada tem sido favorecedora desta forma de capital, permitindo que o fundo público seja utilizado como mecanismo de valorização e acumulação da forma fetichizada do capital e trazendo graves consequências para as políticas sociais. Ao mesmo tempo, a composição do fundo público apresenta caráter regressivo e o financiamento das políticas sociais e de todo Estado têm recaído, em grande parte, sobre a classe trabalhadora, o que põe em questão a defesa de que se está diante de um processo de redistribuição de renda nos últimos tempos.
HENRIQUE MENDES DOS SANTOS (PUC-RJ)	A “onguização” da sociedade civil: temas para o debate	Este ensaio possui como objetivo analisar as mudanças dos conceitos de Estado e sociedade civil e sua apropriação por simpatizantes da ideologia neoliberal. Procura-se indicar de que forma estes conceitos estão sendo apropriados através daquilo que classifico como “onguização da sociedade civil”. Para isto, faz-se um resgate histórico deste conceito, apoiado nos autores contratualistas, passando por Hegel, Marx e Gramsci, até chegar ao neoliberalismo, ainda hegemônico em tempos atuais.
IEDA MARIA NOBRE DE CASTRO (UnB)	Pacto federativo e financiamento da assistência social: as implicações da regulação do SUAS nos orçamentos municipais	As mudanças decorrentes da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vêm se constituindo, desde 2005, como objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento. Este artigo traz algumas reflexões iniciais sobre os efeitos da regulação do novo modelo de atendimento na composição dos orçamentos municipais, partindo dos fundamentos teóricos que explicam a origem e importância das finanças públicas, o significado do orçamento público, o federalismo brasileiro pós-88 e sua relação com a partilha de recursos entre as três esferas de governo na oferta de políticas sociais descentralizadas. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, a partir dos dados empíricos extraídos de documentos oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretarias Municipais de Assistência Social e outros bancos de dados virtuais. Para uma análise mais singular dos orçamentos municipais, adotou-se uma amostra de 50 (cinquenta) municípios de diferentes portes e regiões.
ISABEL CAVALCANTE GODINHO (UFRJ)	Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas sociais	A proteção social em toda a sua abrangência e em seu contexto de ação, especificamente no Brasil, tem em seu bojo a desigualdade social como fomentadora de situações históricas de desagregação e vulnerabilidades concretas. Pensar num enfrentamento desta realidade social, política, econômica e culturalmente constituída é conceber um conjunto de políticas públicas estruturantes, capazes de atuar intersetorialmente e articuladamente com o propósito de garantir o acesso do cidadão a todos os direitos legalmente constituídos para a efetiva qualidade de vida do sujeito legal. Não se engendram políticas sociais alijadas de seu contexto, de sua realidade de intervenção e, no caso do Brasil, de seu contexto de pobreza e desigualdades sociais “encruadas” pela história da nação. Neste artigo busca-se refletir sobre o conceito de pobreza e como este vem sendo alvo de pesquisa mundo afora, a ponto de alicerçar a concepção de políticas de proteção social, no que se refere às concepções tanto metodológicas como ideológicas. Conhecer as bases complexas deste fenômeno mostra a direção e a dimensão do trabalho a ser operacionalizado pelas políticas sociais, especificamente a política pública de assistência social brasileira.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
JOÃO CARLOS S. PEIXE (PUC-RJ)	Brasil: uma década de crescimento com diminuição das desigualdades	O artigo analisará a atual situação da sociedade brasileira, trazendo os últimos dados do IDH/Brasil. O desenvolvimento será abordado teoricamente neste trabalho em um espectro não apenas relativo ao crescimento econômico de uma nação, mas no mais amplo atendimento das necessidades básicas de vida da população brasileira. A abordagem está focada nas políticas de transferência de renda desenvolvidas nos dois governos Lula e no que essas políticas realmente refletiram em resultados para a diminuição dos índices de Gini e aumento do IDH. Parte-se de uma abordagem histórica da construção social da cidadania no Brasil. Para o desenvolvimento do estudo, abordaremos os conceitos de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, fazendo breve passagem pelo conceito gramsciano de hegemonia. Finalizando, trar-se-á dados da conjuntura nacional brasileira, formulados pelo Ipea (2008) e recente nota lançada pelo pesquisador da FGV-RJ, Marcelo Neri, acerca dos dados da PNAD 2010.
JULIANA FIUZA CISLAGHI (UERJ); SANDRA O. TEIXEIRA (UERJ); TAINÁ SOUZA (UERJ)	O financiamento do SUS: principais dilemas	O texto apresenta os principais dilemas postos ao financiamento da saúde no Brasil. Após o resgate da construção do orçamento da seguridade social, analisa-se o financiamento para a saúde, com seus dilemas e embates, que passam desde a construção da Emenda Constitucional 29 e a luta pela sua regulamentação até a proposta de contrarreforma tributária. Diante do histórico subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que impossibilita à universalização do acesso e a qualidade na prestação dos serviços de saúde, a resposta que vem sendo dada, principalmente pelo setor governista, é a de que este se constitui um problema de gestão e não de falta de recursos.
KEILA LUCIO DE CARVALHO (UFRJ)	Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile	Este artigo versa sobre a análise de duas importantes referências teóricas para o movimento e para as ações políticas da economia solidária no país, significativas no entendimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento. A primeira diz respeito ao secretário nacional de economia solidária, Paul Singer, que nos oferece uma leitura da economia solidária a partir da ótica do “desenvolvimento humano”. A segunda concepção analisada neste artigo é a de José Ricardo Tauile, que realizou seus estudos no campo da economia solidária com base nas atuais exigências do “desenvolvimento capitalista”. Pretende-se demonstrar que, ao contrário de se contrastarem, tais concepções integram uma totalidade coerente no campo da economia solidária. Considera-se que, a despeito de sua heterogeneidade e contradições, a economia solidária está inscrita em uma lógica de desenvolvimento coerente às condições de dominação econômica e ideológica atuais.
KLEYLENDA LINHARES DA SILVA (UFRN)	Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe	Na contemporaneidade, em virtude da implantação do sistema neoliberal no qual se verifica a retração do Estado no tocante ao desenvolvimento das políticas sociais, observa-se uma “nova” forma de responder às sequelas da questão social: surgimento e expansão do terceiro setor. Pautado em interesses classistas, tal “surgimento” traz em si aspectos contraditórios para a sociedade, sendo um destes aspectos o próprio conceito de “terceiro setor”, mais ideológico do que real. Por buscar responder às expressões da questão social, demanda a intervenção do(a) assistente social nas instituições que o “compõem”, dessa forma surge o interesse de estudar expansão das instituições do chamado “terceiro setor”, o qual busca se justificar na sociedade por atuar na área social, configurando se como o “novo trato da questão social”. Apresentam-se algumas reflexões acerca da relação serviço social e terceiro setor, enfatizando as contradições apresentadas e o desafio da materialização do projeto ético-político neste contexto. Aqui, deve-se refletir que, embora este estudo apresente elementos que proporcionam a visualização de alguns aspectos e jogos de interesse que perpassam a lógica do surgimento de um novo “setor” na sociedade e sua relação com o serviço social, só o desenvolvimento de estudos mais aprofundados proporcionará uma análise que possibilite melhor aproximação com a complexidade dos processos que permeia o contexto da atuação profissional do assistente social no âmbito do terceiro setor.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
LUANA DE SOUZA SIQUEIRA (UFRJ)	Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica	O presente trabalho propõe uma breve discussão sobre o desenvolvimentismo no enfrentamento à pobreza e seus rebatimentos na literatura do serviço social. Para tanto, está organizado em quatro partes: a visão de pobreza e desenvolvimentismo do Banco Mundial e de Amartya Sen, autor de importante relevância nas agências multilaterais; o debate marxista sobre a pobreza e a sociedade capitalista; as discussões que são apropriadas pelos assistentes sociais; e uma breve análise final, considerando o fenômeno da pauperização como algo inerente à sociedade capitalista.
LUCILIA MENDES ROCHA (UFRN)	O processo de (des)construção da legislação trabalhista no serviço público	Este artigo tem como objetivo trazer uma reflexão crítica acerca do processo de (des)regulamentação do trabalho no serviço público, tendo como ponto de partida uma análise das legislações que regulam e orientam a gestão do trabalho, a partir da reforma gerencial do Estado brasileiro. Enfatiza, ainda, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, destacando os processos de flexibilização, precarização e desproteção social possibilitadas pela expansão do neoliberalismo, que fundamentou um novo ordenamento do papel do Estado, direcionado para assegurar a expansão, consolidação e a lucratividade do grande capital. Este estudo constituiu-se como uma pesquisa documental e bibliográfica, adotado como aporte teórico-metodológico, uma análise crítica dos principais determinantes da desregulamentação do trabalho no serviço público. Enfim, as análises aqui apresentadas visam contribuir para o avanço no processo de problematização e qualificação do debate acerca da gestão do trabalho no serviço público, subsidiando o debate junto aos trabalhadores, gestores e estudiosos desta problemática.
LUZIJONES F. C. FAÇANHA (UFPI); SOLIMAR OLIVEIRA LIMA (UFPI)	O Ministério Público dos estados e a implementação das políticas públicas sociais: um caminho para o enfrentamento à pobreza, à desigualdade e à exclusão social	O Ministério Público possui o dever constitucional de promover as medidas, judiciais ou extrajudiciais que visem à implementação das políticas públicas, pois, constitucionalmente, recebeu tal incumbência. Uma das missões do órgão é ser promotor dos direitos fundamentais, especialmente os sociais. A instituição atua na condição de aliada da sociedade civil na luta para enfrentar a pobreza, à desigualdade e à exclusão social. Os membros do Ministério Público dos estados possuem vários instrumentos de atuação e têm revelado significativo interesse e disponibilidade para manejá-los. Contudo, ainda se deparam com muitas dificuldades, notadamente diante da conduta descompromissada da maioria dos atores políticos envolvidos e, muitas vezes, da falta de sensibilidade do Poder Judiciário, quando chamado a decidir as controvérsias judiciais que lhe são apresentadas.
LUZIVANE SOUZA CUNHA (UNEB); ALINE PIMENTA MOTTA (UNEB)	Programa Bolsa Família: repercussões nas condições de vida dos beneficiários no Sertão de Canudos	O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004 por meio da unificação de quatro programas de transferência condicionada de renda, é hoje considerado o principal instrumento de combate à pobreza utilizado pelo Governo Federal no Brasil. Tal programa tem como objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social por meio da transferência do benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos como a saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, além de promover a inclusão social contribuindo para a emancipação das famílias consideradas pobres e extremamente pobres. Dessa forma, tomando como referência uma pesquisa realizada no Sertão de Canudos, o presente trabalho analisa as repercussões do programa Bolsa Família nas condições de vida de 437 famílias beneficiárias nesta localidade. A metodologia utilizada pautou-se em entrevistas semiestruturadas, realizadas com beneficiários, escolhidos por amostragem a partir do cadastro único, bem como com os comerciantes locais. Percebeu-se, a partir da análise dos dados, que tais beneficiários utilizam o recurso transferido como forma de acesso aos recursos básicos de sobrevivência como compra de alimentação, seguido de material escolar e remédios. Verificou-se também que a maioria quase que absoluta diz não ter deixado de exercer trabalho remunerado por causa do Bolsa Família. Os poucos, cerca de 2%, que disseram que sim alegaram trabalho degradante ou mal remunerado. Comerciantes apontaram aumento nos lucros após o PBF e destacaram a importância do programa para o comércio local e para a economia do município. Os achados da pesquisa são importantes para o aperfeiçoamento, bem como para a análise das ações governamentais.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MARIA FERNANDA ESCURRA (UERJ)	Sobrevivendo do lixo: população excedente, trabalho e pobreza	Em vários pontos do Brasil, cidades de médio e grande porte apresentam conjuntos relativamente extensos de indivíduos e famílias que organizam a vida em torno do lixo. Neste contexto, este artigo, tendo como foco o trabalho do catador de papel, propõe realizar algumas considerações resgatando sua compreensão enquanto população excedente, mas inserida, através da própria atividade, na lógica de acumulação capitalista. Parte-se da premissa de que é fundamental situar a atividade no contexto das relações sociais que se estabelecem no interior do circuito econômico que gira em torno da reciclagem do lixo. De fato, mesmo na sua precariedade, a atividade dos catadores constitui o primeiro elo do circuito econômico que gira em torno da reciclagem, ou seja, o extremo informal que fornece matéria-prima e materiais para sua reutilização para a indústria de reciclagem, passando pelos intermediários no processo de comercialização dos materiais, mecanismo pelo qual se extrai o trabalho excedente dos catadores.
MARIA HELENA ELPIDIO ABREU (UFES; UERJ)	O viés do (neo) desenvolvimento no debate sobre a categoria território no serviço social	O presente artigo trata de reflexões acerca do cenário atual no qual se evidenciam os debates em torno do (neo)desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina. Como mediação para este amplo debate, nos instiga a discussão do território, uma categoria muito difundida e ainda pouco aprofundada no Serviço Social, que se amplia, sobretudo em virtude de sua proliferação no campo das políticas sociais (assistência social, saúde, segurança urbana, habitação etc). Na produção bibliográfica, prevalece a tendência de análise e aplicação fragmentada do tema do território, enfatiza-se a particularidade dissociada da análise da totalidade histórica como unidade dialética e contraditória da sociedade. Desponta neste sentido uma leitura linear e subordinada de desenvolvimento no horizonte capitalista, reforçando a noção comparativa entre os territórios, aprisionada ao velho etapismo tão apregoado nos quadros do liberalismo clássico, favorável à hegemonia burguesa e ao discurso neocolonizador e imperialista. Diante deste desafio, buscou-se travar um breve diálogo com autores da tradição marxista, como aproximações teóricas para uma formulação crítico-dialética acerca da concepção do território. Busca-se, deste modo, a construção de um referencial capaz de desvendar as ciladas teórico-práticas e apontar caminhos mais seguros na abordagem deste tema complexo e pouco explorado, a fim de enfrentarmos as armadilhas e muros que cercam o debate sobre o território no serviço social.
MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI (UEL)	Aspectos econômicos e políticos determinantes da política social brasileira	O caminho recente das políticas sociais brasileiras encontra dificuldades que devem ser avaliadas à luz do seu processo histórico e estrutural. O presente artigo tem a finalidade de retomar as reflexões sobre tais aspectos sob a égide das tradicionais funções do Estado moderno e das principais características do modelo do Estado brasileiro. Para tanto, fez-se necessário trilhar um caminho analítico a partir da tradição marxista, tanto no que concerne às explicações dos fundamentos do Estado, quanto na leitura da sociologia histórica brasileira.
MARIA MILENE GOMES (UFAM); ELENISE FARIA SCHERER (Ufam)	O mundo do trabalho no cais do porto da Manaus Moderna: o carregador de bagagens e o trabalho precário	Este trabalho pretende discutir algumas características do mundo do trabalho no porto da Manaus Moderna – Manaus/AM, mais especificamente acerca das condições de trabalho dos carregadores de bagagens daquele porto. Tais condições perpassam a saúde e segurança no trabalho, proteção trabalhista e social e condições físicas do ambiente do trabalho. Para isso buscou-se a aproximação à realidade dos trabalhadores portuários, identificando as consequências nefastas do trabalho precário e as principais doenças que afetam estes trabalhadores. Foi possível constatar que o Porto da Manaus Moderna é caracterizado pela inexistência de uma infraestrutura adequada às atividades portuárias, condicionando os trabalhadores ao esforço físico e à frágil qualidade de vida, marcada pela ausência de proteção trabalhista e/ou social.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MIRELLA ROCHA (UFSC); BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA (UFSC)	Paradoxos do desenvolvimento socioeconômico no Brasil do século XXI	O trabalho tem como objetivo referenciar o Brasil na conjuntura latino-americana do século XXI no intuito de analisar o conteúdo do desenvolvimento socioeconômico em curso. Em nossa hipótese, na esteira dos que indicam que o novo século inaugurou na América morena a reedição da conhecida fórmula do desenvolvimentismo – através do chamado novo-desenvolvimentismo, com sua agenda de desenvolvimento socioeconômico inaugurada no Brasil com o governo do Partido dos Trabalhadores, pode obscurecer as contradições típicas do capitalismo dependente, produzindo a expansão da economia, porém, sem as rupturas com a matriz oligárquica que marcam as sociedades periféricas, com seus sistemas de privilégios e de poder antipopular; com sua ossatura histórica assentada na superexploração da força de trabalho. Além disso, é objetivo fundamental deste artigo retomar o legado teórico-político da teoria marxista da dependência, como percurso intelectual indispensável para a urgente latinoamericanização das nossas reflexões e formulações.
PATRICIA KRIEGER GROSSI (PUC-RS); SONIA ALMEIDA (PUC-RS); JAINA R. PEDERSEN (PUC-RS); JAQUELINE G.VINCENSI (PUC-RS)	Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher	O artigo tem por objetivo destacar a importância de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e da Lei Maria da Penha a partir do olhar dos gestores das políticas de assistência social, coordenadores das políticas de mulheres e profissionais que atuam em centros de referência de mulheres, centros de referência de assistência social (CRAS) e centro de referência especializado da assistência social (CREAS) e mulheres em atendimento em municípios do estado do Rio Grande do Sul. As entrevistas com os profissionais e gestores, bem como o grupo focal com as mulheres foram gravadas, transcritas e posteriormente submetidas à análise de conteúdo de Bardin. Os dados apontam para a existência de uma rede de proteção que necessita ser ampliada e articulada intersetorialmente com outras políticas para atendimento das necessidades das mulheres, além de maior conhecimento da Lei Maria da Penha como instrumento de garantia de direitos das mulheres.
PRISCILA SANTOS DE ARAÚJO (UFU); NIEMEYER ALMEIDA FILHO (UFU)	Disparidades do crescimento global: avanços econômicos e atrasos sociais	A crise do <i>subprime</i> em 2007-2008 e seus desdobramentos desde então para as economias nacionais e o mercado internacional vêm permitindo uma nova abordagem a respeito da estrutura do capitalismo global. A abordagem consiste em discutir se alguns países em desenvolvimento, especialmente Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs) estariam “se descolando” do dinamismo dos países desenvolvidos. Essas proposições caminham no sentido da defesa do desenvolvimento capitalista como um processo aberto ao conjunto dos países do mundo. No entanto, conforme Marini (2000), Arrighi (1995, 1996) e Santos (2004), que entendem que a economia global é estruturalmente hierarquizada, o desenvolvimento de países periféricos ou em desenvolvimento é marcado, sobretudo, pelas determinações estruturais de dependência. Existe uma relação histórica orgânica entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos que tende a se reproduzir, a menos que ocorram alterações estruturais no comércio e na inserção internacional de todos os países. Na ausência destas alterações, as eventuais mudanças nas participações relativas dos países no comércio, produção e fluxos financeiros globais seriam circunstanciais, sem potencial de aproximar as condições econômicas e sociais das diversas economias em um nível comum. Assim, pretende-se indicar neste artigo a existência de uma disparidade entre o crescimento econômico das economias em desenvolvimento e a manutenção de suas condições sociais precárias, acompanhadas pela menor participação relativa dos gastos do Estado para combater essas condições, que não são compatíveis com a defesa de uma mudança estrutural do desenvolvimento das economias em desenvolvimento.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
RACHEL ZACARIAS (UFRJ)	O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica	A partir dos referenciais teórico-metodológicos de investigação da teoria social marxista, esta pesquisa bibliográfica tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as relações entre o processo de acumulação capitalista, a crise estrutural do capital e a destruição ambiental em curso. Procura-se demonstrar que este processo coloca em risco duas fontes de produção de valor e de toda a riqueza produzida: a capacidade de trabalho e a natureza. Posteriormente, analisam-se os limites das propostas que vêm sendo construídas no âmbito dos órgãos oficiais com relação ao meio ambiente. Procura-se demonstrar que essas propostas, utilizadas como referência para se pensar o tipo de desenvolvimento a ser adotado nos países, esconde, atrás do chamado “desenvolvimento sustentável”, o compromisso com a conservação da ordem econômico-social vigente e não com sua transformação.
RENATA TEIXEIRA TOBALDINI (UTFPR); VERA TIEKO SUGUIHIRO (UEL; PUC-SP)	A desvinculação de recursos da união (DRU) e o (des)financiamento da seguridade social brasileira	O tema do presente trabalho é a desvinculação de recursos da União (DRU) e seu rebatimento para o financiamento da seguridade social brasileira. O objetivo é discutir/analisar o uso deste mecanismo pelo Estado brasileiro no contexto atual de retorno à ortodoxia para recompor as taxas de lucro do capital, apresentando os impactos deste mecanismo para o (des)financiamento da seguridade social brasileira, colocando em risco a garantia de direitos fundamentais dos cidadãos. Através de uma pesquisa bibliográfica, levantaram-se dados a respeito do montante de recursos desvinculado que afeta a seguridade social. Ao final, foram analisados e debatidos tais dados, demonstrando que o orçamento da seguridade não vem sendo efetivado. Portanto, há a necessidade de não renovação da DRU no ano de 2011, de modo a romper com o esvaziamento de recursos públicos, em detrimento da população em assegurar seus direitos constitucionalmente garantidos por meio das políticas públicas.
ROSILAINE CORADINI GUILHERME (Unifra-RS)	Orçamento participativo e políticas sociais: um inventário das correlações na experiência de Santa Maria (RS)	O presente estudo comporta a análise das correlações entre orçamento participativo e políticas sociais, a partir do estudo de caso do município de Santa Maria-RS, identificando quais são as repercussões da prática participativa sobre a alocação dos recursos orçamentários e a execução das políticas de saúde, habitação, educação e assistência social no período de 1997 a 2008. A pesquisa orienta-se no método hermenêutico-dialético, amparando-se metodologicamente na modalidade denominada “estudo de caso” e na abordagem que compreende a interação entre os aportes qualitativos e quantitativos. A coleta dos dados se realizou por meio da reunião de documentos contemporâneos primários relacionados ao processo orçamentário e à prática do orçamento participativo ocorridos no município. Para a análise orçamentária utilizam-se os projetos de leis, as leis anuais e os balanços de gestão, a fim de relacionar as variações da alocação e execução das políticas sociais com as práticas institucionais adotadas no processo decisório de elaboração do orçamento público.
SILMARA CARNEIRO E SILVA (UEL)	Sociedade civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de políticas públicas para a ampliação do debate do desenvolvimento local	O presente artigo visa refletir sobre a relevância da participação da sociedade civil nos conselhos gestores de políticas públicas frente ao processo de desenvolvimento social na esfera municipal. Foi construído através de pesquisa qualitativa, com referencial teórico pautado em autores que discutem sobre as seguintes temáticas: democracia, sociedade civil, poder local institucionalizado, políticas públicas (sociais) e desenvolvimento social municipal. As reflexões realizadas visam contribuir com o debate acadêmico e profissional em torno das temáticas abordadas. Inscreve-se na necessidade de problematizar a relevância das perspectivas contra-hegemônicas, engendradas na sociedade civil, em sua relação com os avanços necessários no âmbito das instituições democráticas na contemporaneidade, bem como frente aos avanços das políticas públicas (sociais) nos poderes locais como condição necessária para o processo de desenvolvimento social municipal.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
WESLEY HELKER FELÍCIO SILVA (UFRJ)	Programa Bolsa Família: apontamentos dos seus fundamentos políticos e indicações da sua relação com o debate internacional	Este artigo busca analisar o Programa Bolsa Família como principal política social brasileira do século XXI, apontando alguns dos seus principais pressupostos políticos. Para tanto, realizou-se uma análise do início dos programas de renda mínima no cenário mundial, destacando o momento em que este debate torna-se imperante. Foi, então, nos marcos da reestruturação produtiva do capitalismo, a partir da década de 1970, que este debate passa a ser proeminente, demonstrando suas diferentes abordagens e concepções políticas. É, pois, sob este prisma, que se buscou analisar o principal programa de renda mínima brasileiro, destacando sua relação com o debate internacional, bem como sua funcionalidade no padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo, responsável por redimensionar o Estado e sua relação com a sociedade civil, sobretudo através de uma nova maneira de interpretar a proteção social pública marcada pelas políticas focalizadas de combate à pobreza.

ÁREA 3: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ANDRÉ R. B. DUARTE (UEMG); VERA LUCIA A.F. BRITO (UEMG); ALEXANDRE W.B. DUARTE (UFMG)	Reformas macroeconômicas e educacionais no Brasil: uma breve análise sobre as influências do modelo regulatório supranacional do Estado-avaliador na concepção das políticas públicas educacionais nos últimos vinte anos	O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma breve revisão bibliográfica e promover uma discussão acerca das influências e resultados dos ajustamentos macroeconômicos e da ascensão do modelo regulatório supranacional e do Estado-avaliador na concepção das políticas públicas educacionais do Estado brasileiro nos últimos vinte anos. Pretende, ainda, discutir como a intervenção de valores performativos e gerenciais oriundos de uma ética típica dos mercados e difundida pelas agências econômicas multilaterais (Banco Mundial, BID, BIRD) tem influenciado a construção das políticas educacionais, o cotidiano das instituições escolares e os trabalhadores docentes.
ANTONIO HENRIQUE PINTO (UFES)	Inclusão social e educação profissional: a construção do currículo para a formação do trabalhador	Este artigo aborda a temática do currículo da educação profissional numa perspectiva histórica. Toma como problemática as questões advindas dos decretos nº 5.154/2004 e nº 2.208/98, antagônicos quanto às concepções de trabalho, de homem e de sociedade. Para isso, busca as memórias da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, no período compreendido entre a década de 1960 e 1990, contexto no qual a integração da educação básica à educação profissional se constituiu no modelo predominante na estrutura pedagógica dos cursos técnicos da instituição. A partir de alguns pressupostos historiográficos (Le Goof), analisa como e em que medida a normatização curricular (Goodson) se efetivou nas práticas pedagógicas e no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, considera-se que a interdisciplinaridade foi, no contexto analisado, o ponto de partida à integração entre as disciplinas de cultura geral e disciplinas técnicas, concluindo que a estrutura curricular proposta no projeto pedagógico determina a organização dos espaços-tempos institucionais, sendo esta determinada pela fragmentação do conhecimento em disciplinas. Neste sentido, aponta alguns limites impostos pela organização curricular, numa perspectiva de promover a emancipação do trabalhador e sua inclusão social, aprisionado numa concepção fragmentada e com vistas ao atendimento das demandas do mercado de trabalho.
DANIEL HANDAN TRIGINELLI (UFMG)	Mineração de granito no município de Vila Pavão-ES: compreender o trabalho para pensar a formação	O objetivo aqui é compreender as relações e condições de trabalho no setor de extração de granito no município de Vila Pavão (ES), buscando desvelar aspectos da formação dos trabalhadores em pedreiras de granito. Os resultados apontam a importância da atividade dos mineiros para o desenvolvimento do setor mineral no Espírito Santo. O esforço em compreender as relações e condições de trabalho no setor pesquisado proporcionou conhecer o processo de extração, a formação profissional <i>on the job</i> e outros aspectos da formação humana dos trabalhadores no setor.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ELAINE NICOLodi (UFG)	Ações do governo federal no Ensino Médio: o Enem em FHC e Lula	O objetivo deste texto é discutir as políticas públicas federais de avaliação do ensino médio, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e propor uma reflexão sobre o Enem. O foco concreto do estudo seria o que de fato houve em relação à política de avaliação dos estudantes do Ensino Médio no governo FHC (regulação) e no governo Lula (certificação), com base em levantamentos feitos nos próprios informativos do Ministério da Educação, em notícias divulgadas pela mídia e em algumas opiniões de estudiosos sobre as políticas de reforma pós-década de 1990. Com as discussões feitas, observa-se que os resultados divulgados mostram que a avaliação ainda parece ter um papel meramente político, de divulgação de números pela mídia ou ranqueamento.
ELISANGELA ALVES DA SILVA SCAFF (UFGD); REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA (UCDB); ESTER SENNA (UFMS)	Educação, democracia e desenvolvimento nos planos do governo Lula	Este texto apresenta resultados de pesquisa sobre a implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR), integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em municípios do estado de Mato Grosso do Sul (MS), no período concernente ao segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). A investigação baseia-se em fontes documentais constituídas pelos Planos Plurianuais do governo (PPAs), PDE e pelo PAR de quatro municípios selecionados para estudo, além de entrevistas semiestruturadas com o secretário de educação e o(s) responsável(eis) pelo PAR de cada município. Os resultados mostram que o planejamento estratégico e o envolvimento da comunidade escolar apresentam-se como condição para enfrentar em âmbito local as questões internas de desenvolvimento econômico e social.
EVANDRO CAMARGOS TEIXEIRA (UFOP); ANA LÚCIA KASSOUF (ESALQ/USP)	A relação entre violência nas escolas e desempenho acadêmico no estado de São Paulo em 2007: uma análise multinível	O objetivo deste artigo é mensurar o impacto da violência sobre o desempenho escolar dos alunos do estado de São Paulo no ano de 2007. Para tal, é utilizado um modelo <i>logit</i> multinível que possibilita a análise hierárquica dos dados. Os resultados demonstram que a violência nas escolas diminui em 0,54% a probabilidade dos alunos da terceira série do Ensino Médio apresentarem um desempenho satisfatório em matemática. Neste sentido, o estado de São Paulo e conseqüentemente o país tendem a apresentar um nível menos elevado de capital humano.
GABRIEL ALMEIDA FRAZÃO (UFRRJ); JAQUELINE DE MORAES THURLER DÁLIA (UFRRJ)	Pedagogia da alternância e desenvolvimento do meio: possibilidades e desafios para a educação do campo fluminense	A pedagogia da alternância é uma proposta educativa voltada para o homem do campo, que tem, entre os seus pilares, o desenvolvimento do meio e a formação integral do educando. Para tanto, conta com várias ferramentas pedagógicas orquestradas em um plano de formação, entendido como reflexo de um currículo integrado. Todavia, embora tenha comprovado a sua influência no desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras, a pedagogia da alternância, principalmente no estado do Rio de Janeiro, não tem sido tratada com o devido respeito por parte do Poder Público.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
GLAUBER FLAVIANO SILVEIRA (Facisa-BH); MARÍLIA FERNANDES MACIEL GOMES (UFV); JOÃO EUSTÁQUIO DE LIMA (UFV); JOSÉ MARIA ALVES DA SILVA (UFV)	Retornos da escolaridade no Brasil e regiões	<p>Um dos determinantes do desenvolvimento econômico de uma nação é o capital humano, sendo a educação um fator crucial na composição deste processo. Dada a relevância do tema, grande número de trabalhos presentes na literatura tem centrado a atenção na determinação dos retornos da escolaridade. Verifica-se, entretanto, na literatura nacional, a predominância de estudos que contemplam em sua unidade de análise o Brasil como um todo ou um estado (Paraná) em específico. Todavia, vale ressaltar que o Brasil constitui-se de cinco diferentes regiões, e que aspectos relacionados com as diferenças regionais, sociais, culturais, institucionais e econômicas devem ser considerados, principalmente quando se deseja obter maior acerto quanto às medidas implementadas. Neste sentido, no presente trabalho, buscou-se avaliar os retornos da escolaridade no Brasil e em suas regiões em 2009, bem como analisar de que modo o grau de instrução (fundamental, médio ou superior) afeta o retorno da escolaridade dos indivíduos do sexo masculino e feminino. A modelagem teórica utilizada para atender os objetivos propostos foi a equação de salários de Mincer (1958 e 1974). Adicionalmente, utilizou-se o método de Heckman (1974 e 1979), pois ele possibilita a correção do viés de seleção das informações dos salários. Os resultados evidenciaram que o retorno da escolaridade no Brasil é positivo, tanto para os homens quanto para as mulheres, o que sinaliza que a educação agrega retornos positivos ao salário. Na análise em que foram destacadas as diferenças regionais, constatou-se a existência de heterogeneidade entre as regiões, sendo a região Norte a que apresentou o menor retorno da escolaridade, e a região Centro-Oeste, o maior retorno. Além disso, os resultados regionais, quando se tem a influência do sexo, indicaram que os indivíduos do sexo feminino possuem taxas de retorno da escolaridade menores que as verificadas para os homens. Por fim, na análise por grau de instrução, verifica-se que os retornos da escolaridade são crescentes, e o que o ensino superior é o que traz maior retorno salarial.</p>
IONE RIBEIRO VALLE (UFSC)	Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais	<p>Tem sido unânime entre os sociólogos a ideia de que a educação ocupa um lugar estratégico na cena moderna desde meados do século XVIII, quando Condorcet a incluiu no campo dos direitos do cidadão. Se outrora ela era unicamente uma questão familiar, ficando ao abrigo de todo debate sobre a justiça, ao ser vista como um direito, torna-se de interesse de todos. Espera-se, desde então, que o desenvolvimento dos sistemas escolares não apenas amplie o “capital humano” e as competências úteis à economia, mas torne os indivíduos e as sociedades melhores e mais “civilizados”. No entanto, apesar do estreitamento das relações entre educação (escolar) e justiça social, o que vai se efetivar por meio da meritocracia escolar, as desigualdades fracionam-se, multiplicam-se e diversificam-se no âmbito da escola, do mundo do trabalho, das hierarquias sociais, sem que se consiga desmontar o mecanismo e a lógica que elas ocultam. É neste quadro de reflexão crítica que se constrói a noção de justiça escolar; uma noção que pode representar um avatar das políticas para a educação, pois abrange todas as dimensões dos sistemas educacionais. Para compreendê-la, foi necessário retomar dois princípios que fundam os movimentos de escolarização e os projetos de democratização da educação das sociedades modernas: a igualdade e o mérito. Eles vêm ganhado força e legitimidade nas reformas aprovadas para a educação brasileira do novo milênio. O primeiro é considerado como um dos princípios ao mesmo tempo mais evidentes e mais complexos da justiça; o segundo é incontornável na imagem de um mundo justo, no qual cada um seria recompensado unicamente em função de seu mérito, de seus esforços e dos resultados destes. Nosso objetivo nesta reflexão é tentar apreender os mecanismos da escola conservadora – e reprodutora – a fim de saber em que condições a escola pode se tornar libertadora e justa.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do Artigo	Resumo
JOVANI AUGUSTO PUNTEL (UNISC; Cedejor); CARLOS ÁGUEDO NAGEL PAIVA (UNISC; FEE); MARÍLIA PATTA RAMOS (UFRGS)	Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo	Este estudo analisa a situação e as perceptivas dos jovens rurais no campo, identificando como uma proposta de educação de caráter informal (pós-médio) e voltada para o empreendedorismo do jovem rural pode contribuir para a melhoria das suas condições de vida e incentivá-los a optar pela realização de seus projetos de vida no campo. Este estudo também traz aspectos sobre o desenvolvimento agrário, bem como as questões que permeiam a agricultura familiar frente às nuances que influenciam estes jovens para as suas escolhas de vida. Neste contexto, a educação assume papel importante para a formação da base do ser humano, tanto nos aspectos do conhecimento, quanto no fortalecimento da personalidade do indivíduo, exercendo grande parcela de responsabilidade sobre as oportunidades e escolhas que estes jovens terão. Para mostrá-lo, o presente estudo traz desde elementos constituintes sobre o modelo de ensino público desenvolvido no Brasil, até os modelos de educação trazidos pelos movimentos sociais, considerados mais adequados à população do campo, ou seja, a pedagogia da alternância e o movimento pela educação do campo. É nesta proposta de ensino que se enquadra o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). A pesquisa de campo realizada trouxe informações que permitem verificar a contribuição desta modalidade de ensino para o desenvolvimento dos jovens rurais na região do Vale do Rio Pardo (RS). Com base em uma pesquisa quase experimental com mais de 200 jovens rurais, constata-se que os maiores problemas para os jovens desenvolverem seus projetos de vida no campo são: a baixa remuneração, a ausência de área de terra suficiente para o trabalho e a dificuldade de acesso a créditos para desenvolver novas atividades produtivas. Por um lado, constata-se, ainda, que os jovens rurais que participaram no PEJR, além de apresentarem maior inserção social, mostraram também maior consciência ambiental e maior grau de diversificação produtiva nas unidades familiares o que os jovens do grupo dos não participantes(NP). Tal constatação valida a contribuição do programa para melhoria destes aspectos no grupo dos agentes de desenvolvimento rural (ADRs). Por outro lado, também foi verificado que, mesmo os ADRs tendo apresentado maior grau de diversificação produtiva, esta foi mais significativa no plano da produção para autoconsumo o que para a venda no mercado. Dessa forma, a diversificação mercantil continua sendo um desafio a ser mais bem trabalhado no PEJR e enfrentado em esforço conjunto pelos atores da região.
JÚLIO C. G. BERTOLIN (UPF); CRISTINA FIOREZE (UPF)	Avaliação do desempenho da educação superior brasileira: medindo indicadores de equi- dade no acesso, formação de capital humano e produção científica do sistema no pe- ríodo 2000-2009	Este artigo realiza uma avaliação do desempenho da educação superior no Brasil, visando identificar suas contribuições para o desenvolvimento social e crescimento econômico do país. A avaliação desenvolvida utiliza a medição de indicadores de saídas e resultados do sistema na última década – período de 2000 a 2009 – para emitir juízo de valor sobre a educação superior brasileira. A definição dos indicadores tomou como referência os instrumentos de avaliação de sistemas de educação empregados por organismos internacionais, tais como Unesco, OCDE e Banco Mundial. Os indicadores foram estruturados nas dimensões: equidade no acesso, formação de capital humano e produção científica e inovação. Tais dimensões são consideradas relevantes em termos de impacto da educação superior na conjuntura socioeconômica brasileira atual. No final, é apresentada uma análise acerca do desempenho geral da educação superior nas dimensões avaliadas.
LEONARDO BORNE (UFC); MARCO ANTONIO TOLEDO NASCIMENTO (UFC); JOSÉ BRASIL DE MATOS FILHO (Escola de Música Maestro Wilson, Sobral-CE)	Parcerias entre redes de ensi- no para o desenvolvimento da educação musical na região norte e noroeste do Ceará	Com a implementação da Lei nº 11.769/2008, que trata da música como componente curricular obrigatório na escola básica, procura-se, no presente escrito, compreender e analisar o desenvolvimento da educação, especificamente da educação musical, no contexto da escola básica no Norte e Noroeste cearense, bem como o papel das parcerias entre redes de ensino pública (municipal, estadual e federal) neste processo. É através de visita a duas iniciativas que interligam universidade federal, governo estadual e prefeitura municipal – relatos, propostas metodológicas e avaliações – que sugere-se a discussão sobre a efetiva implementação da lei. Percebe-se que essas iniciativas de formação do educador musical contribuem para o desenvolvimento da educação no contexto que estão inseridas, porém também nota-se que elas podem ser replicadas em outras realidades brasileiras. Conclui-se que é possível uma efetiva formação tanto do músico quanto do educador, porém salienta-se que essas iniciativas necessitam, ainda, de novas reflexões para que se possa ter uma real dimensão de seu impacto.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do Artigo	Resumo
LEONARDO MELO LINS (USP)	Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão	A relação entre educação e economia, ou sistema educacional e sistema econômico, na ciência econômica e na sociologia, se dá de diversas maneiras: como o primeiro influencia o segundo; como demandas econômicas devem ser respondidas por mudanças no sistema educacional; evidências de retornos financeiros maiores para indivíduos mais escolarizados; investimentos altos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) pelos países desenvolvidos, que requerem um corpo de mão de obra extremamente qualificada; a crescente demanda por profissionais qualificados nos países em desenvolvimento; entre outros exemplos. Evidencia-se que, no que tange à educação e à economia, observa-se um conjunto de correlações, de modo que mudanças em cada um dos termos levam a mudanças nos outros. O propósito do artigo é buscar as implicações que algumas teorias do crescimento econômico e do capital humano trazem para a educação: o que a teoria econômica diz sobre a necessária educação para o crescimento econômico, especificamente o aumento da produtividade do trabalho via aumento da escolarização e, assim, movimentar um debate que coloca em questão a retroatividade entre educação e economia.
LUCAS LEAL (Unirio)	Desenvolvimento da cultura cinematográfica: novas tecnologias para educação de jovens e adultos	O artigo relaciona considerações para o desenvolvimento cultural a partir das novas tecnologias no processo educacional. Ele faz parte de um estudo mais amplo relacionado com o cinema e/ou filme dentro da conjuntura social de comunidades populares na educação de jovens e adultos (EJA). Na análise, recorreremos aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por se tratar de importante documento educacional e à Lei de Diretrizes e Base (LDB – Lei nº 9.394/1996) a respeito da arte no currículo. No entanto, é de interesse a (re)leitura tanto das ideias do teórico educacional Paulo Freire como também o trabalho filosófico de Álvaro Vieira Pinto a respeito do conceito de tecnologia. Para entendermos os conceitos trazidos, recorreremos também à ideia de historicidade no processo de desenvolvimento cultural ou evolução cultural do homem. Consequentemente, nossa (re)leitura se fez necessária frente às transformações históricas em relação ao trabalho dos teóricos citados. Além de que, todas as considerações sobre o tema procuram articular com concepções de teóricos específicos da área. É importante pontuar aqui que, mesmo sendo provisórias, as conceituações são tratadas como base teórica para inserção no campo prático. Neste sentido o próprio exercício de transformar um subtópico de capítulo da dissertação de mestrado em artigo proporcionou a percepção de algumas necessidades para o andamento conclusivo do estudo.
LUCIANA SANTOS LENOIR (Unimontes)	Relações entre qualidade da educação no Brasil e desenvolvimento	O presente artigo compreende um breve histórico acerca da educação enquanto elemento de um processo amplo e agregado de valores socioeconômicos e culturais delineados pela estrutura das sociedades no decorrer dos tempos. Por meio de reflexões acerca das referências conceituais de qualidade da educação e das concepções de desenvolvimento, buscam-se argumentos capazes de justificar as relações entre os referidos aspectos face às transformações culminadas. Além disso, expõe algumas considerações teóricas tendo em vista compreender as bases da consolidação das políticas públicas e sociais alicerçadas pelo Estado, como também, desencadeia uma discussão preliminar referente aos aspectos que inibem a participação democrática da sociedade civil no processo da formação estrutural das políticas públicas.
MARA JANAINA G. OLIVEIRA (UNESP); ALEXANDRE SARTORIS (UNESP)	Um perfil de concluintes do curso superior com base no Enade (2005)	A educação superior pode ser considerada uma ferramenta que possibilita ao indivíduo, através do investimento em seu capital humano, ampliação de sua capacidade produtiva e maiores salários, proporcionando menor iniquidade na distribuição de renda entre os indivíduos. O objetivo deste trabalho é traçar um perfil socioeconômico do recém-formado no ensino superior brasileiro com base em dados do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade). Como se sabe, a escolha do curso superior no Brasil tem forte influência de fatores sociais e econômicos. Para estimar probabilidades com que um graduado seja de determinado curso, dado seu perfil, um modelo <i>logit</i> multinomial foi estimado. Conclui-se que, quando a expectativa em relação ao curso é de ganhos futuros, homens brancos, negros e mulatos tendem a escolher cursos de exatas e engenharias. Em contrapartida, os cursos de humanas, em sua maioria, são demandados por mulheres brancas, negras e mulatas. Mesmo assim, há mulheres brancas, em certas regiões como Sudeste e Sul, que têm preferência por curso de engenharias e exatas.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do Artigo	Resumo
MARCO TÚLIO ANICETO FRANÇA (UFPR); ROGÉRIO ALLON DUENHAS (UFPR); FLÁVIO DE OLIVEIRA GONÇALVES (UFPR)	Aproximar a escola da comunidade pode afetar a qualidade da educação e os níveis de violência?	O artigo mostra o impacto da abertura de escolas da primeira fase do ensino fundamental a comunidades que estão localizadas em áreas vulneráveis nos finais de semana. As questões analisadas serão sobre a violência percebida pelos diretores das escolas e sobre a aprendizagem dos estudantes. A metodologia empregada na análise da violência foi baseada nos mínimos quadrados ponderados por <i>propensity score</i> e para os aspectos envolvendo a qualidade foi empregado o diferenças em diferenças. Dois contrafactuais são utilizados: escolas que aguardavam a entrada no programa e escolas que não demonstraram interesse. Os resultados mostram que o programa teve impacto positivo sobre algumas dimensões da violência como a melhoria no relacionamento entre o corpo discente, redução de crimes contra a propriedade e tráfico de drogas dentro da escola. Todavia, os resultados mostram impactos negativos sobre o desempenho médio das escolas, embora não foram estatisticamente significantes. Conclui-se que o programa, apesar de melhorar o ambiente escolar, é incipiente ao transformar tais melhorias em acréscimos de qualidade da educação.
MARIA ELIZETE GONÇALVES (Unimontes); EDUARDO LUIZ GONÇALVES RIOS-NETO (Cedeplar/UFMG); CIBELE COMINI CÉSAR (UFMG)	Determinantes socioeconômicos, demográficos e institucionais da repetência no ensino fundamental brasileiro	O principal objetivo deste artigo consistiu na identificação e análise dos determinantes da ocorrência da repetência, entre a 4ª e a 8ª série do ensino fundamental. O desenvolvimento do estudo está baseado na análise da trajetória escolar de uma coorte de alunos matriculados na 4ª série do Ensino Fundamental, em 1999, pertencentes a escolas situadas nas áreas urbanas de microrregiões localizadas em alguns estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Estes alunos foram acompanhados até 2003, ano em que deveriam concluir a 8ª série. A análise hierárquica teve o mérito de revelar que, nas escolas com uma menor proporção de repetentes, é mais evidenciada a relação entre a repetência e a 5ª série. Supõe-se a possibilidade de associar a menor ocorrência do evento às escolas com melhores recursos físicos e humanos. Mesmo nessas escolas, a repetência foi mais expressiva na 5ª série. Essa série marca a transição entre os métodos de organização curricular. Percebe-se que o aluno é fortemente afetado pelas mudanças na grade curricular ocorridas entre a 4ª e a 5ª série. A sugestão é que haja uma revisão no projeto pedagógico de cada escola de forma a minimizar o efeito dessa mudança sobre o desempenho acadêmico.
MARIA GONÇALVES CONCEIÇÃO SANTOS (UNEB); ADALBERTO DE SALLES LIMA (UNEB)	As perspectivas de ingresso da juventude afrodescendente no mundo do trabalho na cidade de Nazaré-BA	O estudo tem o propósito de entender como a juventude afrodescendente, oriunda de áreas periféricas, se insere no mundo do trabalho, nas cidades pequenas e médias do Recôncavo Baiano. Para isso, ocorre a necessidade de uma reflexão acerca das perspectivas dos jovens afrodescendentes, oriundos do ensino médio, em relação às saídas profissionais. A primeira fase do trabalho tem o intuito de analisar as perspectivas de ingresso no mundo do trabalho, dos estudantes do Ensino Médio, na cidade de Nazaré-BA. O que eles pensam a respeito de sua formação, contexto socioeconômico e inserção profissional constituem abordagens principais deste artigo. Neste sentido, surgiram alguns questionamentos. Como a escola prepara o jovem para as questões raciais na perspectiva do mundo de trabalho? Qual o papel da escola no processo de formação profissional e a relação das competências adquiridas dos educandos com o mundo do trabalho? Quais as perspectivas da juventude ao concluir o Ensino Médio? Sendo assim, foi delineado o caminho metodológico para a concretização do estudo. A leitura de autores contemporâneos como Abramo (2007), Iriart (2010), Junqueira (2006) e Gonzales (2009), entre outros, a visita a alguns órgãos públicos, a aplicação de 209 questionários e as entrevistas foram importantes para a compreensão da realidade estudada. Todas as informações foram processadas utilizando a planilha de tabulação de dados do Estatística Aplicada às Ciências Sociais (SPSS), os resultados transformados em cartografias, com o auxílio de programas como Excel, softwares para geoprocessamento e Power Point. A delimitação temporal teve início em agosto de 2010 e a conclusão em agosto de 2011. O estudo sobre escola, juventude e mundo do trabalho, identificou uma insatisfação e incertezas dos estudantes pesquisados em relação à formação profissional, somado à baixa oferta de emprego na cidade de Nazaré. As perspectivas dos jovens estão associadas às possibilidades oferecidas e ao estímulo em desenvolver suas potencialidades. O estudo aponta a necessidade de repensar novos caminhos de desenvolvimento local que incluam a juventude afrodescendente nas pequenas cidades do Recôncavo Baiano.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do Artigo	Resumo
MARIA SILVIA LIMA SILVA TRIANI (UFES); DANIEL HENRIQUE FERREIRA (UFES); ROBERTA FREIRE BASTOS (UFES)	Planejamento educacional no contexto da federação brasileira: o desafio do PAR	O presente trabalho trata dos resultados parciais da pesquisa em andamento originada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com vinculação ao projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES): gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR). Este estudo tem o propósito de analisar o contexto da federação brasileira sob a ótica do planejamento configurado no governo Lula (2003-2011). Por efeito, traz à luz das discussões a política do PAR, criado no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cuja base encontra-se no regime de colaboração e na autonomia entre as esferas governamentais. A partir da perspectiva teórica de compreensão das técnicas de planejamento, o PAR revela uma experiência recente de indução do governo federal que visa fomentar a descentralização das ações das políticas educacionais, via o planejamento centralizado da União, cuja gestão é distribuída para os entes federativos. Alguns municípios pesquisados apontaram que a aplicação do PAR trouxe uma nova estratégia de ação até então não vivenciada pela totalidade do sistema.
MÁRIO LUIZ DE SOUZA (CEFET-RJ)	A educação e o desenvolvimento na visão do empresário industrial	Este artigo trabalha com o projeto de educação escolar presente nos artigos do empresariado industrial que abordam a questão do crescimento econômico, demonstrando que este debate se insere num projeto societário defendido por essa fração da classe empresarial brasileira como caminho para o desenvolvimento do país. Tais artigos foram publicados no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> no período do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).
MÔNICA DA SILVA PARANHOS (UFRJ)	A formação do trabalhador polivalente	O objetivo deste trabalho se volta para o trabalhador industrial que estava emergindo dos cursos profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em função da reestruturação produtiva na década de 1990. O estudo se desdobrou em dois níveis distintos. No primeiro, analisa-se como o Senai estava realizando a formação dos aprendizes que se tornariam os novos trabalhadores fabris do setor metal-mecânico. Para isto, identificaram-se novas habilidades, os novos princípios e valores que o Senai inculcou nestes aprendizes. No segundo, apreendeu-se percepções e representações dos aprendizes e também de seus instrutores sobre as experiências vivenciadas nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no processo de aprendizagem. Por fim, tenta-se indicar as dimensões e os papéis que o Senai teve na formação e na definição da vida profissional destes trabalhadores.
MURILO CÁSSIO XAVIER FAHEL (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO); THAIS MORAIS (PNUD; MDS); BRUNO CABRAL FRANÇA (Fundação João Pinheiro)	O impacto do Programa Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais	O presente artigo discute os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a matrícula escolar dos beneficiários entre 6 e 17 anos no estado de Minas Gerais. O método utilizado na investigação foi o <i>propensity score matching</i> , que consiste na seleção e comparação de um grupo de controle e um grupo de tratamento que se diferenciam em relação às variáveis observáveis apenas no fato de receberem ou não o benefício. A pesquisa observou que o PBF, de fato, aumenta a matrícula escolar dos beneficiários, principalmente dos adolescentes entre 15 e 17 anos, dos negros, dos moradores de área rural e das crianças e jovens do sexo masculino – grupos tradicionalmente com maiores taxas de reprovação e evasão.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do Artigo	Resumo
PATRICIA LESSA SANTOS COSTA (UNEB); MARTA ROSA FARIAS DE ALMEIDA MIRANDA (UNEB)	Educação superior e desenvolvimento no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas	Este trabalho analisa a temática da ação participativa no âmbito da cultura cívica. O objeto empírico eleito para o estudo é o processo histórico de criação e consolidação, a partir da década de 1960, das quatro universidades estaduais da Bahia: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como expressão de setores da sociedade civil em diversas regiões pela conquista do direito à educação universitária. O pressuposto geral orientador do trabalho é que o desenvolvimento de uma sociedade depende de que seus indivíduos se orientem coletivamente em torno de princípios e valores expressos a partir da formação das identidades coletivas, com vistas a alcançar direitos e condições de reprodução de vida, favorecendo, assim, o desenvolvimento de uma vida sociopolítica democrática. Esse tipo de ação se contrapõe à tradição brasileira na qual a emergência de uma cultura cívica pluralista tem sido dificultada por uma sociedade elitista e segmentada em torno de desigualdades diversas, seja no acesso às agências públicas, seja com relação à própria integridade do cidadão (fome, segurança, saneamento, infraestrutura urbana e rural etc.), seja pelo não reconhecimento dessas desigualdades que inferiorizam e também das diferenças. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que englobou o levantamento e a análise de conteúdo de informações oriundas de entrevistas com os atores que protagonizaram tal empreendimento, bem como de documentos. O estudo revela a visão que tais indivíduos têm deste processo e de que maneira avaliam a universidade que ajudaram a edificar, produto do seu protagonismo. No caso das quatro universidades baianas, que apresentam perfis e processos históricos diferenciados, a criação remonta à trajetória nacional de incentivo à formação de professores para o Ensino Médio e de profissionais para a indústria crescente, trajetória essa iniciada na década de 1950 e consolidada nas décadas seguintes. No bojo do período desenvolvimentista, ganhou impulso o processo de luta por um reconhecimento das demandas regionais por educação, com vistas à inclusão cultural, por parte dos pioneiros dessa iniciativa nas várias regiões da Bahia. São intelectuais, educadores, políticos, líderes comunitários e religiosos que constituíram um movimento irradiador do desenvolvimento a partir da universidade.
RODRIGO DE A. C. LAMOSA (UFRJ); CARLOS FREDERICO B. LOUREIRO (UFRJ)	A educação ambiental e o robustecimento da escola pública: um estudo de caso em Teresópolis-RJ	Neste artigo, procura-se analisar experiências de parcerias entre empresas e escolas, através de três projetos de educação ambiental (EA) e dos resultados da pesquisa empírica nas escolas. A pesquisa que resultou neste artigo teve como metodologia o estudo de caso, tendo sido pesquisadas 25 escolas públicas municipais de Teresópolis-RJ. O artigo se inicia com o estudo do processo de inserção da EA nas escolas brasileiras, ocorrida nos últimos dez anos. Em seguida, foram analisados o contexto de robustecimento da escola pública brasileira e os projetos de EA de três empresas, identificados nas escolas pesquisadas. Por fim, a pesquisa teve como objetivo verificar o impacto destes projetos, focando nos aspectos ressaltados pelo MEC: currículo (diretrizes, arranjo e conteúdo); reorganização da carga horária docente (gestão escolar) e formação inicial e continuada de professores. Conclui-se que a ação empresarial contribui para a inserção de uma "EA à brasileira" no contexto de ampliação para menos das escolas públicas, porém, sem contribuir para o avanço nas questões fundamentais apresentadas pelo próprio MEC.
VITOR BORGES MONTEIRO (UFC); ELANO FERREIRA ARRUDA (UFC)	O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza	Este trabalho analisa a influência da violência urbana na evasão escolar das escolas da rede estadual na Região Metropolitana de Fortaleza em 2003 através de um arcabouço analítico <i>quanti-quali</i> . A análise qualitativa parte de uma investigação <i>in loco</i> em escolas e entrevistas com pais, diretores e professores. De forma complementar, utilizou-se ainda dados de 54 escolas para uma análise descritiva desta problemática. Por fim, procedeu-se a uma análise empírica a partir de modelos econométricos policotômicos sob a hipótese Probit. Os resultados apontam que a violência urbana apresenta um impacto positivo e estatisticamente robusto nas chances de uma maior evasão escolar. Portanto, escolas localizadas em municípios mais violentos têm maiores níveis de evasão de alunos. Além disso, os resultados também mostram que, quanto maior for a relação professor/aluno, menor será a probabilidade de uma maior evasão dos estudantes.

ÁREA 4: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ADRIANA KIRCHOF DE BRUM (UFGD); AIRTON PINTO DE MOURA (UEMS)	Instituições e desenvolvimento econômico	A análise do efeito das instituições sobre o desempenho econômico dos países vem ganhando destaque cada vez maior nos estudos de economia realizados no Brasil nos últimos anos. O postulado básico de que “as instituições importam” traz à tona a discussão de uma série de questões para explicar por que determinadas economias crescem a taxas maiores do que outras. Sob o ponto de vista institucionalista, o desempenho econômico surge como consequência de uma determinada configuração institucional, em que o aspecto histórico é relevante, uma vez que este reflete, direta ou indiretamente, o tipo de postura a ser tomada pelos agentes nas esferas econômica, política, social e inovativa. Nessas condições, o presente artigo tem por objetivo analisar as mudanças institucionais ocorridas entre 1995 e 2002, salientando as principais mudanças no que se refere à configuração do regime de Estado e forma de inserção internacional, bem como sua influência no desempenho da economia brasileira durante o período.
ADRIANO JOSÉ PEREIRA (UFSM); RICARDO DATHEIN (UFSM)	Sistema nacional de inovações e comportamento inovativo das grandes empresas nacionais e estrangeiras da indústria de transformação brasileira	O artigo analisa a influência do comportamento inovativo das grandes empresas da indústria de transformação brasileira sobre a formação do Sistema Nacional de Inovação (SNI), utilizando-se da base de dados da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC) de 2000, 2003 e 2005, a partir da construção de indicadores relativos à responsabilidade pelo desenvolvimento de produto e/ou processo; localização e importância das fontes de informação; relações de cooperação; esforço inovativo e qualificação das pessoas ocupadas em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Conforme os indicadores considerados, as empresas estrangeiras têm inovado, predominantemente, a partir de relações intracorporativas, caracterizando-se por um comportamento “hierarquicamente integrado”, com “reação adaptativa” ao que acontece em âmbito internacional. Por sua vez, as grandes empresas nacionais, em regra, têm inovado relativamente menos, além de se caracterizarem como “seguidoras” das estratégias inovativas das empresas estrangeiras. Neste sentido, conclui-se que o comportamento inovativo destes dois grupos de empresas não tem favorecido o desenvolvimento do SNI brasileiro.
ALEX SANDER SOUZA DO CARMO (UFPR); MAURÍCIO VAZ LOBO BITTENCOURT (UFPR)	O comércio intraindustrial entre Brasil e os países da OCDE: decomposição e análise de seus determinantes	O principal objetivo do presente trabalho é analisar o comércio intra-industrial (CII) entre o Brasil e os países da OCDE, no período compreendido entre 2000 a 2009. Especificamente, pretende-se decompor o CII bilateral e analisar os seus determinantes. Os principais resultados encontrados mostram que os Estados Unidos e o México são os países da OCDE que possuem o maior volume e índice de CII com o Brasil, respectivamente. Ademais, verificou-se que em todas as relações bilaterais, o comércio intraindustrial vertical (CIIV) é superior ao comércio intraindustrial horizontal (CIIH), em que os produtos exportados pelo Brasil possuem qualidade inferior a dos produtos importados. Após a decomposição do CII parte-se para a análise empírica dos seus determinantes. Neste caso, devido à predominância do CIIV, utilizou-se como referencial teórico o modelo de Falvey e Kierzkowski (1987). A técnica econométrica utilizada para a estimação do modelo foi de dados em painel. Conforme os resultados obtidos a partir do método de efeitos aleatórios, verificou-se que, a 10% de significância, a diferença na dotação de fatores (em termos da razão capital/trabalho) tem um impacto positivo sobre o comércio intraindustrial vertical bilateral, corroborando a hipótese central do modelo de Falvey e Kierzkowski (1987).
ANA MARIA RITA MILANI (UFA)	Questões para se pensar o desenvolvimento no Brasil: especialização regressiva e pauta exportadora no período 2003-2010	Este artigo tem por objetivo estudar como se apresenta a mudança estrutural na indústria a partir da aplicação do modelo de ajuste estrutural, tentando analisar como este processo repercute na especialização produtiva e na forma de inserção internacional através da especialização da pauta exportadora. Apresentam-se a evolução do debate sobre desindustrialização, especialização regressiva e doença holandesa. A partir dos dados ilustrativos do comportamento do crescimento e da pauta exportadora do governo Lula, sinalizam-se caminhos possíveis do debate de desenvolvimento do Brasil.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ANA PAULA AMAZONAS SOARES (UFRPE); ELIANE APARECIDA PEREIRA DE ABREU (UFRPE); ANA MARIA NOVAES DA SILVA (UFRPE)	Perfil das famílias artesãs dos municípios de Angelim, Canhotinho, São Bento do Uma do Agreste de Pernambuco – 2010	No período 2003-2006, ações de assistência técnica e extensão rural (ATER), financiadas com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), viabilizaram a identificação de arranjos produtivos no Agreste Meridional de Pernambuco. Em 2008, a parceria de várias instituições resultou na aprovação do Projeto Plantando Renda, uma proposta da ATER para Organização das Mulheres Agricultoras no Agreste Meridional de Pernambuco nos municípios de São Bento do Una, São João, Canhotinho e Angelim. Entre os objetivos do projeto, tem-se a caracterização das famílias vinculadas à produção artesanal nos respectivos municípios. Para atender a este objetivo, realizou-se aplicação de questionários que viabilizassem a identificação do perfil familiar, bem como da estrutura produtiva dessas famílias. Este artigo constitui resultado inicial deste trabalho, tendo como objetivo efetuar a caracterização das famílias vinculadas à produção de artesanato; bem como identificar a estrutura produtiva na qual esta atividade é desenvolvida. O perfil das famílias e do processo produtivo viabilizará a identificação de aspectos positivos e negativos, tornando possível a organização de grupos produtivos para formação do arranjo produtivo local do artesanato no agreste pernambucano e, em períodos subsequentes, proposições mais efetivas na solução dos pontos fracos vivenciados e exploração das potencialidades.
ARMANDO FORNAZIER (Ipea; UNICAMP); JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO (Ipea; UnB)	Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2006	A agropecuária brasileira possui um reconhecimento internacional pela produção e exportação de muitos produtos, mas, ao mesmo tempo em que o Brasil possui uma agropecuária inserida em modernas cadeias produtivas, muitos produtores encontram-se em situação de pobreza rural, produzindo apenas para a subsistência. Esse fenômeno do “moderno” conviver com o atrasado, chamado de heterogeneidade estrutural (HE), já era descrito na década de 1970 pela escola da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), tanto no nível entre países, bem como entre setores e até mesmo dentro do mesmo setor. Muitos fatores podem contribuir para a HE, desde a implementação de políticas agrícolas, causas climáticas, organização, social, entre outros. Contudo, a tecnologia também tem uma grande importância em diminuir ou aprofundar a HE, na medida em que permite otimizar a produção, fazendo uma melhor combinação de fatores, por exemplo, poupando terra ou capital. Esse trabalho busca analisar a heterogeneidade estrutural no setor agropecuário brasileiro com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006. A heterogeneidade não é unicamente pela condição de ser pequeno ou grande produtor, mas outras características como as culturais, geográficas, climáticas, entre outras podem ocasionar essas disparidades. Porém, a tecnologia pode conseguir reverter disparidades ou aprofundá-las na medida em que não há o perfeito acesso ou difusão tecnológica entre o conjunto dos agentes produtivos. É preciso também levar em consideração outras características como a organização social, o aprendizado e a cooperação dos produtores.
BENJAMIN ALVINO DE MESQUITA (UFMA)	Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva no Maranhão	A presente comunicação realiza uma análise exploratória sobre o crescimento econômico do Maranhão nas últimas décadas e as mudanças ocorridas na estrutura produtiva na economia local. Neste sentido as séries históricas das contas nacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) foram úteis e indispensáveis. Na pesquisa se procura também detectar a dinâmica dos diferentes setores e atividades econômicas ao longo das décadas 1985-2010, bem como a ação dos diferentes agentes (governo e grandes empresas) que estão por trás deste processo de desenvolvimento econômico e suas implicações socioeconômicas. Ressalta-se, ainda, a opção que o governo do estado do Maranhão faz no sentido de atrair grandes projetos à economia local.
CARLOS HENRIQUE MENEZES GARCIA (CEETEPS); ELISIANE SARTORI (CEETEPS); ENRIQUE VIANA ARCE (CEETEPS)	Desenvolvimento a partir das TICs: uma abordagem da difusão tecnologia na economia paulista através do emprego	As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são potencialmente dotadas de um caráter pervasivo que, na vida econômica, pode se traduzir na elevação dos ganhos de produtividade e criação de novos mercados. O objetivo do presente artigo é, a partir da abordagem teórica e empírica do emprego de TIC, analisar as características da difusão destas tecnologias na economia paulista.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
CLAUDIO ROBERTO AMITRANO (Ipea)	Instituições e crescimento econômico: conectando as noções de regime	Este trabalho visa mostrar que conceitos como os de regime de crescimento, crescimento com restrição no balanço de pagamentos e financeirização, presentes em diversos estudos pós-keynesianos sobre crescimento econômico, não são só compatíveis, mas complementares entre si. Tal conciliação pode ser melhor interpretada com o uso de alguns conceitos da teoria da regulação francesa.
DANIEL OLIVEIRA PAIVA DA SILVA (UFPB); IGNÁCIO TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR (UFPB)	Análise empírica da função investimento privado no Brasil	A função investimento privado brasileira estimada com base em dados para o período de 1995 a 2006, empregando-se a metodologia econométrica de auto regressão vetorial (VAR), apresentou os seguintes resultados: efeito acelerador do produto interno produto, dada uma elasticidade de 1,387; correlação serial no investimento privado indicado pela elasticidade de 0,503 para o investimento privado defasado em um período; consumo das famílias capaz de mitigar o nível de investimento privado da economia com uma elasticidade de -0,382; efeito <i>crowding-out</i> dos investimentos realizados pelo setor público sobre o investimento privado, expresso pela elasticidade de -0,106; e por fim, um resultado pouco encontrado nos estudos empíricos para o Brasil, que foi a significância estatística da taxa de juros real, com efeito negativo dada elasticidade de -0,035.
DANIELA TATIANE DOS SANTOS (UFSCAR); MÁRIO OTÁVIO BATALHA (UFSCAR); MARCELO PINHO (UFSCAR)	A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras	Este artigo tem o intuito de avaliar as mudanças no consumo de alimentos na China e seu impacto sobre as exportações agroindustriais brasileiras. O crescimento econômico chinês provocou nas últimas décadas importantes mudanças na estrutura mundial da demanda por alimentos. Em decorrência dessas transformações, ocorreram importantes aumentos das exportações brasileiras de origem agrícola para a China. As análises apresentadas no trabalho baseiam-se na sistematização de informações sobre o consumo disponíveis no site da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) e sobre o comércio exterior do Brasil fornecidas pela (Secretaria de Comércio Exterior) Secex e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Entre os resultados encontrados, podem ser destacadas a redução, já observada do dinamismo em muitos dos mercados de alimentos na China, a baixa penetração das importações nos mercados chineses de alimentos para uso humano e a forte concentração das exportações agroindustriais brasileiras para o país em um número pequeno de cadeias produtivas.
DAVID FERREIRA CARVALHO (UNICAMP); ANDRÉ CUTRIM CARVALHO (UNICAMP)	Complexo da indústria de alumínio e seus efeitos em cadeia para trás e para frente na economia da Amazônia: uma análise estrutural focada na matriz de contabilidade social	Esse artigo procura estudar a importância econômica da indústria de alumínio na região Norte como indutor de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, sua capacidade de realizar investimentos autônomos propulsores dos efeitos multiplicadores de renda, produto e emprego, bem como efetivar os investimentos indutores para a formação de ligações setoriais chamadas de efeitos “para trás” e “para frente”, com o intuito de estruturar cadeias produtivas verticalizadas, contribuindo para a formação de um verdadeiro complexo industrial de alumínio articulado com outras atividades locais na economia da Amazônia.
EDUARDO MENDES DE CARVALHO (PUC-RJ); JOÃO CARLOS MENDONÇA DIDIER SILVA PEIXE (PUC-RJ)	Estado x mercado, capitalismo democrático x supercapitalismo - De Borón a Reich: os rumos da sociedade brasileira	O artigo pretende abordar a reestruturação do sistema capitalista pós-quebra dos acordos de Bretton Woods, bem como suas relações com a reforma neoliberal iniciada nos anos 1980 e implementada no Brasil a partir da década de 1990, tendo como referência uma revisão bibliográfica que explicita um contexto de reformulação da vida em sociedade. Reformulação imposta por uma reestruturação produtiva, sentida de forma mais ostensiva nas duas últimas décadas sob novos paradigmas do mundo do trabalho, juntamente a uma filiação mercadológica relacionada a objetivos focalizados, refletindo em mudanças nas formas de concepção, gestão e organização da sociedade em sua totalidade. O conjunto de mudanças gestadas nos países de capitalismo avançado reconfigura o Estado e advoga ao mercado serviços antes de sua responsabilidade. O “supercapitalismo” de Robert Reich é citado pelo autor como posterior ao “capitalismo democrático” e fundamentado nos Estados Unidos pelo poder dos “novos leviatãs”, designação proposta por Atílio Borón. Finalizando, uma breve abordagem sobre a situação atual brasileira, seus avanços e desafios, iniciados com as reações da sociedade civil pelo efetivo atendimento de demandas universais listadas na Constituição de 1988 e pela busca de regulamentação legal para os novos anseios sociais.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ELSON CEDRO MIRA (UESC)	O desenvolvimento econômico além do <i>mainstream</i> : institucionalismo e outras perspectivas	Este artigo busca demonstrar que “há vida” além do <i>mainstream</i> econômico, em específico no que tange ao “desenvolvimento econômico”. Por esta razão, ele objetiva apresentar teorias explicativas do “desenvolvimento econômico” em alternativa às da ortodoxia econômica. Ao enveredar por algumas destas teorias, o texto enfatiza o novo institucionalismo econômico (NIE) de Douglass North, destacando a relação entre instituições e desenvolvimento. Partindo, claramente, de uma perspectiva crítica em relação à visão de “desenvolvimento econômico” da economia ortodoxa. Inicialmente caracteriza o <i>mainstream</i> e demonstra suas fragilidades. A seguir recorre a alguns autores, com fins de demonstrar as várias possibilidades que o tema “desenvolvimento” possui. Ainda neste sentido, e com uma dimensão maior, apresenta a teoria novo institucionalista de Douglass North, enfatizando sua leitura do processo de “desenvolvimento”. Demonstra que as alternativas apresentadas à perspectiva do <i>mainstream</i> sobre “desenvolvimento” têm duas marcas fundamentais: <i>i</i>) aderência ao mundo real; e <i>ii</i>) inclusão de variáveis e categorias de análise diretamente relacionadas ao desenvolvimento que não pertencem ao modelo do <i>mainstream</i> . No caso do novo institucionalismo econômico de North, vê-se, também, a exequibilidade de incluir tais categorias de análise sem menosprezar aquelas entendidas como tradicionais da análise econômica.
FRANCISCO ROBERTO F. T. DE LIRA (UFPR)	Desindustrialização no Brasil: mudança estrutural ou doença holandesa?	Este artigo busca explorar o tema da desindustrialização no Brasil ao verificar a natureza deste fenômeno sob duas óticas: um sintoma da doença holandesa ou parte do processo de mudança estrutural. A diferença entre estes tipos de desindustrialização é a composição do setor de serviços, no qual a expansão de serviços mais qualificados destaca a transformação estrutural da economia, enquanto o crescimento de serviços mais rudimentares (comércio) denota a doença holandesa. Com base nisso, o texto pauta-se em analisar a evolução do emprego em diferentes setores para perceber a natureza da perda de participação da indústria; e conclui-se que a desindustrialização brasileira não se encaixa nessas duas óticas.
GUILHERME RICCIOPPO MAGACHO (UNICAMP)	Limite das exportações como fonte do crescimento brasileiro recente: uma análise setorial baseada na modelagem insumo-produto	A economia brasileira passou, entre 2003 e 2008, por um período de expansão que contrastou com a estagnação das duas últimas décadas. Essa trajetória de crescimento, ao passo que se deu em paralelo a uma mudança nos fluxos de comércio do país (em que as exportações se apresentaram em expansão), fomentou interpretações que colocariam a demanda externa como o motor do crescimento recente. Com o objetivo de analisar a capacidade das exportações de gerar crescimento econômico, seja no próprio setor exportador, seja na sua cadeia à montante ou devido ao seu efeito multiplicador na renda, o presente trabalho buscou analisar, por meio da construção de matrizes insumo-produto fechadas (Leontieff-Miyazawa, 1976), os efeitos do aumento das exportações sobre a economia. Apoiado em tais análises, este trabalho apresenta como principal conclusão o fato de que a demanda externa não teria efeitos suficientes sobre a economia a ponto de justificar a expansão do período 2003 a 2008, sendo outros aspectos tão ou mais relevantes para explicar a trajetória verificada no período.
JOILSON DIAS (UEM); EDINALDO TEBALDI (BRYANT UNIVERSITY-EUA)	<i>Institutions, human capital and growth: the long-run institutional mechanism</i>	Este artigo contribui para o debate da relação entre capital humano, instituições e crescimento e desenvolvimento econômico. O artigo devolve um modelo teórico que demonstra que as instituições são responsáveis pelo processo de acumulação dos insumos produtivos da economia. Os testes econométricos com dados em painel entre 1965-2005 demonstraram que as instituições estruturais afetam o desenvolvimento econômico de longo prazo, enquanto as instituições políticas não estão correlacionadas com este processo. Os resultados empíricos também confirmam que é o crescimento do capital humano, e não o nível deste, o responsável pelo crescimento econômico de longo prazo.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
JOSÉ NILO DE OLIVEIRA JÚNIOR (UFPA); ADILSON FREITAS DIAS (UFPA)	Guerra fiscal no estado do Pará: uma avaliação da política de incentivos sobre o ISS, emprego e valor adicionado bruto da indústria	Durante a década 1990, os estados brasileiros desencadearam uma acen-tuada competição fiscal para atrair investimentos privados e fomentar o desenvolvimento regional. A competição era principalmente tributária, notabilizando-se pela concessão de isenções no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) para as empresas que se instalassem em seus territórios, episódio que ficou co-nhecido como “guerra fiscal”. Esta pesquisa avalia os efeitos da política de incentivos fiscais do estado do Pará sobre a receita com Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) dos municípios, geração de emprego e sobre o valor adicionado bruto da indústria. A avaliação consiste no uso de dois modelos econométricos que comparam o comportamento das variáveis observadas em dois períodos distintos, antes e durante a guerra. As estimativas mostram que as variáveis não demonstraram mudança de comportamento ao longo do período da competição fiscal, sugerindo que a política implantada pelo governo estadual não surtiu o efeito desejado.
JULIANA CAROLINA FRIGO BAPTISTELLA (UFSCAR); SOLANGE DE CÁSSIA INFORZATO DE SOUZA (PUC-SP); CARLOS ROBERTO FERREIRA (ESALQ/USP)	Queda na desigualdade de ren-da das macrorregiões brasileiras: a participação dos programas de transferência monetária no período 2001-2009	Este trabalho investiga a participação dos componentes do rendimento domiciliar <i>per capita</i> na recente queda da desigualdade de renda das macrorregiões do Brasil entre 2001 e 2009, de modo a verificar se estes componentes, especialmente as transferências condicionadas de renda, contribuíram de forma semelhante em todas as regiões. Para isso, utilizam-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2009 e a técnica de decomposição do índice de Gini. Constatam-se expressivo aumento da participação do componente “transferências condicionadas de renda” na composição do rendimento domiciliar <i>per capita</i> das macrorregiões brasileiras, ao mesmo tempo em que se verifica notável colaboração deste componente para a queda da disparidade de renda nessas regiões, especialmente no Norte e Nordeste. Em relação à queda do índice de Gini entre 2001 e 2009, no Nordeste, as transferências condicionadas de renda foram as principais responsáveis pela redução. No Norte e Centro-Oeste, este componente contribuiu com a segunda maior parte da queda. Já no Sudeste e Sul colaborou com a terceira maior parcela, uma vez que o trabalho principal respondeu por mais da metade da melhoria distributiva ocorrida nessas regiões.
KAIO GLAUBER VITAL DA COSTA (UFPR); FLÁVIO DE OLIVEIRA GONÇALVES (UFPR); NELSON NEI GRANATO NETO (UFPR)	Desindustrialização, espe-cialização tecnológica e crescimento econômico: uma análise empírica para o período 1989-2010	O trabalho discute empiricamente o fenômeno da desindustrialização e o processo de especialização tecnológica entre 1989-2010. Em primeiro lugar, discute-se empiricamente o fenômeno da desindustrialização e da estrutura das exportações de alta tecnologia. Além disso, com base nos índices de ligação de Rasmussen-Hirschman e o índice puro de ligação (abordagem GHS), calculam-se os índices de ligações para trás, para frente e total com o objetivo de identificar os setores-chave da economia. A hipótese central é que, uma vez verificado o fenômeno da desindustrialização em conjunto com uma especialização tecnológica regressiva, baseada na exportação de produtos intensivos em recursos naturais, ter-se-iam efeitos negativos na taxa de crescimento de longo prazo da economia. O principal resultado do artigo é evidenciar que a perda de densidade industrial, expressa na perda de elos da cadeia produtiva, e um padrão de especialização tecnológica regressiva podem resultar em trajetórias tecnológicas com poucos efeitos dinâmicos sobre a economia.
LUCAS LÚCIO GODEIRO (PUC-SP)	Uma análise empírica do comércio internacional do Chile, Argentina e México a partir da crise dos anos 1980	O presente trabalho objetiva validar o modelo de crescimento econômico de Thirlwall (1979) ao crescimento econômico do produto interno bruto (PIB) de países latino-americanos. Para tanto, foram pesquisados os valores das exportações e importações do Chile, Argentina e México entre 1992 e 2009. Também foi realizada uma análise macroeconômica histórica dos países a partir da crise da dívida dos anos 1980. Os resultados apontam que o Chile, país que definiu o modelo voltado para demanda mundial por exportações, obteve um melhor desempenho quando comparado aos demais. Foi constatado também que o modelo teórico tem um bom poder de explicação sobre o crescimento econômico dos países.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
LUÍS OTÁVIO BAU MACEDO (UFMT)	Direitos de propriedade e o desenvolvimento econômico das etnias indígenas brasileiras: instituições e a emergência da ordem territorial	O artigo busca analisar a relação entre a garantia de direitos de propriedade da terra e o desenvolvimento econômico dos povos indígenas. Realiza-se uma revisão da literatura econômica institucionalista de Coase (1960) e Demsetz (1967), que embasa a posição de relevância dos direitos de propriedade na ciência econômica. Adicionalmente apresentam-se trabalhos mais recentes que argumentam a importância de um conjunto mais amplo de fatores, em especial Fitzpatrick (2006), omitidos na análise institucional econômica: <i>i)</i> adequação às tradições das sociedades indígenas, <i>ii)</i> coalizão de interesses sociais, <i>iii)</i> poder de determinação do Estado. Desenvolve-se, por fim, um breve relato e análise das políticas públicas indigenistas brasileiras e a experiência mal-sucedida do processo de discussão do Projeto de Lei nº2.057/91 que busca legislar um novo estatuto aos povos indígenas.
MARCELO CURADO (UFPR)	Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro	Este artigo recupera os elementos essenciais do debate sobre o papel do processo de industrialização para o desenvolvimento econômico brasileiro. O artigo analisa diversos momentos deste debate, desde suas origens até as recentes discussões sobre a desindustrialização. Argumenta-se que a evolução do tema influencia e é influenciada pelas condições históricas vigentes. Sua conclusão central é que o debate é profundamente marcado pelos diferentes pontos de partida teóricos e metodológicos adotados pela literatura.
MARCELO DE OLIVEIRA PASSOS (UFPeI); RODRIGO DA ROCHA GONÇALVES (UFPeI)	<i>Empirical analysis of development</i>	No processo de desenvolvimento do Brasil, ocorrido no período de 1960 a 2008, a poupança interna foi mais relevante para o financiamento da formação de capital fixo que a poupança externa. Esta conclusão foi obtida por meio de dois modelos aplicados de três hiatos. O primeiro é um modelo de vetores autorregressivos (VAR) e o outro, um modelo de regressão não linear. Neste sentido, a implementação de decisões de política econômica de longo prazo que elevem o nível da poupança interna tendem a ser um tópico importante na agenda brasileira de desenvolvimento nesta década.
MARCOS ANTÔNIO DE BRITO (UFV); JEAN SANTOS NASCIMENTO (UFV); JOÃO EUSTÁQUIO DE LIMA (UFV)	Diferenciais de desenvolvimento econômico entre os municípios brasileiros: uma análise sob o prisma da regressão quantílica	Há pouco tempo o Brasil entrou para o clube dos países com desenvolvimento humano elevado, mesmo apresentando sérios problemas sociais, principalmente os relacionados à concentração de renda, desemprego, precariedade na educação e na saúde, sendo bem mais agravados nas regiões Norte e Nordeste. Posto isto, este artigo tem como objetivo avaliar os diferenciais de desenvolvimento econômico entre os municípios brasileiros. Como se trata de uma medida de desigualdade, usou-se um modelo de análise do desenvolvimento estimado sob regressão quantílica (RQ) para avaliar os efeitos das variáveis explicativas na variável dependente ao longo da distribuição ou dos quantis, diferentemente da estimação por regressão linear básica, que só considera a variabilidade em torno da média calculada via mínimos quadrados ordinários (MQO). Para tal fim, este modelo considera o índice de desenvolvimento municipal (IDM), em função dos indicadores de educação, saúde, emprego e renda. Destarte, observou-se que o indicador que mais contribuiu para o aumento do IDM foi o índice de desempenho da educação (IDE), mas seu impacto diminuiu nos quantis mais elevados, caracterizados por municípios mais desenvolvidos. O mesmo ocorrendo para o indicador docentes com nível superior. Também, a dispersão e a assimetria interquartílica da distribuição do IDM diminuíam se houver variação positiva dos indicadores de educação, evidenciando a diminuição da desigualdade entre os municípios. Para o indicador renda média, o seu impacto é maior para o quartel mais elevado, confirmando a hipótese de concentração de renda. Mas não há diferenças significativas nas regressões interquartílicas. Finalmente, a taxa de mortalidade infantil tem impacto maior nos quantis menores, devido à baixa qualidade da saúde pública precariamente oferecida ao povo brasileiro, sendo os mais atingidos os municípios de localidades menos desenvolvidas.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MARIO DUARTE CANEVER (UFPeI); GABRIELITO MENEZES (UFPeI); VOLNEI KRAUSE KOHLS (UFPeI)	Taxa de formação de empresas no Rio Grande do Sul: deslocamentos espaciais e relação com o crescimento econômico	<p>O propósito deste artigo é identificar regimes espaciais ou <i>clusters</i> de taxas de formação de empresas e a relação destes com o crescimento econômico. Para tanto, desenvolvemos um método de estimação da taxa de formação de empresas, baseado em microdados para os 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados sugerem a presença de <i>clusters</i> da taxa de formação de empresas para os anos atuais, diferentemente do que ocorria em meados da década passada. Isto indica que o aspecto locacional ganhou importância para a formação de novas empresas. Observa-se que regiões tradicionalmente tidas como economicamente menos dinâmicas, atualmente apresentam maiores índices de empreendedorismo, levando a uma redução das disparidades empresariais no estado. Ademais, os resultados mostram que também nos países em desenvolvimento a formação de novas empresas tem efeitos positivos no crescimento econômico. Os efeitos são retardados e significativos para as áreas mais desenvolvidas e com menor taxa de formação de novas empresas. Em contraste, a relação é não significativa para regiões menos desenvolvidas e com altas taxas de formação de novas empresas, o que indica que o empreendedorismo destas regiões é predominantemente por necessidade. Tais resultados são interessantes, dado a escassez de estudos focados nesta relação nos países em desenvolvimento.</p>
MÁRIO ROMERO PELLEGRINI DE SOUZA (UFSC; FAE)	Determinantes do crescimento das regiões: um processo de mensuração	<p>Este trabalho tem por objetivo mostrar um processo de mensuração para o crescimento econômico regional que atenda ao mesmo tempo quatro requisitos básicos: <i>i</i>) se enquadre em uma classificação teórica previamente estipulada; <i>ii</i>) leve em conta os modelos macroeconômicos modernos que tratam de crescimento endógeno; <i>iii</i>) utilize na sua concepção e aplicação o maior número de variáveis influentes no processo do crescimento econômico regional; e <i>iv</i>) inclua no modelo uma variável explicativa denominada “dinâmica interna regional”. A partir do estudo dos fatores determinantes do crescimento econômico regional, fez-se a proposição e o teste de um modelo, com elementos de modelagem macroeconômica e de economia regional. O teste do modelo foi realizado com dados obtidos para os estados brasileiros. Ao final, incluiu-se na função de produção testada uma <i>proxy</i> possível para a variável “dinâmica interna” das regiões.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
<p>MILENE SIMONE TESSARIN (UNICAMP); WILSON SUZIGAN (UNICAMP)</p>	<p>O perfil das interações de universidades e empresas no Brasil a partir de alguns segmentos da indústria</p>	<p>O sistema nacional de inovação pode contribuir para o avanço tecnológico de um país através da atuação das instituições que o compõem e das interações que ocorrem entre elas. Entre as instituições do sistema nacional de inovação, estão empresas, órgãos regulatórios do governo, institutos de pesquisa públicos e privados, universidades e outras. As universidades possuem papel de destaque, porque têm como função formar mão de obra especializada, ser fonte de conhecimento científico e realizar pesquisas de cunho técnico que resultem em importantes contribuições para o desenvolvimento tecnológico da indústria. Assim, fortalecer sua interação com os demais atores do sistema, principalmente as empresas, é fundamental para que ela contribua eficazmente para o progresso tecnológico do país. Entre os produtos economicamente importantes originados de pesquisas universitárias podem ser citados: informações tecnológicas e científicas (que aumentam a eficiência da pesquisa e desenvolvimento produzida pela indústria), equipamentos e instrumentação utilizados pelas firmas, conhecimento profissional, redes de capacitação científica e tecnológica que facilitem a difusão dos novos conhecimentos, e também protótipos de novos produtos e processos. Todos estes produtos podem promover diferentes impactos tanto no meio acadêmico como empresarial, resultando em “oportunidades tecnológicas” distintas. Alguns trabalhos apontam três principais fontes de oportunidades tecnológicas geradas por empresas inovadoras, quais sejam: avanço no conhecimento científico; avanços tecnológicos de origem externa à indústria; e novas trajetórias naturais. O objetivo deste artigo é analisar como ocorrem estas parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e empresas brasileiras. Para tanto, buscaremos identificar suas características incluindo elementos como os principais canais que abrem caminhos para o avanço tecnológico, o objetivo que levou a consolidar a interação, o responsável pela iniciativa, os canais de relacionamento mais utilizados, entre outros. Este perfil será traçado para os segmentos da indústria de transformação brasileira agregados por sua intensidade tecnológica, conforme a OCDE definiu, baseando-se na intensidade de pesquisa e desenvolvimento pelo faturamento do setor. Com este intuito, utilizaremos as informações obtidas em uma pesquisa realizada no Brasil em conjunto com pesquisadores de diversas universidades do país, com o propósito de analisar os atores fundamentais do sistema nacional de inovação, chamada “Interações entre universidades e instituições de pesquisa com empresas industriais no Brasil”, com apoio da FAPESP e do CNPq. Esta pesquisa enviou um questionário para grupos de pesquisas pertencentes a universidades e institutos de pesquisa brasileiros, que informaram – entre outras questões – com quais empresas interagiam. A partir daí, foram enviados novos questionários para estas empresas, que deveriam indicar o grau de importância (metodologia de Likert) para questões que caracterizavam a interação. No total, foram obtidas 318 respostas de empresas, sendo 204 apenas do setor industrial. Neste artigo nos preocuparemos em detalhar as informações obtidas das empresas, especificamente as questões relativas ao papel dessas interações e à sua caracterização, pois assim será possível entender como se origina o progresso tecnológico e científico a partir destes agentes do sistema nacional de inovação brasileiro.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MONALIZA DE OLIVEIRA FERREIRA (CAA/UFPE); KELLY SAMÁ LOPES DE VASCONCELOS (CAA/UFPE)	Estimativa da demanda pela formalização da economia informal no Agreste Pernambuco – Uma aplicação do método de valoração contingente	O principal efeito da expansão da economia informal sobre a economia formal está relacionado à redução na receita tributária, reduzindo a quantidade e qualidade do fornecimento de serviços e bens públicos. Ademais, do ponto de vista da empresa, tem-se que a produtividade no setor informal é menor que a produtividade no setor formal. O objetivo desta pesquisa consiste em realizar uma estimativa da demanda potencial pela formalização da economia informal utilizando o método de valoração contingente. Após a aplicação do modelo, observou-se que os microempresários do Polo de Confecções do Agreste Pernambuco estão dispostos a pagar, em média, R\$ 0,52 mensais em Caruaru e R\$ 0,02 mensais em Santa Cruz do Capibaribe. Conclui-se, portanto, que os feirantes que se encontram inseridos na economia informal não estão muito dispostos a pagar para se inserirem na economia formal, ou pelo fato de que acreditam já pagar muitos impostos ou porque acreditam estarem confortáveis com seus rendimentos sem ter de prestar contas sobre isso com o Estado.
NORBERTO MONTANI MARTINS (IE/UFRJ)	Sistemas financeiros, funcionalidade e desenvolvimento econômico: a experiência do governo Lula (2003-2010)	O presente trabalho tem por objetivo geral apresentar uma sistematização e análise da evolução do sistema financeiro brasileiro (SFB) durante o governo Lula (2003-2010) e como se processou a oferta de recursos financeiros do ponto de vista macroeconômico. De modo específico, procura-se avaliar indicadores macroeconômicos de oferta de recursos pelo SFB e de fragilidade financeira de modo a caracterizar esta evolução do SFB no período como mais ou menos funcional ao desenvolvimento econômico brasileiro. A evidência empírica apresentada nos permite afirmar que a funcionalidade do sistema financeiro brasileiro se ampliou durante no governo Lula, especialmente entre os anos de 2003 e 2007 – quando o ciclo econômico favoreceu este processo. Contudo, a oferta de fundos de longo prazo é ainda um gargalo do SFB, tanto quando se considera a provisão direta do <i>funding</i> , como quando é considerado o fechamento do circuito <i>finance-funding</i> , limitando a expansão do investimento agregado e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico brasileiro.
PAULO MORCEIRO (UNESP); LOURENÇO FARIA (UNESP); VINÍCIUS FORNARI (UNESP); ROGÉRIO GOMES (UNESP)	Por que não baixa tecnologia?	Tradicionalmente, indústrias de alta tecnologia, baseadas em ciência ou intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) são consideradas como produtoras (ou fornecedoras) de inovações para o restante do tecido industrial. Este ponto de vista é defendido pelas classificações do tipo OCDE, que consideram que os gastos em P&D formal são a única <i>proxy</i> para os esforços inovativos. De acordo com essa visão, as indústrias de “baixa tecnologia” são usuárias passivas das tecnologias desenvolvidas em outros setores. Entretanto, ela simplifica a complexidade da atividade inovativa. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma metodologia alternativa para análise da intensidade tecnológica das indústrias de baixa tecnologia. Para isso, analisaram-se as formas com as quais estas indústrias inovam além da P&D formal, dado que esta atividade é apenas uma etapa dos processos inovativos. Uma das principais conclusões de análise é que a dinâmica inovativa das indústrias tradicionais é, por vezes, complexa, envolvendo assimilação, adaptação e criação de conhecimento em vários campos da ciência, interações entre diferentes atores, produtos sistêmicos e/ou processos produtivos sofisticados, que não são levados em consideração pelas classificações convencionais.
PEDRO QUARESMA DE ARAUJO (UFRJ); BNDES)	Estrutura e distribuição funcional da renda	Segundo a tradição teórica latino-americana, a estrutura produtiva é um dos principais determinantes da histórica desigualdade na distribuição de renda do continente. O ciclo recente da economia brasileira (2004- 2008) mostrou ser possível combinar crescimento econômico e distribuição de renda, tendo a estrutura produtiva desempenhado um papel positivo no avanço das remunerações. Simulações com matrizes insumo-produto brasileiras permitem avaliar quantitativamente os efeitos de mudanças na estrutura produtiva sobre a distribuição de renda, tal qual descrito na teoria estruturalista. Grande parte deste resultado deve-se ao desempenho da indústria, confirmando a centralidade do setor no processo produtivo brasileiro, a despeito da perda de participação da indústria na composição do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
REINALDO GONÇALVES (UFRJ)	Nacional-desenvolvimentismo às avessas	Este artigo tem como objetivo discutir a seguinte hipótese: no Brasil durante o governo Lula (2003-2010) há o que se pode denominar nacional-desenvolvimentismo às avessas. Durante o governo Lula, os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação.
RODRIGO LOUREIRO MEDEIROS (World Economics Association; BNDES); GUSTAVO ANTONIO GALVÃO DOS SANTOS (World Economics Association; BNDES)	Indústrias centrais e pioneiras no desenvolvimento regional	O artigo trata a teoria do desenvolvimento a partir da identificação de indústrias-chave à sustentabilidade deste processo. Contribuições teóricas de Fernando Fajnzylber ajudam a identificar essas indústrias e a propor linhas de ação desenvolvimentistas para o presente. Uma nova taxonomia será criada para a proposição de políticas de desenvolvimento industrial regional: indústrias centrais e pioneiras.
RODRIGO VALENTE SERRA (IFF)	O novo marco regulatório do setor petrolífero brasileiro: dívida ou maldição	O estudo elege alguns importantes desdobramentos do novo marco regulatório do setor petrolífero sobre o desenvolvimento da economia brasileira, apontando as perspectivas alvissareiras sobre a renda nacional em um horizonte de médio prazo e alertando para os principais desafios – a indução de uma industrialização e a tensão sobre o pacto federativo na disputa pelas rendas públicas do petróleo – que necessitam ser enfrentados, sob o risco de serem capturados pela “maldição dos recursos naturais”.
ROSEMBERGUE VALVERDE DE JESUS (UEFS); ROSENILDES CHAGAS OLIVEIRA (UEFS)	Primarização da pauta de exportações, desindustrialização e doença holandesa no Brasil	Na primeira década do século XXI, iniciou-se um debate entre economistas acadêmicos, governo e empresários da indústria sobre a reprimarização da pauta de exportações, desindustrialização e manifestações de uma espécie de “doença holandesa” na economia brasileira. Esse trabalho apresenta uma revisão destes conceitos. Faz um apanhado dos argumentos que apoiam a tese da existência de uma relação de causa e efeito entre reprimarização da pauta de exportações, desindustrialização e doença holandesa. Realiza uma sinopse dos argumentos contrários a essa tese. E, finalmente, procura contribuir ao debate testando as hipóteses de reprimarização, desindustrialização e doença holandesa para a economia brasileira através de um modelo econométrico simples baseado nos testes de causalidade de Granger.
SÉRGIO CASTRO GOMES (IDESP); LÚCIA CRISTINA DE ANDRADE (IDESP)	Análise espacial do crescimento econômico dos municípios paraenses no período 2002-2006	O objetivo deste trabalho é fornecer evidências empíricas sobre a importância da localização para o crescimento econômico do produto interno bruto (PIB) <i>per capita</i> dos municípios paraenses, no período de 2002-2006, e explorar as possíveis fontes econômicas e sociais determinantes do crescimento. As variáveis escolhidas seguem as contribuições teóricas da nova geografia econômica. As técnicas de estatística espacial e econometria espacial são empregadas para avaliar o grau de dependência econômica entre os municípios. A especificação do modelo econométrico espacial foi realizada utilizando-se do modelo espacial autorregressivo estimado pelo método de máxima verossimilhança. Os resultados obtidos para o período 2002-2006 mostram evidências estatísticas para associar espacialmente a taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> de um determinado município com os seus vizinhos.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
THIAGO FERREIRA DIAS (UERN); EMANOEL MÁRCIO NUNES (UERN); MARIA DE FÁTIMA ROCHA CONDIM(UERN); IRIANE MARIA DE ARAÚJO (UERN); ISABELLE ALMEIDA DE OLIVEIRA (UERN)	A dinâmica regional do desenvolvimento rural sustentável: uma análise do Território da Cidadania Assu-Mossoró (RN)	<p>O objetivo deste artigo é analisar as políticas públicas e seus reflexos no desenvolvimento regional, no âmbito do Território da Cidadania Assu-Mossoró (RN). Como metodologia, 270 questionários foram aplicados junto às comunidades rurais visando identificar, segundo a percepção dos atores locais, o índice de condições de vida (ICV) territorial. Constatou-se que o ICV obtido no território é 0,534, considerado médio segundo a base de cálculo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Neste sentido, considera-se a necessidade de capacitação e promoção de tecnologias compatíveis, adoção de linhas de créditos, ou seja, a adoção de políticas públicas mais efetivas, que considerem as singularidades contidas no território, visando à consolidação de um desenvolvimento sustentável regional. Conclui-se, portanto, que os estudos dos territórios da cidadania – de forma particular, o Assu-Mossoró – poderão levantar informações relevantes para subsidiar estratégias de planejamento e gestão, tendo em vista a sustentabilidade territorial.</p>
VALDEMAR RODRIGUES DE PINHO NETO (IPECE; CNPQ); FLAVIO ATALIBA FLEXA DALTRO BARRETO (IPECE; CNPQ); JANAÍNA RODRIGUES FEIJÓ (IPECE; CNPQ)	A importância da educação para a recente queda da desigualdade de renda salarial no Brasil: uma análise de decomposição para as regiões Nordeste e Sudeste	<p>A alta concentração de renda é, atualmente, um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil. A importância que deve ser dada às causas da desigualdade, além de estar ligada a questões de equidade social, justifica-se também pelo fato de ela estar associada ao crescimento econômico, à pobreza e, conseqüentemente, ao bem-estar da população. Pensando nisso, este trabalho procurou analisar a evolução dos diferenciais de rendimentos no período de 2001 a 2008 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), buscando entender a conexão existente entre educação, mercado de trabalho e desigualdade de renda. Um melhor entendimento do que vem ocorrendo no mercado de trabalho permite aos formuladores de política pública tomar decisões no sentido de reduzir a desigualdade de forma menos dispendiosa para o Estado. Percebeu-se que, a partir de 2001, a concentração de renda no Brasil passou a declinar de forma consistente, ao mesmo tempo que se observaram melhorias significativas na educação. Verificou-se neste trabalho, utilizando uma metodologia de decomposição da desigualdade de rendimentos, que a ocorrência destes dois eventos está estreitamente relacionada. Os resultados obtidos apontaram que os principais fatores responsáveis pela queda recente da desigualdade de renda foram os avanços observados na educação e as próprias mudanças na dinâmica do mercado de trabalho. De modo geral, a educação foi responsável por explicar mais de 40% da desigualdade de rendimento registrada em 2001 e 2008, contribuindo também significativamente para sua queda entre estes dois anos. Tais resultados mostraram o importante papel que a educação teve na redução das disparidades de renda no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste do país, evidenciando que o combate às desigualdades sociais requer necessariamente uma ampliação e melhoria do sistema educacional.</p>

ÁREA 5: CIÊNCIAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ANA CLAÚDIA FARRANHA (UnB); ANDRE LUIZ SERRANO (UnB); JOSÉ CARNEIRO NETO (UnB)	Pacto federativo no Brasil: coordenação e controle social das políticas públicas de assistência	Este texto tem por finalidade examinar elementos da trajetória das políticas sociais no Brasil visando ao desenvolvimento econômico. Levou-se em consideração as dimensões de coordenação e controle social destas políticas, bem como a forma de intermediação de interesses e suas relações entre os entes federados. A questão que se busca discutir é: o que vem sendo alterado na prática política brasileira, tendo por parâmetros as relações federativas, o processo de coordenação e controle social destas políticas? Para tanto, na primeira parte do texto, são apresentados elementos acerca da construção da ideia de federalismo, destacando a forma como este processo foi construído no Brasil, e são apresentadas as alterações que a Constituição de 1988 provocou neste modelo e, por fim, são problematizados os desafios para coordenação e controle social da política social.
ANA PAULA GOUVEIA VALDIONES (USP); LUIZ CARLOS B. FILHO (USP)	Agricultura familiar em áreas de relevância ambiental: desafios e perspectivas para a adoção de práticas ambientalmente adequadas	Apesar do crescimento urbano de São Paulo, o município ainda mantém principalmente em sua porção sul, remanescentes naturais importantes. Esses fragmentos proporcionam uma série de serviços ecossistêmicos que influenciam positivamente a qualidade de vida de seus habitantes. No caso do sul do município, percebe-se a sobreposição dessas áreas de relevância ambiental como localidades que têm traços marcantes de ruralidade. Na tentativa de manter e fomentar o caráter rural da região sul de São Paulo, mas também de conservar os fragmentos florestais ali existentes, atribui-se aos agricultores da região um papel relevante de prezar pela manutenção do bem público por meio de práticas de gestão da propriedade rural ambientalmente mais adequadas. Neste contexto, uma pergunta importante a se fazer é a seguinte: quais são os fatores que facilitam a adoção de práticas de gestão da unidade de produção rural mais benéficas à conservação ambiental? O trabalho de campo indicou que é a imersão dos agricultores em redes de relações sociais voltadas à concretização de uma agricultura sustentável na região do extremo sul de São Paulo o principal fator que facilita a adoção de práticas mais sustentáveis de gestão da unidade de produção agrícola. A inserção nessas redes, que são descritas com detalhes no artigo, contribui para a valorização do agricultor, do seu trabalho e conhecimento, bem como do papel que desempenha na manutenção da qualidade ambiental dessa região de extrema relevância para a metrópole.
ANDREYA RAQUEL M. DE FRANÇA (UFRN); EMANOEL M. NUNES (UFRN); JÉSSICA SAMARA LIMA (UFRN)	A dinâmica da agricultura familiar e a economia solidária: a experiência de inserção em mercados e a diversificação da rede Xique-Xique (RN)	Este trabalho analisa a dinâmica da agricultura familiar empreendida pela Rede Xique-xique, no Rio Grande do Norte, considerando suas potencialidades e limitações, dando ênfase à experiência de economia solidária, que vem criando mercados e oportunidades por meio da diversificação econômica e estratégias de comercialização direta. A metodologia consistiu no monitoramento semanal durante 6 (seis) meses, com a finalidade de avaliar o desempenho das feiras locais em dez municípios (núcleos) de atuação da rede Xique-Xique. As principais variáveis analisadas foram: a receita mensal, os extratos de receita e os tipos de organização que fundamentam os princípios de economia solidária. Constatou-se, portanto, que a rede Xique-Xique possui um alto potencial de expansão da diversificação da agricultura familiar, indispensável na criação de mercados e de oportunidades no meio rural, assim como no fortalecimento dos mercados local e regional. Porém, tanto suas estruturas de produção e de comercialização como as formas de organização, estas na concepção de economia solidária, ainda encontram-se frágeis. Isso torna necessária a ação de políticas públicas capazes de ajudar os agricultores familiares a superar desafios, pois, mesmo com limitações, essa experiência já contribui para criar mercados e oportunidades, além de fortalecer os mercados local e regional.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ANTONIO DE PÁDUA BRITO (MiniCom)	Desenvolvimento, projeto nacional e os dilemas da construção da identidade nacional no Brasil	O artigo trata do tema do desenvolvimento e seu vínculo com a ideia de Estado-nação a partir das análises dos integrantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e do desenvolvimentismo de Celso Furtado. As ideias destes autores, disseminadas entre os anos 1950 e 1960, apontavam para os limites do esforço de desenvolvimento, tendo em vista a precariedade da formação de uma identidade nacional no Brasil e a falta de um consenso de setores importantes das elites brasileiras em torno de um projeto nacional. Para consolidar o desenvolvimento no país, defendiam, por linhas de raciocínio distintas, a adoção de medidas que afirmassem o Brasil como nação e que diminuíssem a sua “dependência cultural” em relação ao resto do mundo. Insinuavam que as comunidades nacionais encontravam-se ameaçadas por influências externas, enfraquecendo o Estado-nação, o que poderia inviabilizar qualquer proposta de intervenção planejada voltada para o desenvolvimento. Neste sentido, propunham assegurar o papel do Estado como definidor e indutor de um projeto de desenvolvimento para o país. Com as mudanças no cenário político e econômico nacional e internacional entre meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, este debate foi interrompido, mas os dilemas apresentados naquele período continuam atuais, tendo em vista a retomada do debate acerca do desenvolvimento em um contexto em que o poder dos Estados nacionais encontra-se limitado e que novos posicionamentos em torno da ideia de projeto de nação continuam a ser requeridos.
CAMILA CARNEIRO RIGOLIN (UFSCar); MARIA CRISTINA HAYASHI (UFSCar)	<i>Expertise</i> e formulação de políticas: proposta de marco analítico e metodológico para investigação de <i>think tanks</i> brasileiros	Este trabalho explora a relação entre conhecimento e decisão política ou entre expertise e desenho de políticas públicas apresentando uma proposta teórico-metodológica para a caracterização de <i>think tanks</i> no Brasil, instituições que operam na fronteira entre o mundo acadêmico e a esfera governamental. Trata-se de um locus privilegiado de fazer política, em que a disputa pelo poder se dá no campo das ideias. Investigar estas instituições permite analisar como o conhecimento especializado influencia a decisão política e identificar os processos através dos quais os <i>experts</i> adquirem <i>status</i> frente à sociedade. A proposta apoia-se na articulação de conceitos oriundos de dois campos de conhecimento: a sociologia do conhecimento e a teoria política, que fornecem os referenciais adequados para a investigação de fenômenos relativos à ascendência do conhecimento especializado na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento.
CÍCERO ZANETTI DELIMA (UFPel); MARIO CONIL GOMES (UFPel)	Uma avaliação da capacidade de pagamento de financiamentos em projetos de fruticultura no PRONAF em Pelotas (RS)	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) representa uma das mais importantes conquistas dos movimentos sociais do Brasil contemporâneo. O apoio financeiro às atividades agropecuárias está correlacionado com a capacidade que este setor da economia brasileira possui de gerar garantias e, ao mesmo tempo, capacidade de pagamento. À medida que os financiamentos são concedidos, espera-se, ao mesmo tempo, redução de risco e inadimplência e que os objetivos finais da política pública sejam alcançados. A presença do risco em financiamentos agrícolas, através de oscilações de preços de mercado ou intempéries climáticas, as quais afetam diretamente a renda agrícola das unidades de produção, reforça o limite de alcance dos serviços financeiros. A medida de capacidade de pagamento utilizada é a razão entre o valor da receita agrícola líquida e o valor a ser reembolsado nas parcelas do contrato. A aplicação do método de Monte Carlo mostrou-se útil para balizar a tomada de decisão em condições de incerteza dos preços agrícolas, contribuindo também com a redução da inadimplência, uma vez que o preço real que gera capacidade de pagamento do contrato é conhecido.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
COURTNEY IVINS (PUC-RJ); INES MARIA S. MACIEL (PUC-RJ)	Geopolítica de território e territorialidade: dilemas na construção de “identidades comunitárias” na Roupa Suja, Rocinha	A partir da construção de um arcabouço teórico, o presente artigo se propõe a desenvolver um novo método participativo para georreferenciamento através da cartografia comunitária, tomando como estudo de caso a trajetória da organização não governamental União de Mulheres Pró-Melhoramentos da Roupa Suja, localizada no subdistrito Roupa Suja na Rocinha, bem como a influência dessa organização na percepção das identidades coletivas locais e de suas fronteiras. A ambiguidade percebida nos primeiros relatos no trabalho de campo trouxe à tona a necessidade de uma compreensão aprofundada de como o conceito de comunidade pode ser extraído de um quadro conceitual crítico que distingue território de territorialidade. Dessa forma, a pesquisa voltou-se para a contextualização de algumas referências determinantes para o norteamento do estudo, contrapondo-as aos relatos observados, buscando, assim, revelar os impasses, as dualidades e os conflitos que tecem estes limites invisíveis. O artigo conclui examinando o papel da comunidade imaginada na transformação de redes sociais locais em ações coletivas, com enfoque nas “identidades comunitárias” de gênero e local, e as implicações decorrentes deste processo para as políticas públicas e o desenvolvimento comunitário.
DANIETE FERNANDES ROCHA (UFMG)	Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: desenvolvimento rural e participação relativa dos principais estratos sociais do setor	O problema relacionado a este objeto de estudo diz respeito às transformações na estrutura social da agropecuária brasileira, no sentido da ampliação das ocupações geradoras de um melhor acesso a rendimentos, dentro da estrutura ocupacional do setor, independentemente da realização de reformas sociais profundas. Observa-se que a repartição de rendimentos passou a ser favorável aos estratos ocupacionais dos trabalhadores formais e dos profissionais de nível elevado de qualificação (estrato ocupacional técnico e gerencial) e não apenas aos empregadores, detentores de maiores ativos de produção, incluindo-se a propriedade da terra. Por outro lado, a distribuição de rendimentos mostrou-se desfavorável para o conjunto dos agricultores familiares e para os trabalhadores informais. O quadro conclusivo, portanto, é o de uma transformação na estratificação social e na repartição de rendimentos do setor agropecuário brasileiro, que é favorável aos estratos ocupacionais ligados às operações modernas do setor, em frontal divergência em relação ao modelo anterior. Porém, os resultados para o estrato dos agricultores familiares e para os trabalhadores informais mostram que um contingente relevante de ocupados no setor permanece à margem dessa tendência.
DEBHORA FERNANDA CUSTÓDIO BENTO (UFPE)	A questão regional e estudo de caso sobre o complexo industrial e portuário de Suape (PE)	O estado de Pernambuco passa por um <i>boom</i> de desenvolvimento, atraindo investimentos e mão de obra especializada de outras regiões do país. Boa parte deste bom momento pelo qual passa a região Nordeste, em especial Pernambuco, está atrelado à vinda de importantes empresas estatais como a refinaria Abreu e Lima e Estaleiro Atlântico Sul, localizadas no complexo industrial e portuário de Suape. Entretanto, crescimento econômico não é sinônimo de uma melhor qualidade de vida para população local. O complexo industrial e portuário de Suape tem como territórios de influência direta o município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Este último destaca-se pela riqueza gerada em seus limites. Ao analisar os indicadores sociais do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se a manutenção de desigualdades sociais na região. Assim, para um crescimento ordenado da cidade, que gere uma melhor qualidade de vida da população local, faz-se necessária uma crescente articulação entre os diversos níveis de governo. Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo analisar o papel do governo do estado de Pernambuco e da prefeitura do município do Ipojuca na qualificação de mão de obra local; no planejamento de infraestrutura; e em investimentos realizados na área.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
DIEGO RAFAEL DE MORAES SILVA (USP)	Internacionalização <i>born global</i> : perspectivas para um novo modelo de desenvolvimento das empresas nacionais	<p>Nos últimos anos do século XX ocorreram grandes transformações que atingiram o ambiente de negócios. A globalização se intensificou, dando origem a mercados mais competitivos e interdependentes pautados em mudanças tecnológicas de ritmo rápido e continuado. Tais mudanças, por sua vez, tanto criaram novas oportunidades quanto trouxeram ameaças competitivas para os mercados domésticos. Esta recente aceleração da globalização afetou, especialmente, as empresas de menor porte, à medida que, num primeiro momento, tais empresas acompanharam a expansão das redes de grandes multinacionais como subcontratadas para, num segundo momento, tornarem-se também competidoras na disputa pelo mercado global. O desenvolver deste processo possibilitou o surgimento de empresas de alto potencial que já eram criadas com a intenção de serem internacionais. Inseridas neste contexto surgem, portanto, as empresas chamadas de <i>born global</i>: empresa jovem, de porte pequeno ou médio, empreendedora e que está engajada nos negócios internacionais virtualmente desde sua fundação. Entretanto, apenas as mudanças no ambiente global de negócios não poderiam, sozinhas, explicar totalmente o fenômeno <i>born global</i> já que empresas que seguem o modelo “tradicional” de internacionalização não deixam de surgir ainda nos dias de hoje. Tendo isto em mente, este estudo visa identificar os determinantes do surgimento e da forma de integração das empresas <i>born global</i> brasileiras no mercado internacional, assim como do significado deste processo para o desenvolvimento nacional, com o intuito de fornecer base empírica para a formulação de políticas governamentais direcionadas à internacionalização das empresas brasileiras com foco no fenômeno em questão.</p>
DIOGO DE CARVALHO ANTUNES SILVA (UFRJ); BRUNA RANÇÃO CONTI (UFRJ)	Estado e desenvolvimento: a política ambiental brasileira como lócus de observação dos desafios de uma nova agenda desenvolvimentista	<p>A agenda dos mercados (ou agenda neoliberal), implementada em diversos países nos anos 1980 e 1990, e com menos ímpeto nos anos 2000, falhou em tornar realidade as promessas de desenvolvimento que incorporava. O mundo vive agora uma crise política, econômica e ideológica, além de ter despertado para a crise ambiental, agravada pela disseminação da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico. Um dos erros marcantes da agenda neoliberal foi omitir o fato de que as ações econômicas se inserem num contexto político, de relações de poder e articulação de interesses nos campos nacionais e internacionais. Neste sentido, as tomadas de decisão a respeito das políticas de desenvolvimento não podem mais ficar concentradas nas mãos de técnicos especialistas. Dessa forma, se faz necessário o estabelecimento de uma nova agenda desenvolvimentista, baseada nos princípios da democracia deliberativa e na ação do Estado na construção de projetos abrangentes, sustentáveis, com objetivos comuns definidos, articulando as múltiplas esferas entre o local e o global. A política ambiental brasileira se apresenta, nessa lógica, como uma política que incorpora em suas bases conceituais, tanto a importância do papel do Estado na proteção dos bens comuns e na coordenação dos interesses sociais, quanto a necessidade da criação de instâncias participativas para a tomada de decisão. Diante deste cenário, o presente trabalho tem por objetivo discutir os novos desafios que se impõem ao Estado na promoção do desenvolvimento em seus diferentes aspectos, utilizando para a avaliação da dinâmica destes desafios o exemplo dos mecanismos de governança ambiental adotados no Brasil, em especial, os conselhos de gestão definidos pelas políticas nacionais de meio ambiente. A metodologia utilizada se baseou em revisão bibliográfica sobre os temas do papel do Estado no desenvolvimento da democracia deliberativa e da gestão ambiental; além de estudo documental sobre os textos de políticas públicas de proteção da natureza, com ênfase nas arenas decisórias construídas por essas políticas. Para a construção dessa nova lógica, utilizam-se as contribuições de Cohen e Evans, que examinam os limites das velhas lógicas de desenvolvimento e procuram avançar em uma proposta inovadora, incorporando os princípios da equidade, da democracia deliberativa e da sustentabilidade, sem abrir mão do aspecto econômico. Propõe-se, então, a necessidade de encontrar o equilíbrio entre a proposta de Cohen de descentralização da autoridade do Estado na resolução dos problemas locais, e a reflexão de Evans sobre um papel ativo do poder público na criação e na expansão das capacidades humanas e na promoção dos interesses socialmente definidos. Por fim, destaca-se o fato de que o estabelecimento de uma nova agenda desenvolvimentista é muito mais uma tarefa política do que técnica, demandando um correspondente esforço por parte do Estado e da sociedade civil para superar os limites impostos a este movimento.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ELIANESUPERTI (UNIFAP); JADSON LUISPORTO (UNIFAP); CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS (UNIFAP)	Políticas públicas de integração física da Amazônia e a fronteira internacional do Amapá	As políticas de integração física entre os países sul-americanos provocaram mudanças substanciais no uso e dinâmicas das fronteiras internacionais da Amazônia. Outrora periféricas e desconectadas, elas passam para a condição de estratégicas e centrais para a proposta de desenvolvimento econômico. Este artigo tem por objetivo discutir as políticas públicas de integração internacional através da infraestrutura de desenvolvimento econômico destinadas à Amazônia brasileira e seus reflexos na área de fronteira internacional amapaense. O caminho de reflexão percorrido envolveu a discussão sobre as políticas de desenvolvimento econômico e promoção da integração infraestrutural da região ao mercado sul americano, análise da condição fronteira do estado do Amapá diante da ligação física com a Guiana Francesa e apresentação dos impactos e tendências na área de fronteira internacional no Oiapoque (Brasil).
ELIZABETH BORELLI (PUC-SP)	Transformações urbanas e desigualdade ambiental na grande São Paulo	Este artigo identifica como recorte geográfico a periferia da Zona Sul da cidade de São Paulo. Trata-se de uma região que começou a se formar devido à ocupação populacional desordenada em áreas de mananciais, onde a desigualdade social é agravada por situações de risco e degradação ambiental, dado o adensamento das áreas de favelas, configurando um processo de exclusão social e urbana. Os grupos sociais com maiores níveis de pobreza e privação social vão residir nas áreas com maior exposição ao risco e à degradação ambiental, configurando situações de alta vulnerabilidade socioambiental, que dificultam o processo de mobilidade social e de desenvolvimento.
JOÃO MACIEL DE ARAÚJO (UFAC)	Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira: a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor madeireiro de Xapuri	O debate sobre o modelo vigente de desenvolvimento tem passado por questionamentos que sugerem o estabelecimento de novas perspectivas. Correntes teóricas denunciam a crise ambiental e as injustiças sociais geradas pelo desenvolvimento fundado no padrão de industrialização do modo de produção capitalista nos países ricos, tendendo à desconstrução de tal modelo como única via para a melhoria das condições socioeconômicas dos países pobres. Nesta direção, encontra-se em construção a noção de desenvolvimento sustentável. A partir da década de 1990, desencadearam-se medidas consideradas alternativas ao desenvolvimento do município de Xapuri no Acre, que, coordenadas pelo poder público local, em tese, preconizam a utilização dos recursos naturais em favor das populações locais. O manejo florestal madeireiro em comunidades extrativistas representa, na visão de instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, o ponto alto do que consideram um novo momento. O presente artigo visa problematizar o manejo florestal comunitário a partir de uma abordagem que possibilite uma reflexão que considere os trabalhadores do setor madeireiro do município, em contraposição a opção de destinar a produção madeireira para o mercado internacional.
JOSÉ ELESBÃO DE ALMEIDA (UERJ)	Linhagens e variantes do pensamento dependentista	O artigo faz uma síntese sobre as tipologias existentes nos estudos da dependência latino-americana a partir das análises desenvolvidas por Frank, Marini e Santos, além de Cardoso e Faletto. O propósito é demonstrar que, a despeito dos diferentes enfoques apresentados por estes autores e de certas divergências relativamente às perspectivas de desenvolvimento da América Latina e, particularmente, do Brasil, pode-se constatar a existência de alguns pontos de convergências entre eles. Para estes intérpretes, o subdesenvolvimento está conectado ao desenvolvimento do capitalismo mundial e não representa um estágio atrasado que antecede o capitalismo, conforme assinala o pensamento convencional, mas, ao contrário, denota uma consequência direta e indissociável da própria expansão e do desenvolvimento do sistema capitalista, constituindo, por sua vez, o <i>modus operandi</i> do capitalismo em certas economias periféricas. Ou seja, no afã de expandir e difundir suas formas de acumulação, o capitalismo tenta incorporar às suas leis gerais estruturas econômicas atrasadas e antes marginalizadas, mediante relações de submissão, dominação e exploração. Por conseguinte, a dependência deve ser entendida como uma relação de subordinação que se engendra no âmbito da nova divisão internacional do trabalho, forjada pela reorganização da economia mundial no pós-guerra, sob a liderança dos Estados Unidos.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
JOSÉ GERALDO N. MACHADO (UNEMAT)	Condições e desafios para a concretização da sustentabilidade, enquanto conceito base de políticas governamentais de desenvolvimento – Reflexão a propósito de uma formação social específica da Amazônia à microrregião do Alto Solimões	Neste artigo discutem-se algumas qualificações do conceito de desenvolvimento firmado na ideia de sustentabilidade – desenvolvimento sustentável – que estão na base das políticas de desenvolvimento propostas pelo Estado nacional. Trata-se de refletir sobre as implicações práticas do conceito de desenvolvimento sustentável, base das políticas governamentais em ação na microrregião do Alto Solimões; e verificar os fundamentos materiais do conceito de desenvolvimento sustentável. Especificamente, trata-se de descrever o processo histórico da inserção da microrregião do Alto Solimões no contexto da conquista da Amazônia; e verificar o processo de construção do conceito de desenvolvimento sustentável como resposta das economias dominantes à crise ambiental. As contradições do conceito de desenvolvimento sustentável implicam necessidade da reconstituição do protagonismo dos atores sociais, a começar pela organização da produção em novas bases, associativa e solidária. São condições sem as quais o conceito de desenvolvimento sustentável não pode se concretizar.
KATIUSCIA MORENO GALHERA ESPOSITO (UNESP, UNICAMP E PUC-SP)	Modelo de desenvolvimento mexicano sob o NAFTA (North American Free Trade Agreement): exemplo para o Brasil?	A partir da década de 1970, a internacionalização das empresas trouxe para os governos nacionais novas questões como o emprego formal em multinacionais (MNC), mecanismos contábeis cada vez mais sofisticados utilizados pelas MNC, como o <i>transfer pricing</i> e a terceirização (<i>outsourcing</i>), entre outros. Cada Estado responde de forma diferente os desafios da “globalização”: se por vezes, se buscou combater a precarização do trabalho – como é o caso da maior parte dos países na União Europeia –, por outras, o Estado chega a mudar sua legislação para flexibilizar as condições de trabalho e atrair investimento externo direto (IED) – como no estudo de caso proposto neste artigo. Este trabalho visa analisar as condições do mercado de trabalho no México após as mudanças ocorridas no país para propiciar a entrada de grandes investidores quando da assinatura do North American Free Trade Agreement (NAFTA). Mais especificamente, o exame será realizado sobre a empresa Johnson Controls, MNC estadunidense, que possui uma unidade maquiladora e fornecedora de peças para grandes montadoras como Volkswagen e Nissan. Partiremos da hipótese inicial de que a atual situação mexicana é resultado da conjugação de seus fatores internos e dos acontecimentos no Sistema Internacional. Ao fim, busca-se apontar algumas consequências socioeconômicas do acordo de livre comércio, tomando como exemplo o caso NAFTA-México. Espera-se que, na análise de um país com muitas das características brasileiras, seja propícia a comparação com o Brasil para estudos e tomadas de decisões futuras.
LEILA MARIA DÁJUDA BIJOS (UCB-DF)	Políticas sociais comparadas na América Latina	Análise das transformações políticas, econômicas e sociais na América do Sul, evidenciando as transições ocorridas nas últimas décadas, a restauração dos processos democráticos na América Latina, bem como a modernização tecnológica. Não obstante, evidencia a hegemonia do discurso neoliberal, a aceleração do processo de globalização, a internalização das relações econômicas e o crescimento do comércio internacional, mas trazendo a perda do poder aquisitivo da classe média, o incremento da informalidade e dos índices de desemprego.
MARIA DO CARMO REBOUÇAS DOS SANTOS (PNUD)	Lineamentos sobre a cooperação sul-sul brasileira e sua política de transferência a partir de um estudo de caso	Utilizando como fio condutor metodológico a teoria da política de transferência de Dolowitz e Marsh, o presente artigo analisa a política de cooperação sul-sul brasileira com enfoque na cooperação técnica na área dos direitos humanos. Para isso, será elaborado um panorama geral de como o tema da cooperação sul-sul vem se desenvolvendo no Brasil nos últimos anos, historicizando a evolução da cooperação brasileira, em geral, e retratando a política de cooperação sul-sul, em particular. A investigação utilizará como estudo de caso a cooperação técnica, em registro civil de nascimento, com Guiné Bissau. Para este efeito, explicitará o contexto em que essa cooperação se materializou, traçando um panorama sobre o ambiente político, econômico e institucional de Guiné Bissau e Brasil, destacando o modelo brasileiro de transferência de tecnologia, as respostas institucionais, avanços, dificuldades e avaliação sobre a positividade da iniciativa.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MARIANA SIQUEIRA DE C. OLIVEIRA (ENAP-DF)	Novos caminhos para a participação social na administração pública brasileira: a experiência da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública	Após a Constituição Federal de 1988, o Brasil viveu um profundo processo de redemocratização. Passados mais de 20 anos, o país continua sua busca por um amplo sistema participativo de gestão compartilhada de políticas públicas. Dentro deste sistema, as conferências nacionais são espaços institucionalizados de participação social nos quais sociedade civil e Estado mobilizam-se, dialogam e deliberam sobre determinada política pública, produzindo resultados a serem incorporados nas agendas e ações governamentais. Para análise empírica destes mecanismos de participação, o presente estudo examina a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), experiência inédita promovida por um setor historicamente complexo e impermeável à participação social. Essa investigação traz subsídios para uma reflexão crítica sobre aspectos positivos e negativos das conferências nacionais. Se, por um lado, tal experiência demonstra, por exemplo, a ampliação de temas da agenda governamental e a inclusão de novos atores no processo decisório, por outro lado, traz questionamentos acerca da sua efetividade e impacto nas políticas públicas e nas estruturas de governo e da sociedade, bem como a respeito da real correspondência de seus resultados às demandas sociais. A análise de impasses, limites e possibilidades de aprimoramento em conferências nacionais é um importante passo para o aumento de seu teor democrático e poder de influenciar efetivamente as escolhas governamentais.
OKLINGER MANTOVANELI JR (FURB)	Sustentabilidade como projeto para a vida associada	Este ensaio procura abordar argumentos capazes de aproximar a ideia de sustentabilidade ao debate sobre gestão cidadã de políticas. A principal preocupação é apresentá-los em favor de uma perspectiva de projeto civilizacional apoiado não apenas em premissas normativas. O que caracteriza fortemente o debate sobre o ecodesenvolvimento, desde sua origem, e do mesmo modo a apresentação da questão da sustentabilidade desde o relatório Brundtland e suas repercussões propositivas. Por fim, o artigo procura contribuir para a superação das abordagens que sugerem um reducionismo modelístico que vem demarcando parte da literatura e dos estudos sobre o tema, retomando os parâmetros éticos que sempre presidiram este tipo de preocupação na vida associada e apontando para uma perspectiva mais ecocêntrica e vivencial.
RICARDO DE LIMA JURCA (UNIFESP)	O sistema privado de saúde: a reconfiguração do sistema de saúde brasileiro (1988-2010)	A ideologia se faz presente em todos os aspectos da sociedade, inclusive na produção intelectual das ciências sociais. O objetivo desta pesquisa é investigar as questões ideológicas que colaboram para que os serviços públicos em saúde sobrevivam em condições precárias. Um eixo inicial de análise partirá dos discursos sobre a “individualização” e da “eficiência” aplicados à saúde como uma configuração ideológica que se opõe à ideia de direitos sociais. Um dos focos do trabalho está na transição do Sistema Único de Saúde (SUS), de suas origens no movimento sanitarista dos anos 1970 até o presente, analisando as origens da precarização dos serviços do SUS e o fomento à expansão do sistema de saúde complementar. A análise teórica reflete sobre o discurso da individualização, que será considerado a partir de duas vertentes: a primeira refere-se à concepção tradicional, ou seja, no sentido de “individualismo metodológico”, que fundamenta as estratégias de mecanismos de mercado na prestação de serviços públicos; a segunda corresponde à tese da individualização institucionalizada, como proposta por Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernheim. Ainda há muito a fazer para que o sistema de saúde brasileiro se torne universal. Nos últimos vinte anos, houve muitos avanços, como investimento em recursos humanos, em ciência e tecnologia e na atenção básica, além de um grande processo de descentralização, ampla participação social e maior conscientização sobre o direito à saúde. No contexto atual, as relações entre o SUS e a saúde suplementar provocam desafios para o futuro do sistema universal.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
TANISE DIAS FREITAS (UFRGS)	Arranjo produtivo local: um instrumento de desenvolvimento humano e melhoria de qualidade de vida? O caso da piscicultura em Restinga Seca (RS)	O presente artigo tem como objetivo apresentar, a partir de um estudo de caso, como arranjos produtivos locais (APL) podem ser ou não utilizados como instrumentos para o desenvolvimento humano, bem como na busca por melhoria da qualidade de vida no meio rural. Este trabalho traz inicialmente um pequeno debate sobre a questão do desenvolvimento, a partir da teoria das capacidades de Amartya Sen, relacionando-a com as discussões sobre a importância e o objetivo dos arranjos produtivos locais. O estudo de caso usado como exemplo neste artigo mostra a realidade de produtores da zona rural da cidade de Restinga Seca, na região central do Rio Grande do Sul, onde a piscicultura foi implantada como uma possibilidade de melhorar níveis de desenvolvimento humano e qualidade de vida dos participantes do projeto por meio da criação do APL da piscicultura.
VINICIUS CLAUDINO DE SÁ (UFSM); RENATO SANTOS DE SOUZA (UFSM)	O desenvolvimento na perspectiva institucional: algumas reflexões sobre o processo de legitimação junto à sociedade	Este estudo visa contribuir para o entendimento sobre os processos institucionais e de legitimação ao qual o conceito de desenvolvimento é submetido junto à sociedade. Vale salientar que, atrelado ao conceito de desenvolvimento, está uma disputa por poder e hegemonia, na qual, entrar no grupo das comunidades desenvolvidas garante uma série de privilégios e o dever de garantir que suas liberdades ou modo de vida não sejam afetados. Sendo assim, é possível deduzir que comunidades desenvolvidas e subdesenvolvidas possuem liberdades e instituições próprias, entretanto, as comunidades desenvolvidas possuem o poder de garantir que as suas liberdades e instituições permanecerão, enquanto as subdesenvolvidas, mesmo tendo o poder de resistir, serão estimuladas a seguir o modelo e o estilo de vida das comunidades ditas desenvolvidas. Neste sentido, utilizou-se como base teórica nesta análise as teorias neoinstitucionalistas, que são construções sociais no sentido de abordarem a criação de instituições como o resultado da interação social entre atores se confrontando em campos ou arenas. Mais importantes são as regras preexistentes de interação e distribuição de recursos que agem como fontes de poder e, quando combinadas com um modelo de atores, servem como base, na qual as instituições são construídas e reproduzidas. Uma vez existentes, as instituições tanto capacitam quanto coagem os atores sociais. Atores privilegiados podem utilizar as instituições para reproduzir sua posição (Fligstein, 2007, p. 63). Dessa forma, partindo do pressuposto que o desenvolvimento está fortemente associado ao grau e à textura do tecido institucional e organizacional existente em um determinado local, supõe-se que, para se alcançar melhores resultados no processo de desenvolvimento, devem existir organizações locais capazes de arregimentar esforços e promover ações necessárias para o fortalecimento das instituições e da comunidade. Por fim, o dilema passa a ser a redefinição do modelo de desenvolvimento, ou melhor, a aceitação de vários modelos de desenvolvimento, acreditando que as comunidades em seus territórios estarão aptas a alcançar melhorias que elevem a qualidade de vida dos seus cidadãos sem que haja uma "pasteurização cultural".

ÁREA 6: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR (UEPB; UFPE)	A construção da nação desde o Sul	Este artigo analisa a produção intelectual dos sócios e escritores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), entre as décadas de 1920 e 1930. Pretende-se mostrar as diferentes interpretações que matizaram o discurso dos intelectuais acerca da ideia de nação. Para tanto, buscou-se investigar, nos artigos e atas das reuniões publicadas na Revista do IHGRS, a compreensão de passado e de história que norteava o trabalho dessa instituição.
ANA SARA R. P. CORTEZ (UFC); GUILHERME IRFFI (UFCE)	Escravidão, núcleos familiares e mestiçagem: uma análise do Cariri cearense no século XIX	Uma das principais práticas de sociabilidade engendradas pelos escravos do Cariri foi a formação de núcleos familiares. Por meio de sua experiência, os cativos constituíram diversos arranjos que excediam a noção tradicionalmente ideal de matrimônio e núcleo familiar. Em meio a essa multiplicidade, constituiu-se uma família mista, na qual os laços de parentesco dos escravos ultrapassaram os limites de sua condição social e alcançaram tanto os livres quanto os libertos que trabalhavam e conviviam a seu lado. O processo de combinação entre condições sociais diferentes desencadeou a mistura de distintos tons percebidos na população livre e cativa, tanto que, a partir da segunda metade do século XIX, a família escrava pode ser caracterizada essencialmente pela mestiçagem.
CAMILLA CAPUCIO (UFMG)	A formação do Brasil contemporâneo e a inserção internacional da economia brasileira: do sentido da colonização à integração regional como estratégia de desenvolvimento	Caio Prado Júnior tem como ideia principal de suas obras a formação então inacabada do Brasil, que continuaria seguindo seu sentido da colonização, manifestado através de uma dependência e voltada para o exterior, fator essencial para seu subdesenvolvimento. O presente trabalho propõe um diálogo entre essas principais ideias e as de outros autores entre os quais especificamente Celso Furtado. O autor possui pontos de convergência com Caio Prado, principalmente nas críticas quanto ao sistema internacional injusto de trocas, mas ele vai além. Este autor propõe e de fato vivenciou a integração regional como via para o desenvolvimento e para a superação do passado comum da América Latina.
CLEBER SANTOS VIEIRA (UNIFESP)	A (des)construção dos símbolos nacionais	Esta intervenção apresenta algumas dimensões históricas dos símbolos nacionais, particularmente a bandeira brasileira. Produzida no contexto de transição da monarquia à república, a representação da bandeira nacional atuou, inicialmente, no sentido de construir a imagem de uma comunidade política unificada em torno da história e de valores culturais. Ao longo do denominado período republicano, houve diversas tentativas de se reinventar as formas e os sentidos das cores nacionais. Neste sentido, este trabalho explora algumas apropriações destes símbolos sob a forma de canções, textos e outros artefatos culturais produzidos por protagonistas da vida política brasileira desde as últimas décadas do século XX, entre outros movimentos sociais do campo e grupos juvenis urbanos.
FERNANDA DE SANTOS NASCIMENTO (PUC-RS)	O exército e a nação	Este artigo tem por objetivo analisar a obra <i>Exército e nação</i> escrita pelo General Lyra Tavares e publicada em 1965. O autor foi general do Exército Brasileiro na década de 1960 e teve especial participação no período da ditadura militar. Sua obra, linear e histórica, conduz o leitor não só pela história do Exército, mas também pelos meandros da nacionalidade brasileira. Seu objetivo principal é justamente demonstrar o papel dos militares na construção desta nacionalidade, desde o período do Brasil colônia até a contemporaneidade, justificando, em última análise, o movimento de março de 1964. Para tanto, o autor parte de duas ideias principais que irão conduzir sua narrativa: o Exército como elemento democrático na sociedade brasileira, aglutinador e miscigenador da raça brasileira; e o Exército como único elemento organizado em uma sociedade desorganizada. Tais assertivas não são criação exclusiva do autor, mas fazem parte do discurso militar ao menos desde o início do século XX. Não apenas intelectuais militares, mas também civis reforçaram o discurso da instituição, como é o caso de Gilberto Freyre. Mas Lyra Tavares não se aproveita apenas de um discurso já criado: ele justifica o evento de março de 1964 partindo da premissa de que a instituição militar é a garantidora da vida democrática no Brasil. A obra é emblemática, pois é lançada antes do fechamento do regime, quando a instituição busca a reafirmação do caráter democrático do período de exceção, bem como de seus próprios valores.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
NILSON BINDA (UFRGS)	Terra em disputa: facetas da história agrária recente do Rio Grande do Sul	O presente texto trata da terra em disputa no estado do Rio Grande do Sul a partir de alguns autores da historiografia recente. O objetivo do artigo é contribuir no esforço de desfazer alguns mitos e estereótipos com relação à presença da pequena produção agrícola e de escravos em estâncias de gado no estado do Rio Grande do Sul. Para demonstrar isso, enfocam-se a ocupação da terra, a imigração alemã, o trabalho escravo e a Lei de Terras. Também são tratadas as disputas por terra e marcação de território mediante abordagem de alguns confrontos entre fazendeiros, imigrantes, índios e caboclos – trabalhadores nacionais – presentes no estado. Por fim, é abordada a luta pela terra no século XX, em que são citados alguns conflitos históricos no Brasil, e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na luta por terra no estado do Rio Grande do Sul e articulado à via camponesa.
NÍVEA SILVA VIEIRA (UFF)	A ACRJ, o porto e o Estado imperial brasileiro	Este artigo é fruto de pesquisas realizadas para tese de doutoramento, cujo tema é o papel da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) na definição e redefinição de políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro entre os anos de 1869 e 1924. Neste trabalho, a pesquisadora busca entender a relação da Casa dos Negociantes com o governo monárquico a partir da análise da atuação da ACRJ no porto do Rio de Janeiro entre 1869 a 1889. O arcabouço teórico do marxista italiano Antônio Gramsci, que entende a complexidade do Estado moderno como somatório entre a sociedade política e a sociedade civil organizada, serve para entender como a ACRJ atuou junto ao governo monárquico e junto à sociedade para fazer valer seus interesses e defini-los como essenciais à sociedade.

ÁREA 7: DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO: AÇÕES, ESCALAS, RECURSOS

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ALEXANDRE ABDAL (CEBRAP); CARLOS TORRES FREIRE (CEBRAP); VICTOR CALLIL (CEBRAP)	A geografia da atividade econômica no estado de São Paulo	O presente artigo dedica-se à análise exploratória da localização da atividade econômica no estado de São Paulo. Assim, seu objetivo principal consiste em identificar os padrões de distribuição da atividade econômica no território paulista, com destaque para as atividades que lidam mais intensamente com a tecnologia e o conhecimento. Para tanto, adota uma classificação da atividade econômica que agrupa as atividades, sejam elas industriais ou de serviços, segundo a sua intensidade de tecnologia e conhecimento.
ANDREI DE MESQUITA ALMEIDA (ENGECORPS)	Apontamentos para uma pesquisa dos limites e consequências do projeto de integração do Rio São Francisco no Sertão Pernambucano	Concebido originalmente no Plano Plurianual (PPA) de 1999 como parte da infraestrutura hídrica do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, o Ramal Entremontes, atualmente em fase de projeto básico, viabilizará perímetros de irrigação para a fruticultura de exportação, devendo induzir a especialização espacial do território do Sertão pernambucano através de seu atrelamento à cadeia produtiva do polo Petrolina, cuja estrutura comercial do agronegócio de exportação já dispõe de acesso aos mercados mundiais de frutas. Anunciado como uma forma de solução aos problemas advindos da falta de oportunidades na região, cuja consequência principal seria a migração populacional do campo para as cidades, o projeto do Ramal Entremontes se propõe a dinamizar a economia do semiárido Pernambucano de maneira a gerar oportunidades que fixem o sertanejo no campo, mitiguem a pobreza rural e abram uma nova fronteira agrícola no interior. Este artigo trata das hipóteses preliminares de uma pesquisa a ser desenvolvida acerca dos limites e consequências do PISF no Sertão Pernambucano, visando avaliar a capacidade de generalização para a região dos benefícios anunciados pela implantação dos empreendimentos hidroagrícolas associados ao Ramal Entremontes, buscando-se verificar especialmente a capacidade de geração de empregos diretos e indiretos, o alcance e sustentabilidade da estrutura fundiária de suporte aos empreendimentos, e o condicionamento que a estrutura comercial já estabelecida no polo Petrolina tenderá a exercer sobre a alocação dos investimentos públicos e privados no Sertão Pernambucano.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
CAMILA RIBEIRO CARDOSO DOS SANTOS (UFAL)	Análise da concentração da atividade industrial nas três principais microrregiões no nordeste brasileiro pós-abertura econômica	O presente artigo objetivou analisar como as microrregiões do Nordeste brasileiro reagiram às reformas econômicas implementadas no País durante a década de 1990, para tanto, optou-se pela utilização da técnica de agrupamento ou análise de cluster com o intuito de classificar todas as microrregiões de acordo com similaridades, levando em consideração o nível de diversificação industrial, característica do emprego e remuneração industrial existente durante os períodos de 1996, 2003 e 2010. Verifica-se um elevado grau de concentração nas três maiores microrregiões da Região em termos de número de empregos gerados e parcela de remuneração, além destas também apresentarem os maiores níveis de diversificação produtiva. Diante deste quadro, este trabalho buscou ressaltar as diferenças existentes entre as maiores e demais microrregiões nordestinas e destacar os fatores que fizeram com que as primeiras respondessem melhor às mudanças ocorridas no cenário nacional no período analisado.
CLÁUDIA PAUPÉRIO TITTON (ANPUR/Ipea)	Reestruturação produtiva e regeneração urbana	O trabalho discute o processo de reestruturação produtiva através da abordagem de fatores econômicos, sociais, tecnológicos, globais e urbanos que caracterizaram a transição econômica para o atual momento do capitalismo, bem como seus impactos no território das cidades, tais como dispersão, reaglomeração urbana e o quadro de esvaziamento produtivo que caracteriza, especialmente, setores da cidade que se apoiavam na indústria de transformação. Como combate à perda de vitalidade destes tecidos são apresentadas novas possibilidades de arranjos produtivos-urbanos – habitats de inovação, clusters e clusters de alta tecnologia – onde, através da implantação de atividades econômicas voltadas para os setores de informação e comunicação, mas vinculadas à vocação do território, objetive-se à refuncionalização de áreas deterioradas ou em transformação.
EDUARDO NUNES GUIMARÃES (UFU)	Desafios do desenvolvimento e a importância da regionalização funcional	A preocupação central deste texto é realizar uma reflexão sobre os desafios da regionalização e da proposição de políticas públicas de desenvolvimento regional à luz de uma reflexão da dinâmica funcional da economia. Partindo do entendimento de que o interesse multidisciplinar recente pela dinâmica espacial do desenvolvimento econômico traz à tona desafios teóricos e metodológicos oriundos do legado histórico, a proposta central deste texto é revisitar as contribuições da ciência econômica e, ao mesmo tempo, realizar uma discussão metodológica da regionalização da dinâmica econômica como atributo essencial para o planejamento, a formulação e a avaliação da diversidade do desenvolvimento e suas singularidades espaciais. O objetivo é apresentar elementos conceituais e metodológicos que permitam mostrar a importância e a possibilidade de trabalhar as relações sociais de produção na particularidade de sua escala regional. Entende-se que a regionalização da economia, a partir da identificação de suas características singulares, ainda representa um conhecimento de apoio imprescindível aos formuladores de políticas públicas de desenvolvimento, podendo também ser extremamente valiosa na formulação de estratégias de exploração do potencial de crescimento econômico, no fortalecimento do mercado de trabalho e na melhoria da qualidade de vida.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
EDVIGES ROMANATTO (Seplan-GO); MARCOS FERNANDO ARRIEL (Seplan-GO); GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA (UFU)	Aglomeração, caracterização e dinâmica econômica setorial dos municípios do estado de Goiás em 2008: avaliação empírica e proposição de política	A economia goiana pode ser considerada uma das mais dinâmicas do país, haja vista que cresceu 2% a mais que a economia nacional nos últimos anos. O trabalho tem por objetivo compreender e caracterizar a dinâmica econômica dos municípios do estado. Para tanto, calcula-se o índice de terciarização e desenvolvem-se análises multivariadas. Estas análises indicaram que este maior dinamismo é resultado de um processo de formação e consolidação de <i>clusters</i> setoriais em determinadas regiões do estado. Estas aglomerações polarizadas pelas maiores economias do estado geraram externalidades positivas multidirecionais, que contribuíram para maior integração intermunicipal e dinamismo setorial no estado de Goiás. Entretanto, intensificaram as desigualdades regionais no estado. Assim, políticas de desenvolvimento regional devem respeitar as particularidades de cada região e estimular as potencialidades locais, haja vista que esta pode ser uma estratégia para atenuar este problema.
ELSON L. S. PIRES (UNESP); LUCAS LABIGALINI FUIN (UNESP); RODRIGO FURGIERI MANCINI (UNESP); DANILO PICCOLI NETO (UNESP)	A governança territorial no Brasil: conceitos e modalidades	O presente artigo parte do desafio de compreender a governança territorial em sua processualidade de construção incompleta, aberta ao diálogo teórico conceitual e à identificação de suas manifestações empíricas variadas no território nacional. Visa mostrar como se articulam as novas formas de regulação social e econômica através das estratégias organizacionais e institucionais dos atores para condução de projetos coletivos de desenvolvimento territorial local e regional.
EUNÁPIO DUTRA DO CARMO (CESUPA)	Ordenamento territorial e deslocamentos de comunidades locais em Barcarena (Amazônia Oriental): usos, abusos e saberes	Este trabalho consiste em um estudo das mudanças sociais nas práticas educativas da Comunidade de Nova Vida, formada por famílias de pequenos agricultores e pescadores, localizada no município de Barcarena, Amazônia Oriental (PA). O trabalho articula os conceitos de “cultura” e “território” para desenvolver uma análise das relações socioespaciais desta comunidade, conformadas tanto pelo contexto ambiental da floresta amazônica quanto pelas transformações determinadas pelos deslocamentos compulsórios sofridos por suas famílias e promovidos por empreendimentos transnacionais ligados à produção de caulim. Isso implica apreender as antigas e as novas práticas sociais da comunidade, promovidas tanto pelas mudanças de contexto ambiental que lhe são impostas, quanto por sua inserção em um campo mais amplo de mobilização e organização sociopolítica críticas aos empreendimentos transnacionais na região. Para realizar esta análise, assumiu-se como fio condutor do estudo dos dois processos de deslocamento compulsório vividos pela comunidade, impostos pela empresa de capital transnacional Pará Pigmentos S/A, com a anuência do estado do Pará e de órgãos do governo federal.
FERNANDA PAES ARANTES (UFPB)	Dinâmica do emprego industrial nos municípios do estado de Sergipe no período de 1994 a 2009	O presente trabalho se propõe a descrever a dinâmica do emprego industrial nos municípios do estado de Sergipe no período de 1994 a 2009. Para isso, foram utilizados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referentes ao estoque de empregos ativos nas indústrias extrativas e de transformação. Buscou-se destacar as tendências gerais e setoriais da concentração industrial no estado, bem como acompanhar os níveis de especialização nos municípios sergipanos. Foram utilizados indicadores como índice de Gini, coeficiente de localização de Hoover e coeficiente de especialização proposto por Haddad (1989). Os resultados encontrados sugerem uma tendência à desconcentração da atividade industrial ao longo do período analisado, com variação negativa do índice de Gini em torno de 10%. Porém, os setores da indústria sergipana permaneceram bastante concentrados no período. Ocorreu também uma redução da especialização em parte dos municípios e a instalação de novas indústrias em outros, apesar de manter a especialização nos setores tradicionais. Entre os diversos fatores que podem ter influência sobre a existência da concentração, aparecem as externalidades marshallianas, a dotação de fatores de cada município, os custos de transporte e os incentivos fiscais.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
FLÁVIO FARIA DE ARAÚJO (UFRJ)	Empresariamento urbano: concepção, estratégias e críticas	Este artigo é um entendimento do “modelo” administrativo que os poderes públicos locais vêm desenvolvendo desde a década de 1980 em diversas cidades de todo o planeta – o empresariamento urbano. Com a análise de sua concepção, de suas estratégias e dos problemas decorrentes de sua implementação, pode-se apresentar algumas críticas a esta forma de gerir uma cidade. Para a sua realização, foram feitas pesquisas e análises acerca da teoria e da prática sobre/do empresariamento urbano nas cidades de Barcelona, na Espanha, e Rio de Janeiro, no Brasil. Assim também podendo ser esclarecidos os interesses explícitos e implícitos neste “modelo” e as parcelas (classes sociais) da sociedade que se beneficiam e que são prejudicadas com esta prática.
GABRIELA DE FREITAS FIGUEIREDO ROCHA (UFMG)	Para que e para quem serve a sustentabilidade urbana? Um olhar crítico sobre as novas tendências do planejamento e gestão das cidades globais	O artigo analisa os indícios de como surgiu e tem sido trabalhada a noção da sustentabilidade urbana, um termo muito recorrente nos campos teórico e prático de discussão sobre planejamento, gestão e regulação das cidades no século XXI. Verifica-se como as novas tendências, que projetam modelos de cidades sustentáveis e globais, refletem-se na realidade brasileira, com suas tradições e contradições do campo do planejamento urbano. São, ao fim, analisadas as alternativas que figuram entre as propostas para a sustentabilidade das cidades brasileiras: de um lado, o planejamento estratégico, baseado numa noção despolarizada e não conflituosa do urbano; de outro, as propostas que contemplam princípios constitucionais de justiça urbana e participação democrática.
GUSTAVO SOARES IÓRIO (UFRJ)	Sertão, território e desenvolvimento: reflexões sobre o imaginário desenvolvimentista brasileiro	Desenvolvimento é um dos vocábulos mais influentes sobre o imaginário social, em todos os níveis. Tomado como “palavra mágica”, ele é requerido como artifício discursivo de convencimento e legitimidade para projetos políticos de diferentes matrizes. Diante deste quadro, este artigo discute algumas questões que são basilares e implícitas a esta noção. Defende-se que, antes de se discutir o que se deve fazer para o desenvolvimento, há que se discutir o que se pretende através do desenvolvimento. É esta a proposta deste artigo, discutir o ideário desenvolvimentista brasileiro no período militar, principalmente no que tange ao imaginário de sertão (uma categoria geográfica abstrata) a ele adjacente, defendendo a tese que aí estão contidas representações cristalizadas e conservadoras. A revista <i>Interior</i> é tomada como fonte da discussão, por figurar-se como um meio de interlocução entre as representações governamentais e as corriqueiras. Por fim, estão alguns apontamentos para uma proposta alternativa de desenvolvimento.
JENNIFER DOS SANTOS BORGES (UFPE); SUELY RIBEIRO LEAL (UFPE)	O patrimônio da união como recurso público a serviço do desenvolvimento urbano: entre o planejamento inclusivo e a governança empreendedora	Os imóveis pertencentes à União, o chamado patrimônio da União, constituem-se em reserva valiosa de recursos estratégicos para serem aplicados em prol do desenvolvimento urbano. A gestão destes imóveis, de responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), é orientada em nível federal pela política nacional de gestão do patrimônio da União, que, a partir de 2003, passou por significativa reformulação em seus princípios, conduzida sob o ideário da “reforma urbana”, no qual se baseou a reformulação da política urbana brasileira no mesmo período. No entanto, sua execução no nível local é conduzida sob a influência, por um lado, do planejamento urbano municipal, ao qual toda e qualquer propriedade urbana encontra-se subordinada pela exigência constitucional de cumprimento da função social, e por outro, dos arranjos de interesses locais, que conformam a governança urbana, e cuja mobilização de forças tem sido considerada no debate teórico atual de significativa relevância na condução da dinâmica das cidades. Partindo-se deste entendimento, procurou-se ilustrar, neste trabalho, como as novas concepções de gestão urbana, vistas pela dicotomia “empreendedorismo-inclusão”, refletem na utilização do patrimônio da União em diferentes cidades brasileiras, tendo em vista o papel desempenhado pelo Estado na condução das políticas públicas e sua articulação com os interesses de mercado e as demandas da sociedade civil.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
JOÃO TELMO DE OLIVEIRA FILHO (UFRGS); CARLA PORTAL VASCONCELLOS (UFRGS)	Democracia e participação popular: as possibilidades de transformações nas formas de gestão do território a partir do Estatuto da Cidade	Este artigo tem como objetivo discutir elementos da política urbana prevista na Constituição Federal brasileira e no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) em relação aos instrumentos de participação popular previstos, em processos como os de elaboração e revisão de planos diretores municipais e na realização de audiências e consultas públicas em questões vinculadas ao plano diretor e o planejamento urbano. A partir de aspectos da teoria democrática e sua evolução histórica – da democracia representativa à democracia participativa – pretende-se avaliar formas de efetivar ou aprofundar a democracia participativa no planejamento e gestão urbanos das cidades brasileiras, verificando a dimensão em que se inserem os chamados “planos diretores participativos”, discutindo acerca dos instrumentos de participação disponibilizados pelo Estatuto da Cidade e as formas de garantir a efetividade e da participação popular como instrumento de desenvolvimento econômico e social.
JOELMA ALICE BEZERRA DA SILVA (UFPB)	Dinâmica do emprego industrial nos municípios do estado do Rio Grande do Norte, no período de 1994-2009	Este trabalho tem como tema central descrever concentração industrial e especialização regional nos municípios do estado Rio Grande do Norte, no período de 1994-2009. Os dados foram coletados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que fornece dados do estoque do emprego formal. Após a coleta e transformação dos dados, através dos cálculos dos coeficientes de Gini, Hoover e de especialização regional, foi possível verificar, que quanto à concentração industrial nos municípios do Rio Grande do Norte, evidências no coeficiente de Gini indicam que a indústria é bastante concentrada, com leve tendência de desconcentração ao longo do período analisado, fato que se confirma com análise do coeficiente de Hoover. E quanto à especialização industrial, é notável a presença desta na grande maioria dos municípios potiguares, com exceção de, Caicó, Natal e Mossoró, que possuem uma estrutura produtiva bastante diversificada. A título de sugestão, a concentração industrial pode ser explicada pela existência de economias de aglomeração e pelo papel do Estado no direcionamento de investimentos industriais.
JOSÉ SIDNEI GONÇALVES (APTA)	Circuito pecuário do “boi que come floresta” e a reprodução da lógica de acumulação primitiva nos cercamentos da fronteira amazônica: uma discussão sobre especulação financeira e a riqueza patrimonial	O artigo analisa o processo de ocupação das fronteiras agropecuárias brasileiras tendo como premissa que tal processo explica-se pela reprodução da lógica da acumulação primitiva, ainda que isso configure uma modalidade pretérita dentro do desenvolvimento capitalista. O desmatamento da Floresta Amazônica, ao ser motivado pela busca de riqueza patrimonial na plena vigência de tal mecanismo de apropriação de riqueza, de forma alguma poderá ser obstado com a edição e cumprimento de leis ambientais. Em sentido contrário, a recente regularização fundiária das terras amazônicas e as obras de infraestrutura que “valorizam a terra” acabam por chancelar o pretérito processo de acumulação primitiva dando força para sua reprodução até futuras regularizações. Na verdade, a terra configura-se como um ativo financeiro e, dentro dessa concepção, como havia definido Ignácio Rangel, sua inserção plena no movimento do capital financeiro consiste no caminho para sua democratização.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
JOSÉ LUÍS VIANNA DA CRUZ (UFF)	Grandes investimentos e a reestruturação do espaço regional no norte fluminense	O artigo analisa dois grandes investimentos (GIs) em curso no norte do estado do Rio de Janeiro no contexto da recente elevação das taxas de crescimento econômico do país. Neste contexto se destacam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para a infraestrutura básica e de logística, em termos econômicos, urbanos e sociais; o Pré-Sal – projeto de exploração do petróleo e gás dessa camada; e a expansão da exploração do petróleo e gás da camada pós-sal. Os GIs em questão são o Complexo Portuário, Industrial e Logístico do Açu (Clipa), em São João da Barra, e o Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado (CBF) em Quissamã, na divisa com Campos dos Goytacazes. Do ponto de vista do modelo de desenvolvimento brasileiro, estes investimentos são condicionados pelo reforço do perfil exportador que tem como âncoras privilegiadas as <i>commodities</i> agrícolas e agroindustriais, minerais, como ferro, o petróleo e produtos semiacabados, como aço, entre outros. Finalmente, ao abordar a questão dos impactos destes projetos na reestruturação do espaço regional do norte fluminense e no desenvolvimento regional, o artigo chama atenção para a importância do tratamento destes GIs no âmbito da problemática regional do desenvolvimento nacional, na medida em que seu porte, seu perfil e sua inserção territorial perpassam as escalas local, regional e nacional, e à luz da compreensão dos contextos aqui assinalados.
JULIANO VARELA DE OLIVEIRA (UFPE); SUELY MARIA RIBEIRO LEAL (UFPE)	Desenvolvimento capitalista e política habitacional brasileira: o retrocesso do paradigma participativo na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida	O artigo objetiva debater o tema da participação social na política habitacional brasileira, problematizando o modelo de participação institucionalizado pela Constituição de 1988, a partir de uma análise da mudança de foco da Política Nacional de Habitação (PNH), 2004, para o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em 2009. Fundamenta-se na reflexão sobre capitalismo e democracia deliberativa no âmbito da globalização neoliberal, com o intuito de trazer à tona o contexto geral no qual se insere a questão da participação social em dias atuais, para, então, discorrer a respeito da participação a partir da Constituição Brasileira de 1988, destacando o processo de ascensão do município como espaço principal à efetivação do paradigma participativo, bem como as dificuldades deste em se consolidar enquanto expressão de uma democracia deliberativa. Na análise do processo de arrefecimento da importância da PNH em relação ao MCMV, observou-se que houve uma mudança de foco no que tange ao paradigma participativo. Este, ratificado pela PNH, desintegrou-se quando da implementação do MCMV. Neste contexto, o artigo traz, portanto, uma reflexão sobre a necessidade de revisão do modelo participativo brasileiro institucionalizado pela Constituição de 1988.
LAILA MAYRA DREBES (UFSM); ROSANI MARISA SPANEVELLO (UFSM); ADRIANO LAGO (UFSM)	A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural	O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma as cooperativas agropecuárias, instituições promotoras de desenvolvimento no meio rural, vêm trabalhando a temática da sucessão geracional com seus associados, com o intuito de garantir a continuidade das propriedades associadas e de seu próprio quadro social. Esta análise envolve entrevistas realizadas com os dirigentes das oito cooperativas agropecuárias da região do Alto Jacuí, filiadas a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (Fecoagro), sendo elas: Cooperativa Triticola Espumoso Ltda. (Cotriel), Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda. (Cotribá), Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijal), Cotripal Agropecuária Cooperativa, Cooperativa Triticola Sarandi Ltda. (Cotrisal), Cooperativa Agrícola Soledade Ltda. (Coagrisol), Cooperativa Triticola Taperense Ltda. (Cotrisoja) e Cooperativa dos Agricultores de Chapada Ltda. (Coagrill). Os resultados obtidos a partir das entrevistas permitem inferir que as ações realizadas são indiretas, voltadas a aspectos econômico-produtivos e sociais, e, de forma generalizada, à família rural, apesar da grande preocupação apresentada pelas cooperativas no que se refere à questão sucessória.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
LEANDRO ROBERTO NEVES (USP); IANNI RÉGIA SCARCELLI (USP)	Cidade e reconstrução: uma análise psicossocial do espaço citadino pós-inundação	Este texto é uma prévia conjugação analítica de uma primeira problematização da pesquisa em andamento intitulada “Além da superfície: as produções das trincheiras espaciais simbólicas”, que propõe estudar as relações dos cidadãos com a cidade de São Luiz do Paraitinga (São Paulo, Brasil). Tais relações compõem as possíveis transformações na representação da imagem da cidade considerando o processo sócio-histórico da formação arquitetônica da cidade, assim como os aspectos simbólicos que permeiam e sofrem mediações conjunturais. Os elementos constitutivos do espaço representado na cidade foram intensamente friccionados em virtude de inundações ocorridas em 1863 e na passagem do ano 2009-2010. Tais inundações provocaram, de forma semelhante, a destruição de edificações do centro da cidade e alagamento das áreas rurais, entre outras. Neste sentido, parte-se de um contato etnográfico com o local e tem-se como referência um aporte teórico centrado em pressupostos da concepção de Lefebvre sobre como o espaço é qualificado pelo corpo e como a produção de representações subverte a realidade da imagem construída. Resultados parciais desta investigação indicam que a orientação da população para a reconstrução da cidade, após as inundações, está assentada em imagem institucionalizada da cidade centrada no duplo real/aparente.
LÍCIO GONZAGA LOBO JÚNIOR (UFABC)	Dinâmicas territoriais, conflitos e forma urbana em Diadema-SP	Diadema, cidade da região metropolitana de São Paulo, tem uma singular trajetória de política urbana nas últimas décadas, devido principalmente à série ininterrupta de governos de inspiração progressista, desde 1983 até os dias de hoje. Não obstante, persistem sérias dificuldades para a garantia da efetiva vigência da função social da propriedade urbana e do “direito à cidade” para todas as camadas da população, processos cotidianamente obstaculizados pelas práticas hegemônicas do capital imobiliário. Este artigo procura estabelecer os nexos existentes entre as dinâmicas territoriais presentes na cidade, os conflitos que delas advém e os instrumentos de gestão e regulação urbanística que foram concebidos e aplicados ao longo do tempo. Para tanto, propõe uma periodização e procede a uma análise específica de cada um dos períodos, destacando: as dinâmicas econômicas nacionais e internacionais que incidiram de forma determinante em cada conjuntura; o rebatimento que estas tiveram no arranjo das atividades produtivas locais; as determinações de ordem política; e a atuação dos movimentos sociais portadores de reivindicações e propostas autônomas. Por fim, em caráter exploratório, a partir de considerações específicas sobre a “forma urbana” assumida pela cidade ao longo do tempo, o artigo levanta hipóteses para futuras investigações acerca das continuidades, mudanças e possibilidades de superação dos padrões de urbanização periférica hegemônica pelas dinâmicas do capital.
LÍVIA DE SOUZA LIMA (FESPSP)	O crescimento urbano e as condições de submoradia – Estudo da efetividade do Programa de Cortiços da cidade de São Paulo	A existência de cortiços em São Paulo é um problema antigo e um tema essencial a ser tratado dentro da questão da habitação nas esferas sociais e políticas. O presente artigo objetiva dar um histórico da formação dos cortiços em São Paulo, das ações públicas no tratamento da questão, bem como dar informações iniciais a respeito da pesquisa em andamento. A pesquisa trata de analisar a última política pública municipal, intitulada Programa de Cortiços de São Paulo, buscando entender a sua efetividade em beneficiar uma determinada população encortiçada da cidade.
LUCIANA DE OLIVEIRA ROYER (USP)	Sistema Financeiro Habitacional e Sistema Financeiro Imobiliário	O trabalho, baseado em parte de doutorado defendido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, busca compreender semelhanças e diferenças entre o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), sob o ponto de vista da universalização da habitação enquanto direito. Busca também compreender o funcionamento do SFI na lógica de uma política pública de habitação.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
LUCIENE RODRIGUES (Unimontes); CASIMIRO MARQUES Balsa (Unimontes); MARIA ELIZETE GONÇALVES (Unimontes)	Análise e gestão de políticas sociais em unidades micro-territoriais	Entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social, um dos mais importantes é a questão da pobreza e da vulnerabilidade social. O presente artigo analisa o desenho e os processos das políticas sociais de combate à pobreza com matricialidade no território e nas famílias, com diversos tipos de arranjos. A partir de uma amostra estratificada para o município de Montes Claros, foi calculado o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) para mostrar aspectos que dizem respeito ao sistema educacional, mercado de trabalho, distribuição de renda, habitação, saúde e vulnerabilidade social. Aplicou-se a técnica de análise fatorial aos dados relacionados ao risco social (prostituição infantil, abuso sexual de menores e de mulheres, violência doméstica, uso de drogas etc.) para identificar os territórios em que estes riscos são mais evidentes. O universo pesquisado é constituído pelas famílias referenciadas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (fev. 2010), que possuem como característica comum a baixa renda. O estudo revela os territórios intraurbanos mais necessitados de intervenção governamental, tendo em vista a redução da pobreza, da vulnerabilidade e do risco social.
LUÍS MAURÍCIO MARTINS BORGES (UNICAMP)	Setor da construção, política e licitações de obras públicas, no município de São Paulo no início do século XXI	O objetivo do presente trabalho é apresentar a importância da demanda de obras e serviços públicos, fundamental para o alcance das políticas sociais e estratégica para a condução da dinâmica de acumulação do setor da construção. Para isso, considera-se o histórico do setor econômico e a estrutura que integra as relações dos interesses públicos, conduzidos pelo Estado, e privados, realizados pelos movimentos de mercado. Apresenta-se, então, uma análise da estrutura dinâmica da demanda e oferta do setor de obras e serviços públicos, entre os anos 2006 e 2010, e o impacto no município de São Paulo.
LUIZ EDUARDO NEVES DOS SANTOS (UFMA)	Verticalização urbana e segregação socioespacial: crise da cidade quadricentenária	O artigo trata da produção do espaço urbano da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, pelo viés da verticalização urbana e da fragmentação socioespacial. A urbanização das cidades brasileiras e, mais especificamente, de São Luís, acaba por gerar diferentes formas de apropriação do espaço pelos grupos sociais. O sistema econômico globalizado é representado pela expansão do meio técnico-científico; tal sistema, ao se expandir não se tornou único, mas tão somente hegemônico. Sua expansão se efetivou a partir da contradição fundamental que separa grupos dominantes de grupos dominados em uma cidade claramente dividida.
MAIT BERTOLLO (USP)	O circuito espacial produtivo da vacina no Brasil e os impactos socioespaciais da sua implementação na cidade de São Paulo	O aprofundamento da especialização produtiva em cada porção do espaço geográfico e a integração territorial de todo o sistema econômico, produtos do capitalismo corporativo atual, trazem a possibilidade concreta de unificação de setores industriais mediante o uso das redes de transportes, redes de comercialização e acesso às informações instantaneamente, sendo seus centros estrategicamente distribuídos em determinadas metrópoles. Segundo essa dinâmica, apresentam-se alguns resultados iniciais da pesquisa sobre os fixos de saúde produtores de vacinas no território brasileiro, especificamente a indústria de base química e biotecnologia produtoras e dispersoras dos vários e distintos tipos de vacinas, configurando circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação constituídos por instituições públicas e privadas.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MÁRCIO SILVEIRA NASCIMENTO (UFAM)	Dimensão socioespacial do transporte informal em Manaus: o caso do mototáxi	O transporte público coletivo urbano no Brasil vem apresentando um processo de decadência, promulgado pela queda da demanda e da produtividade dos serviços, tarifas crescentes, oferta inadequada às necessidades dos usuários, insuficiente desenvolvimento tecnológico e inovativo, falta de investimentos para atender a elevada demanda de infraestrutura, entre outros problemas agravados por um ambiente institucional e um marco regulatório carentes de modernização. Assim, surgiram em todos os centros urbanos do Brasil, na circulação diária paralelamente ao transporte coletivo urbano regulamentar e oficial, os transportes informais, clandestinos ou ilegais, representados nas mais diversas formas de veículos e gerando inúmeros conflitos entre os atores envolvidos. Destacá-se o embate entre a população, os usuários, solicitando melhores condições na qualidade das viagens diárias; os proponentes do transporte informal, os quais defendem o serviço para manutenção de suas rendas econômicas; e o poder público, preocupado com a legalidade de tais serviços, cuja regulamentação implica grandes desafios para os planejadores de transportes. Dessa forma, este artigo pretende evidenciar como essa situação tem afetado a cidade de Manaus, especificadamente quando se trata dos serviços de mototáxi, amplamente utilizado na cidade, reforçando que sua presença indica que as necessidades de transporte não estão sendo atendidas suficientemente por meios formais de serviços de transporte público.
MARCOS VINÍCIUS FERREIRA DE GODOY (Prefeitura de Juiz de Fora)	Função social da propriedade e disputas no território	Dentro da nova perspectiva do direito de propriedade no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, está em fase de implantação uma nova proposta de política urbana, instrumentalizada pelo Estatuto da Cidade, que visa superar a vulnerabilidade jurídica intrínseca às atividades de gestão e ordenamento urbano das cidades brasileiras. Desde então, a positivação, no texto constitucional, do princípio da função social da propriedade urbana tem sido o grande trunfo dos movimentos sociais urbanos. Tais movimentos clamam pelo norteamento das ações estatais de intervenção no domínio particular com base neste princípio. A fim de promover justiça social urbana, através da redistribuição dos ônus e bônus decorrentes do processo de urbanização. O objetivo deste estudo é investigar como ocorre o processo de apropriação deste princípio pelos atores sociais envolvidos, entre os quais juristas, urbanistas, ativistas políticos, doutrinadores e magistrados, bem como mapear a evolução do conceito de propriedade privada dentro do arcabouço jurídico brasileiro contemporâneo. A metodologia utilizada envolveu revisão bibliográfica, análise de legislação e pesquisa jurisprudencial. O estudo permite concluir que o princípio da função social da propriedade, embora conclame a adoção de uma sistemática jurídica que viabilize a garantia de uma propriedade privada dotada de função social, não logrou êxito em superar a concepção civilista de propriedade individual, nem mesmo a gama de controvérsias doutrinárias acerca do tema e o conservadorismo do Poder Judiciário.
MARIE ANNE NAJM CHALITA (IEA;SAA;SP); DIRCEU DA SILVA (UNICAMP;FEAP)	O consumo de queijos e a relação alimentação-alimento: um olhar além do desenvolvimento local	O mercado de qualidade dos queijos no Brasil possui frágeis vínculos com o consumidor. Este trabalho tem o objetivo de refletir a relação entre alimentação-alimento como plano analítico das semânticas de qualidade proferidas por consumidores de queijo. Com questionário fechado, foi feita análise fatorial e análise de múltipla correspondência, neste último caso, especificamente sobre os atributos do alimento. Conclui-se que o consumo efetivo do produto é guiado pela inespecificidade da inserção do queijo nas refeições, importando suas características diferenciadoras em ocasiões especiais. No entanto, as singularidades detectadas na relação alimento-alimentação, apontam para o potencial de mercado do produto nacional artesanal. A introdução da noção de singularidades no que diz respeito aos alimentos permite ampliar a teses em vigor da inserção dos produtos alimentares artesanais sob a ótica exclusiva do desenvolvimento local através das economias e redes sociais de proximidade.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
NILSON DO ROSÁRIO COSTA (Fiocruz); THAÍS S. DA SILVA (Fiocruz)	O desenvolvimento social e focalização: a Estratégia Saúde da Família e o desafio das grandes cidades brasileiras	O objetivo deste trabalho é descrever a implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF) nas grandes cidades (mais de 100 mil habitantes). Estes municípios registravam baixo comprometimento com a ESF no começo da década de 2000. O baixo comprometimento foi considerado um nó crítico para a ampliação da cobertura e provisão da atenção primária pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho mostra como e por que as grandes cidades desenvolveram a ESF em resposta aos incentivos do governo central brasileiro. A expansão tardia da ESF foi diretamente associada aos municípios com menor produto interno bruto (PIB) <i>per capita</i> , maior prevalência de população em situação de pobreza e situados na região Norte e Nordeste. Esse padrão de expansão indicaria o desenvolvimento de uma política de saúde focalizada nos pobres e com uma oferta de serviços de saúde de menor complexidade.
PATRÍCIA LUÍZA KEGEL (FURB); MOHAMED AMAL (FURB); SUELEN CARLS (FURB)	A indicação geográfica como vetor de desenvolvimento regional e a possibilidade de sua aplicação no setor de cristais artesanais do Vale do Itajaí	Em um contexto marcado pelo aprofundamento da globalização, da dispersão geográfica da produção industrial e da divisão internacional do trabalho, o setor de cristais artesanais do Vale do Itajaí (SC) vem enfrentando múltiplos desafios e buscando novas perspectivas de competitividade. O objetivo deste trabalho é abordar, de forma específica, a questão da indicação geográfica como fator-chave nas estratégias de desenvolvimento regional, através da articulação da organização produtiva e do desempenho do setor industrial, com a situação socioeconômica da região e seu desenvolvimento. Com esta finalidade, o trabalho discute a viabilidade de obtenção da indicação geográfica, seu impacto sobre a reestruturação dos territórios, reorganização da produção através de <i>clusters</i> e desenvolvimento regional. Por fim, o estudo indica em que medida a proximidade geográfica e a atividade econômica territorial podem afetar as estratégias de competitividade e inserção internacional das empresas vinculadas ao setor de cristais artesanais da região.
PAULA PRADINES DE ALBUQUERQUE (UFAL); ANDRÉ MAIA GOMES LAGES (UFAL)	Descentralização industrial brasileira: a tendência permanece? Análise da dinâmica espacial no período 1994-2009	Este trabalho analisa a tendência de concentração ou dispersão da indústria de transformação nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil no período de 1994 a 2009, a partir da mensuração de medidas de localização e especialização, próprias dos estudos de economia regional. A pesquisa teve cunho exploratório, utilizando-se de dados secundários e do emprego formal como variável de estudo. Como resultado, observou-se que a tendência à descentralização industrial no espaço nacional permanece, porém, num ritmo desacelerado, favorecendo a redução das desigualdades econômicas entre as regiões.
PEDRO LUÍS BÜTTENBENDER (Unijuí/RS); DIETER RUGARD SIEDENBERG (Unijuí/RS); SÉRGIO LUÍS ALLEBRANDT (Unijuí/RS)	Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes-RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas	O presente artigo apresenta um estudo sobre o tema do desenvolvimento regional a partir das articulações regionais, referenciais estratégicos, tomando por base os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no estado do Rio Grande do Sul. O estudo visa estudar os Coredes, sua estrutura, articulações regionais e referenciais estratégicos, visando contribuir com o seu desenvolvimento. De forma específica, o artigo explora a gênese, estrutura, as articulações regionais e os referenciais estratégicos dos Coredes; um conjunto de apreciações críticas sobre a experiência dos Coredes; e considerações finais com proposições para o seu fortalecimento. A pesquisa quanto aos fins caracteriza-se como exploratória, de campo, descritiva e estudo de caso. Quanto aos meios, é pesquisa bibliográfica, documental e de observação direta. A pesquisa apresenta elementos de pesquisa participante, pois os autores, além de docentes pesquisadores, são também membros líderes dos próprios Coredes. Nas fontes, foram considerados documentos, registros e publicações, bem como a observação direta. A partir do estudo é possível destacar a relevância da experiência dos Coredes, com trajetória de vinte anos, em especial nos processos de articulação regional, fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento e o enfrentamento das desigualdades regionais no estado. Os planos estratégicos de desenvolvimento das 28 regiões priorizam o foco na gestão dos programas regionais de desenvolvimento. O fortalecimento dos Coredes e das estratégias de desenvolvimento apontam para o aprimoramento das políticas públicas, a qualificação da concertação e de governança socioterritorial, a promoção dos processos de participação e da democracia, envolvendo e comprometendo todos os agentes públicos, econômicos e sociais nesta trajetória.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
PRISCILA CASARI (UFSCAR); ANDRÉ DA CUNHA BASTOS (UFSCAR); CRISTIANE FELTRE (UFSCAR)	Determinantes dos rendimentos e discriminação por gênero nas áreas rurais brasileiras em 2009	As atividades econômicas têm crescido em direção aos subúrbios, aumentando a integração espacial entre as áreas urbanas e rurais e o corte tradicional entre urbano e rural não é mais suficiente para compreender a dinâmica socioeconômica. No Brasil, as áreas rurais são divididas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em: extensão urbana, povoado, núcleo, outras aglomerações e exclusive aglomerado rural. As áreas de extensão urbana são aglomerações adjacentes ao perímetro urbano; povoados, núcleos e outras aglomerações são aglomerações distantes de áreas urbanas; e nas áreas de exclusive aglomerado rural não há qualquer aglomeração. Neste artigo, procura-se analisar os rendimentos e a discriminação por gênero em áreas de extensão urbana, aglomerados rurais (povoados, núcleos e outras aglomerações) e áreas sem aglomeração. Para tanto, são utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios – PNAD (2009) e a população estudada, formada pelos trabalhadores ocupados e remunerados. São apresentadas estatísticas descritivas sobre o rendimento médio dos trabalhadores e sua distribuição ocupacional. Os determinantes dos rendimentos são estimados por meio de regressão linear, considerando características socioeconômicas e ocupações como variáveis explicativas, e o impacto da discriminação sobre os rendimentos é avaliado pela decomposição de Oaxaca. Os resultados mostram que há diferencial de rendimentos em favor dos homens e discriminação por gênero nas três áreas estudadas, porém a magnitude do diferencial e o impacto da discriminação são diferentes em cada área rural. Dessa forma, percebe-se que há diferenças no mercado de trabalho, sugerindo que o desenvolvimento do meio rural aconteça de forma gradual e que as atividades características do “novo rural” se insiram nas áreas de extensão urbana, aglomerações rurais e exclusive aglomerações de forma distinta.
RAFAEL LÚCIO DA SILVA (UNIVAP); SANDRA MARIA FONSECA DA COSTA (UNIVAP)	Enclaves fortificados: tipologias dos condomínios horizontais e loteamentos fechados e perfil dos seus moradores na cidade São José dos Campos, São Paulo	O estudo da segregação socioespacial com enfoque nas tipologias dos condomínios horizontais e loteamentos fechados da cidade de São José dos Campos nos remete a uma construção sociocultural dos padrões estabelecidos no seu processo de urbanização. Essas características se tornam evidentes no espaço urbano, onde o modo como os grupos sociais se relacionam revelam um espaço socialmente fragmentado. O fenômeno urbano representado, principalmente, pela existência dos enclaves fortificados tem transformado substancialmente o espaço urbano da cidade de São José dos Campos. Dentro desta perspectiva, o objetivo deste trabalho é discutir o processo de segregação socioespacial bem como os enclaves sociais em São José dos Campos, à luz da legislação vigente, mapeando as tipologias dos enclaves fortificados, traçando o perfil dos moradores que adotaram estes empreendimentos como novo estilo de vida.
RAQUEL GARCIA CONÇALVES (UFMG); NATÁLIA CARDOSO MARRA (UFMG)	A privatização do planejamento urbano pelos condomínios horizontais: um desafio em expansão	Cidades periféricas dos grandes conglomerados urbanos estão atraindo cada vez mais pessoas. As famílias de baixa renda vivem na periferia devido ao baixo custo de vida nessas regiões, famílias ricas optam por viver em condomínios horizontais fechados diante das promessas de segurança, privacidade, tranquilidade e proximidade com a natureza. Ocorre que o respectivo modelo de ocupação do uso do solo caracterizado como loteamento fechado não possui regulamentação própria e tem gerado intensa discussão no meio jurídico quanto a sua constitucionalidade. O exercício de controle de acesso a ruas, cuja natureza é de bem de uso comum do povo, é controversa. A gestão urbana se vê comprometida diante da dificuldade de intervenção nos condomínios horizontais e de conexão destes com o restante da cidade. Tanto moradores de municípios onde é comum este tipo de loteamento, quanto a doutrina jurídica não chegaram a um consenso quanto aos benefícios e malefícios proporcionados pela disseminação deste modo de ocupação das áreas municipais. Este artigo busca esclarecer alguns eixos do debate quanto à gestão urbana, a implantação de condomínios horizontais fechados, as normas jurídicas e a Constituição Federal.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
RAQUEL GARCIA GONÇALVES (UFMG); RICARDO VIANA CARVALHO DE PAIVA (UFMG)	Grandes projetos urbanos: das utopias de lugar nenhum às estratégias de qualquer lugar	A crise do planejamento instaurada a partir da década de 1970, as mudanças históricas ocorridas no Brasil nos anos de 1980, a força da ideologia neoliberal e das ideias de globalização, em nível mundial, e a atuação de consultores constituem elementos importantes para o entendimento dos processos de legitimação de paradigmas que passam a reorientar as pesquisas na área urbana, assim como as práticas de planejamento concretizadas, em geral, em grandes projetos urbanos. Estabelecendo conexões entre o contexto histórico vivenciado no Brasil e a propagação de novas ideias, o presente trabalho tem como objetivo principal refletir sobre as interfaces entre as atuais práticas de planejamento e as utopias urbanas elaboradas no século XIX.
REGINALDO JOSÉ DE SOUZA (UNES)	Esfacela-se o <i>cyborg</i> : a produção do espaço urbano entre sociedade/natureza, especulação fundiária, riscos e impactos socionaturais	O processo de urbanização ocorre na artificialização da natureza pela sociedade. As cidades são formas híbridas que irrompem da fusão entre dinâmicas naturais e sociais. Porém, a hibridação socionatural que caracteriza as cidades parece-nos uma disjunção insolúvel em que sociedade e natureza não chegam ao ponto de uma relação harmônica. Cientes da existência de mecanismos político-econômicos e culturais responsáveis por este conflito e reprodutores de iniquidades sociais que submetem significativa parte das populações urbanas aos desdobramentos negativos de usos inadequados dos recursos da natureza, apresentar-se-á neste ensaio reflexões sobre questões relacionadas aos riscos e impactos socionaturais nas cidades, potenciados pela racionalidade imediatista da produção econômica – sobretudo quando esta incorpora o espaço enquanto mercadoria – e busca de lucros que subsumam a garantia dos direitos à qualidade de vida e acesso a bens e serviços à significativa parcela das populações urbanas que estão diretamente expostas a certos tipos de riscos (leiam-se enchentes, escorregamentos e desmoronamentos de encostas, soterramentos etc.).
RENATO BALBIM (Ipea); LARISSA CAMPAGNER (USP)	Desenvolvimento urbano, o uso de instrumentos adaptados. O caso das operações urbanas em São Paulo	Este texto parte das transformações urbanas no Brasil nas últimas décadas, relacionando o crescimento acelerado das grandes cidades ao processo contínuo de esvaziamento e degradação de certas áreas servidas por infraestruturas e equipamentos urbanos; para analisar em que medida os instrumentos de gestão pública (de planejamento, gestão, urbanísticos, tributários e de acesso a terra) possibilitam a reurbanização e requalificação dessas áreas. Para tanto, são analisadas as operações urbanas consorciadas, em especial as vigentes em São Paulo, no sentido de entender o quanto este instrumento possibilita a requalificação e em que medida ele está efetivamente sendo utilizado para tanto.
REYNALDO R. FERREIRA JÚNIOR (UFAL); LUCIANA P. SANTA RITA (UFAL); FRANCISCO J. P. ROSÁRIO (UFAL); JOSÉ FRANCISCO O. AMORIM (UFAL); PAULA P. ALBUQUERQUE (UFAL); ELIANA MARIA O. SÁ (UFAL)	Dinâmica da indústria de Alagoas: uma análise da competitividade no período de 2007 a 2010	O artigo apresenta a dinâmica da indústria alagoana, bem como uma análise da competitividade no período de 2007 a 2010. Para tal, realizou-se um estudo exploratório, utilizando dados secundários obtidos por meio da Pesquisa de Desempenho Industrial (PDI), mensalmente disponibilizada pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), em seu site institucional. Os procedimentos de análise de dados foram realizados com o uso de técnicas estatísticas de Correlação (coeficientes de Pearson e Spearman) e modelo de regressão linear simples. Como resultado geral, comprovou-se a aceitação de duas que: a dinâmica competitiva da indústria alagoana depende do comportamento do setor sucroalcooleiro e do setor químico e rejeitou-se a hipótese em que os setores de <i>commodities</i> (sucroalcooleiro e químico) da indústria alagoana não foram afetados pela crise financeira global entre 2008 e 2009.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
RICARDO JOSÉ DOS SANTOS (UFU); PRISCILA SANTOS DE ARAÚJO (UFU); NIEMEYER ALMEIDA FILHO (UFU)	Aporte territorial do desenvolvimento nacional: alcances e limites	Este artigo tenta contribuir para a recuperação da necessidade de construção de um projeto de desenvolvimento nacional com aporte territorial para o Brasil, acompanhado por políticas sociais que enfrentem a questão da desigualdade social. Na primeira parte, são indicados os alcances das políticas de desenvolvimento com aporte territorial. Para isto, foram utilizados alguns dos mais importantes autores de políticas públicas com enfoque territorial e que contribuem para a formulação de um escopo de política pública em defesa dos interesses sociais. Na segunda parte do artigo, são levantados argumentos que tratam do território e da territorialidade como elementos fundamentais na discussão do desenvolvimento econômico. Em seguida, são apresentadas as imposições de hierarquias intrínsecas à política pública em diferentes escalas do desenvolvimento de países periféricos e, assim, os limites da perspectiva de desenvolvimento de aporte territorial. Por fim, o trabalho conclui que as políticas nacionais de desenvolvimento são indispensáveis para que os efeitos negativos do desenvolvimento capitalista global sejam mitigados e, até mesmo, revertidos, porém, dentro dos limites que essa ordem social permite.
SAMIRA EL SAIFI (UNICAMP); RICARDO DE SAMPAIO DAGNINO (UNICAMP)	Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará	Este artigo aborda a questão do desenvolvimento, buscando enfatizar as noções de desenvolvimento nos grandes projetos econômicos na Amazônia, em especial os projetos hidrelétricos. Os objetivos são <i>i</i>) questionar o conceito de desenvolvimento; <i>ii</i>) analisar em que medida tais projetos econômicos estão inseridos no cenário econômico local e global; <i>iii</i>) avaliar se eles são promotores de justiça social, avaliando algumas de suas consequências para as populações locais; e <i>iv</i>) analisar o processo de construção da hidrelétrica de Belo Monte e as consequências geradas para as populações locais, especialmente para a população do município de Altamira/PA.
SEBASTIÃO P. G. DE CERQUEIRA NETO (IFBA)	Um recorte geográfico sobre as contradições do desenvolvimento do extremo sul da Bahia	Este artigo é uma adaptação de um trecho da tese de doutorado intitulada: <i>Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do extremo sul da Bahia</i> , em que se procurou fazer uma leitura da atual dinâmica espacial e econômica de uma das regiões que mais se transformam na Bahia e no Brasil. Neste texto, o enfoque principal foi mostrar como um conjunto de fatores composto pela governança, economia, cultura e meio ambiente é capaz de tirar uma região, que até pouco tempo foi uma espécie de colônia da região cacauzeira do estado, de um estágio de inércia econômica para ter um destaque mundial. Entre os setores econômicos, destacam-se o plantio de eucalipto para transformação da celulose em papel e o turismo. O extremo sul da Bahia é uma região não somente importante para a Bahia, mas, acima de tudo, para o Brasil, pois funciona como uma ponte que liga as grandes regiões do Nordeste e Sudeste. Portanto, compreender as novas configurações espaciais e seu desenvolvimento se torna fundamental para os futuros planos de desenvolvimento regional.
SÍLVIA AUGUSTA DO NASCIMENTO (UFV); JOSÉ LUIZ CUCO (UFV); ANA LOUISE FIÚZA (UFV)	O desenvolvimento analisado através da relação entre centros urbanos e cidades rurais	O presente artigo analisa as relações econômicas e sociais da microrregião de Juiz de Fora, buscando identificar algumas características do seu processo de desenvolvimento recente. A maioria dos municípios que compõem essa microrregião são classificados como municípios rurais e de pequeno porte, tendo como o único grande centro urbano a cidade de Juiz de Fora. O objetivo é delinear o perfil dessa relação a partir de duas premissas: a primeira, diz respeito ao fato que Juiz de Fora não dinamiza diretamente os pequenos municípios ao seu redor; a segunda, ter o município de Matias Barbosa apresentado por anos consecutivos o maior produto interno bruto (PIB) <i>per capita</i> de Minas Gerais, sem que isso determinasse um crescimento significativo no seu índice de desenvolvimento humano (IDH). Para tanto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): dados populacionais e de área dos municípios, valores dos PIBs, detalhados por setores agropecuário, industrial, de serviços e <i>per capita</i> , todos estes relativos ao ano de 2006; dados do IDH de 2000; e o número de estabelecimentos rurais em 1980 e 2006.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
SÍLVIA REGINA STUCH CRUZ (UNICAMP); SÔNIA REGINA PAULINO (UNICAMP)	Apropriação local dos recursos provenientes dos projetos de MDL nos aterros sanitários na cidade de São Paulo	O artigo tem como objetivo analisar a geração e a utilização dos recursos provenientes dos projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) implantados nos aterros sanitários Bandeirantes e São João, na cidade de São Paulo, os quais apresentam características similares dos projetos neles desenvolvidos e estão situados em uma cidade de grande complexidade para a atuação dos gestores públicos. A análise proposta é feita a partir da estrutura analítica do modelo multiagentes para o entendimento da inovação em serviços, permitindo abranger as interações entre a esfera pública, privada e usuários do serviço, tendo como foco a identificação de oportunidades de melhoria dos serviços públicos municipais relacionados aos resíduos sólidos urbanos (RSU). Averiguou-se que a maior parte dos recursos gerados, destinados ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), não foi executada; os recursos executados não foram destinados ao segmento de resíduos sólidos; há necessidade de um melhor acompanhamento e monitoramento da destinação e aplicação destes recursos. Além disso, as oportunidades para inovação em serviços públicos no segmento de resíduos sólidos urbanos, a partir dos projetos de MDL em aterros sanitários, requerem o estabelecimento de novos arranjos organizacionais por meio da articulação e participação das partes interessadas: Por fim, destaca-se a insuficiência de ações que coloque a perspectiva da gestão local de RSU como diretriz para a apropriação local dos recursos do mercado de carbono.
SOLANGE IRENE SMOLAREK DIAS (Faculdade Assis Gurgacz - PR) CAIO SMOLAREK DIAS (Politecnico Di Milano - Itália)	O triângulo institucional sistêmico como modelo de planejamento para cidades brasileiras	O planejamento municipal brasileiro é para ser compartilhado entre governo e forças vivas da sociedade, da escala municipal à federal, através do Conselho das Cidades. Estes conselhos devem ser compostos por forças ativas da sociedade e agentes governamentais. O conselho é, como descrito no Estatuto da Cidade: “um órgão de caráter deliberativo coligado e consultivo”, cujo objetivo é “propor diretrizes [...], acompanhar e avaliar sua execução”. Tal formato de governo e de conselho gera um binário democrático. No Brasil, este binário é praticado utilizando o modelo de “governança”. Apesar dos esforços do governo federal, não há muitos exemplos de sucesso deste binário. A maior dificuldade é a falta de compreensão e empenho por todas as partes envolvidas no Plano Diretor Municipal (PDM). Esta situação gera a oportunidade de ser proposta uma terceira entidade responsável pela compreensão e difusão do discurso acordado no plano, chamada de “escola”. Propõe-se sistema de planejamento como um triângulo institucional. A primeira entidade é chamada de “governo” e implementa o plano diretor. O “conselho” fiscaliza a implementação do plano. A “escola” consolida o discurso gerado quando da elaboração do plano diretor. O sistema proposto deve funcionar em princípios e objetivos comuns e gerar unidade. Propõe-se o estabelecimento do triângulo institucional na sede municipal, e outros, locais e rurais, se necessário. Eles devem gerar uma relação interdiscursiva das partes com o todo e vice-versa. A criação, quantidade e configuração dos triângulos locais devem obedecer a critérios técnicos definidos pelo governo e devem trabalhar sobre a totalidade espacial do município. A ação do triângulo pressupõe que a rede existe e é eficaz por todo o território municipal. Sua existência visa à participação legítima e organizada dos cidadãos e grupos sociais legalmente constituídos.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
SONÁLI AMARAL DE LIMA (UFCC); NAYRLON FREITAS MEDEIROS (UFCC); WALESKA SILVEIRA LIRA (UFCC); KEPLER BORGES FRANÇA (UFCC); GESINALDO ATAÍDE CÂNDIDO (UFCC)	Análise da contribuição do Projeto Água: Fonte de Alimento e Renda quanto à resiliência familiar na comunidade de Uruçu-PB	Este trabalho tem como objetivo avaliar como o Projeto Água: Fonte de Alimento e Renda contribuiu para elevar a resiliência familiar na comunidade de Uruçu-PB. Neste estudo foi realizada uma pesquisa com trinta famílias na comunidade de Uruçu, área rural da cidade de São João do Cariri no estado da Paraíba. A pesquisa de cunho qualitativo utilizou como instrumento uma entrevista semiestruturada e analisou os resultados visando a análise de conteúdo a partir das variáveis propostas por Walsh (1998 <i>apud</i> Yunes, 2003). Os resultados obtidos a partir da coleta de dados possibilitaram a compreensão de que a maioria das famílias entrevistadas participou de atividades sugeridas pelo Projeto Água: Fonte de Alimento e Renda, por exemplo, palestras e capacitações. As famílias que participaram efetivamente do programa revelaram que isto colaborou para o fortalecimento das relações interpessoais, havendo um espírito de cooperação e compromisso, e que as tomadas de decisões são compartilhadas, fatos que desempenham papel fundamental para melhoria da qualidade de vida da população do semiárido nordestino. Conclui-se que as ações do projeto, compreendidas como fortalecedoras da resiliência das famílias assistidas, encontraram-se limitadas. Entretanto, para que isso ocorra de maneira mais eficaz, faz-se necessário uma maior inclusão dos atores envolvidos nessa questão, bem como um polimento na participação desta população nas atividades previstas pelo programa, para que este venha satisfazer efetivamente seus objetivos. Conclui-se que as ações do Projeto Água: Fonte de Alimento e Renda quanto à resiliência das famílias assistidas na comunidade de Uruçu se encontraram limitadas.
SUZANEIDE MENEZES (Projeto Cajusol-RN); MÁRCIA DANTAS (Projeto Cajusol-RN); MARIA CLARA SALLES (Projeto Cajusol-RN); PAULO CEZAR FILHO (Projeto Cajusol-RN); ALYANA DUARTE (Projeto Cajusol-RN); JOSÉ MEDEIROS (Projeto Cajusol-RN);	Diagnóstico rural participativo (DRP): uma ferramenta necessária para investigação/intervenção – Experiência do Projeto Cajusol no território do Seridó-RN	O Projeto Cadeias Produtivas do Caju e do Girassol: tradição e inovação na perspectiva da economia solidária e tecnologias sociais (CAJUSOL) é um projeto de pesquisa e extensão que tem o governo do estado do Rio Grande do Norte, através da Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), como proponente. Como estratégia de operacionalização, adotou-se a subdivisão deste projeto em dois subprojetos, em que a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) — através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) — coordena as ações e é responsável pelas ações de caráter social, incluindo a elaboração do diagnóstico rural participativo e a capacitação na área de políticas públicas, participação e cidadania nas comunidades objeto de intervenção do subprojeto Cajucultura Solidária no Sertão-RN (CPCRN), atuando nos territórios da cidadania Açú/Mossoró, Sertão do Apodi e Seridó no ramo da cajucultura. O estudo em evidência se constitui na análise do uso do diagnóstico rural participativo (DRP) como ferramenta de coleta de dados, com foco no desenvolvimento local das comunidades rurais, especificamente o projeto de assentamento Zé Milanês e a comunidade rural Buraco de Lagoa, ambas pertencentes ao Território da Cidadania do Seridó no município de Lagoa Nova, que fazem parte do projeto CAJUSOL. O DRP assim como a arte de planejar, compreende um processo político-administrativo permeado por conhecimentos político, pedagógico e de valorização da pessoa humana, além de ser resultado de ação em permanente estado de construção. Neste cenário o DRP se torna uma alternativa para coletar informações acerca de uma dada realidade, sem estar atrelado ao uso de técnicas tradicionais. Este tipo de instrumento proporciona o envolvimento da comunidade na construção e identificação de sua própria realidade. A apreensão da comunidade sobre sua realidade afere a essa técnica um cuidado especial em não se deixar influenciar pela carga emocional que perpassa os laços afetivos gerados pela vida em comunidade. A aplicação do DRP é o levantamento de informações locais a partir da participação dos comunitários a respeito dos seguintes questionamentos: Quem somos? O que temos? O que queremos? E como fazer? Neste trabalho objetivou-se apreender a realidade local a partir do olhar dos agricultores e agricultoras acerca de suas problemáticas e possibilidades de resolutividade. Em ambas as localidades, o DRP revelou que existem grupos articulados, sejam estes de jovens ou de cunho religioso, com dinâmicas específicas, porém atuantes em prol de temáticas vinculadas a sua especificidade.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
TÂNIA MARIA DE FREITAS (UnB); CLEISON LEITE FERREIRA (UnB)	A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama-DF	O presente estudo tem o intuito de investigar as forças atuantes na produção e (re)produção do espaço urbano a partir da análise das práticas dos agentes sociais envolvidos no processo, em consonância com a dinâmica das relações sociais na cidade e na formação de lugares. As relações dos grupos sociais, no sentido da formação de identidade e sentimento de pertença ao lugar, são abordadas em termos de apontamentos para a organização comunitária e para a formação de territórios. O cotidiano de uso e os vínculos sociais se apresentam como processos socioespaciais com alcance para além das fronteiras de delimitação impostas pelos planos urbanos e pelos efeitos da segregação socioespacial. Uma leitura da realidade social de uma comunidade que vivencia em seu cotidiano a essência dramática do que vem a ser a construção injusta do espaço urbano é aqui apresentada. Uma visão do lugar na ótica da ciência e do cidadão.
VALDIR ROQUE DALLABRIDA (FAPESC)	Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança	Concebendo governança territorial como o conjunto de iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais, as experiências de descentralização político-administrativa brasileiras podem ser concebidas como os principais exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança, com vistas ao desenvolvimento territorial. Centra-se atenção na dimensão político-administrativa da descentralização, que compreende as iniciativas dos estados federados de descentralizar a gestão pública nas suas regiões, com seus diferentes arranjos institucionais. Dá-se destaque a três experiências brasileiras, a do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Pará. A partir de uma rápida caracterização destas experiências, revisa-se a literatura, para identificar as principais análises sobre o tema, apontando desafios para futuros estudos que possam aportar indicativos aos avanços necessários à descentralização político-administrativa.
VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO (FAU; CEUNSP – Salto/SP)	Desenvolvimento Local Sustentável: os desafios da preservação, do planejamento participativo e da gestão pública em Paranapiacaba	O artigo apresenta a experiência de desenvolvimento sustentável da Vila Ferroviária de Paranapiacaba por meio da gestão municipal descentralizada implementada pela prefeitura de Santo André entre 2001 e 2008. A partir da criação da subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense viabilizou-se a integração entre as políticas de preservação do patrimônio cultural, conservação ambiental, turismo sustentável, desenvolvimento social, planejamento urbano e participação cidadã, necessárias à promoção do desenvolvimento local com preservação da paisagem cultural. Esta experiência, devido aos seus desafios e conquistas, vem sendo considerada referência por órgãos nacionais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministério das Cidades. Paranapiacaba, que, na linguagem indígena, significa “local de onde se vê o mar”, conserva um significativo acervo tecnológico ligado a São Paulo Railway e testemunhos de um padrão arquitetônico e urbanístico bastante avançado para sua época. Em 1946, a ferrovia e todo seu patrimônio foram incorporados ao governo federal. Em 1987, teve seu patrimônio tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 2002, pelo IPHAN, e em 2003, pelo órgão municipal. A vila está inserida na região da Mata Atlântica, declarada Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo em 1994 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em 2008, Paranapiacaba tornou-se o primeiro patrimônio industrial ferroviário brasileiro e também primeiro patrimônio cultural paulista a compor a lista indicativa do IPHAN ao título de Patrimônio da Humanidade da Unesco.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
VANESSA NADALIN (Ipea); RENATO BALBIM (Ipea)	Padrões espaciais da vacância residencial brasileira	Este artigo apresenta a definição e as regras de funcionamento básico das taxas de vacância residenciais a partir do arcabouço da teoria econômica. O texto busca discutir, com base nas categorias de domicílios criadas pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): fechado, vago e de uso ocasional, e a partir dos dados do déficit habitacional, relações espaciais em diversas escalas como explicação para o fenômeno da vacância de imóveis e para sua importância frente ao déficit habitacional. São feitos exercícios de correlação espacial de valores da vacância por meio do uso de mapas cloropléticos (de categorias de cores) e mapas de indicadores de associação espacial local (Lisa) nas escalas nacional, regional, municipal e, particularmente, para a Região Metropolitana de São Paulo. A todo o momento são levantados questionamentos que buscam apontar novos caminhos de pesquisa a partir das inquietações dos autores.
VIRGÍNIA ELISABETA ETGES (UNISC); EDUARDO CARISSIMI (UNISC)	Territórios luminosos e territórios opacos – Uma análise à luz das contribuições de Milton Santos	Esta pesquisa busca, através da utilização das Geotecnologias, analisar a heterogênea distribuição de imagens de satélite de alta resolução espacial, disponibilizados pelo <i>software</i> Google Earth, no território da região Sul do Brasil. Embasados na metodologia proposta por Milton Santos, com ênfase nas categorias de territórios luminosos e territórios opacos, buscou-se identificar os territórios luminosos e opacos na região Sul do país.
VÍTOR HÉLIO PEREIRA DE SOUZA (UNESP); MÁRCIO ROGÉRIO SILVEIRA (UNESP)	Infraestruturas de integração entre Brasil e demais países do Mercosul: a IIRSA enquanto possibilidade	No início do século XXI, foi elaborado o Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que, embora com certas limitações, representa uma evolução na tentativa de consolidar a integração entre os diversos países da América do Sul e, por conseguinte, ampliar os fluxos comerciais entre Brasil e os demais países do Mercosul. Vale frisar também que as obras de infraestrutura indicadas na IIRSA devem contemplar vários países, através de investimentos em áreas que já são economicamente dinâmicas e que concentram uma grande intensidade de fluxo. O objetivo é propiciar o aproveitamento das condições de escala e demanda para atrair a participação da iniciativa privada nos investimentos necessários. Consecutivamente, busca-se utilizar a experiência na promoção dessas infraestruturas através da participação do capital privado para a realização dos futuros projetos da IIRSA e perde-se a possibilidade de elaborar políticas que propiciem repasses de investimentos para áreas que são menos interessantes ao capital privado e que poderiam atuar na redução das assimetrias regionais.
VÍTOR LEAL SANTANA (MDS); ÍGOR DA COSTA ARSKY (MDS); CARLOS CLEBER SOUSA SOARES (MDS)	Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do Programa Cisternas no semiárido brasileiro	A pobreza rural no semiárido geralmente é associada à má distribuição dos recursos hídricos que, conjugada à degradação do solo, devido a formas intensivas de exploração, resulta em baixa capacidade produtiva e, consequentemente, em baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico, em um círculo vicioso no qual a geração e a distribuição de renda são bastante desiguais. Neste contexto, tem crescido a percepção de que são necessários programas, processos e ações de desenvolvimento sustentável que envolvam a participação das comunidades e se utilizem de soluções compatíveis com as características econômicas e sociais peculiares dessa população. A implementação de estruturas descentralizadas de abastecimento de água, que promovam a democratização do acesso e sua apropriação pelas comunidades, é fundamental para o atendimento das famílias rurais de baixa renda, muitas vezes localizadas de forma dispersa no território. Neste contexto, o Programa Cisternas, que, ao longo dos últimos anos, tem beneficiado quase meio milhão de famílias com um sistema de captação e armazenamento de água da chuva, assume papel bastante importante nessa estratégia. Com isso, o objetivo deste artigo é apresentar o cenário a partir do qual foi fomentado este tipo de tecnologia, destacando-se os efeitos diretos e indiretos dessa ação sobre o desenvolvimento humano das famílias rurais do semiárido brasileiro, que, durante muito tempo, têm sofrido com os efeitos da seca e com a falta de políticas e programas permanentes e adequados para a convivência com o clima da região.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
WALLACE MARCELINO PEREIRA (UFMG); MARCO AURÉLIO CROCCO (UFMG)	Inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza (CE)	Surgida nas décadas de 1980 e 1990 com a crise do trabalho e com os ajustes fiscais implementados por diversos governos, escassos têm sido os estudos no Brasil relacionados aos Sistemas de Moedas Locais (SML) com uma perspectiva econômica. O presente artigo objetiva realizar uma investigação exploratória do papel desempenhando pela moeda local em comunidades marcadas pela exclusão financeira. Foi realizado um estudo de caso a partir da Moeda Palmas do Banco Palmas localizado em Fortaleza – Ceará. Os resultados obtidos, mesmo que exploratórios, indicam três pontos essenciais que permitem entender a moeda Palmas, a saber: <i>i</i>) a moeda tem uma função complementar à renda, e a função redistributiva e de ativação da economia local; <i>ii</i>), a moeda funciona como um meio capaz de incentivar e fortalecer o capital social da localidade; e <i>iii</i>) a confiança na moeda é essencial para que ela possa desempenhar suas funções e validar os processos de troca ao longo do tempo. Por fim, conclui-se que o sistema bancário carece de uma política personalizada para atender as classes mais baixas da sociedade, sendo as moedas locais uma alternativa a este comportamento excludente dos bancos.
WALTER GUEDES DA SILVA (UEMS)	A integração produtiva da região da Grande Dourados à economia nacional: uma análise a partir da criação do Prodegran em 1976	O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de integração produtiva da região da Grande Dourados, localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, à economia nacional durante o período de 1976 a 2006. Uma integração que se deu pelo e para o capital, com a inserção dessa região ao novo padrão produtivo nacional, que direcionou os produtores para as modernas lavouras de grãos, principalmente de soja. A partir de 1976, com a criação do Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (Prodegran), as relações capitalistas de produção que se consolidaram na região deixaram de serem pautadas quase que exclusivamente pelas tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva-mate para se constituírem num novo eixo de acumulação vinculado às modernas lavouras de grãos. Ao constituir este novo eixo de acumulação. A região da Grande Dourados foi conduzida a um processo de integração, do ponto de vista socioterritorial, seletivo e excludente. Neste processo, parte dos produtores mudou seu eixo de acumulação para as modernas lavouras de grãos, sendo inseridos à nova dinâmica produtiva nacional integrada ao novo padrão agrário de produzir.
YARA MENDES CORDEIRO ARAÚJO (Unimontes); LUCIENE RODRIGUES (Unimontes)	Questão social, redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência das famílias entre recursos materiais e os simbólicos: uma análise na região do cerrado norte mineiro	O artigo propõe um estudo sobre as redes de solidariedade e das estratégias de sobrevivência das famílias no norte de Minas. O objetivo da pesquisa foi compreender as famílias em seu cotidiano, as formas como se organizam, produzem, reproduzem e criam novas formas de viver e suas maneiras de transpor as dificuldades. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica e empírica. O estudo bibliográfico teve como fios condutores a perspectiva da crise da sociedade salarial, questão social, redes de solidariedade e as estratégias de sobrevivência. Nessa linha, o referencial analítico utilizado na elaboração teórica teve a contribuição de autores, entre eles, destacam-se Castel (2008), Harvey (1995), Estivill (2003), Draibe (1989) Polanyi (2000) Carvalho (1994; 1997; 2005) entre outros. Em relação à pesquisa empírica, essa pode ser caracterizada como exploratória e foi desenvolvida na feira de artesanato que ocorreu durante o VI Encontro Regional Povos dos Cerrado – Sustentabilidade e desenvolvimento: meio ambiente, cultura e território no Norte de Minas, realizado no período de 2 a 5 de junho de 2011, na cidade de Pirapora, Minas Gerais. Foram aplicados questionários e entrevistas para registrar os dados, opiniões e percepções das famílias sobre os seus processos de trabalho. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente entre as famílias ou grupos feirantes. Diante do diagnóstico levantado, percebeu-se que as estratégias desenvolvidas pelas famílias partem de ações que vão desde a formação de redes de ajuda mútua, situadas no seio da própria família ou no campo da economia solidária. Neste âmbito, os recursos conseguidos são materiais e simbólicos, a exemplo da renda, do capital social, da reciprocidade e das solidariedades. Assim, as formas identificadas participam de uma economia plural, visando maximizar renda, consumo e o social, aspectos responsáveis pela manutenção dos laços entre famílias ou grupo de economia solidária. As estratégias são vistas como positivas pelas famílias que têm o fator trabalho como principal meio de articulação e de possibilidades de desenvolvimento econômico e social dos agrupamentos, seja no campo doméstico ou não. Contudo, na percepção das famílias entrevistadas, o desenvolvimento precisa ser ampliado, saindo, assim, da esfera da sobrevivência e das condições precárias.

ÁREA 8: DIREITO E DESENVOLVIMENTO

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ALINE VIRGINIA NELSON (UFRN); SERGIO BRAGA JUNIOR (UFRN)	Planejamento público municipal e gerenciamento democrático como estratégias para o desenvolvimento urbano	O presente trabalho almeja estudar os principais aspectos sobre o planejamento público e a descentralização da gestão como direção para concretização do desenvolvimento urbano. Para tanto, se propõe a contextualizar a teoria do desenvolvimento, relacionando-a à discussões sobre os novos anseios de atuação estatal como forma de levar à compreensão acerca dos princípios democráticos instituídos pela atual Constituição Federal que refletem diretamente no planejamento da política urbana. Assim, sob o foco da urbanização e do processo social de ocupação das cidades, pretende analisar alguns instrumentos indicados no Estatuto das Cidades, como o Plano Diretor, as audiências públicas e o orçamento participativo, a fim de propor que o caminho para o desenvolvimento, deve ser construído tendo-se como base a valorização do indivíduo para realização de uma gestão moderna, democrática, descentralizada e que busque a participação efetiva da comunidade no planejamento e na atuação estatal.
ALISSON DROPPA (UNICAMP); WALTER OLIVEIRA (UFRGS)	Poder judiciário e desenvolvimento: aspectos históricos e políticos do funcionamento do Conselho Nacional de Justiça no Brasil	O artigo debate o papel do Poder Judiciário no Brasil na perspectiva de auxílio na formulação da política econômica. A compreensão de que as instituições judiciais são importantes à consolidação da democracia e para o desenvolvimento econômico do país integra a agenda da chamada “segunda geração” de reformas econômicas. A hipótese do trabalho é que o objetivo central da reforma do sistema judicial brasileiro é integrá-lo nas reformas de mercado para consolidar a democracia, além de considerar que a adoção da súmula vinculante redefine o conceito de independência do Judiciário, limitando, deste modo, a independência individual dos juizes. As fontes do estudo são os relatórios do Conselho Nacional de Justiça, publicações dos organismos internacionais envolvendo discussões sobre as responsabilidades do Poder Judiciário na concretização de políticas econômicas e os anais do parlamento brasileiro sobre essas mesmas discussões.
CAMILLA F. MOREIRA (UFU); ALESSANDRO ANDRÉ LEME (UFU)	Moradia e desenvolvimento: aspectos jurídicos e políticas públicas setoriais no Brasil	O trabalho em tela tem o escopo de analisar o enlace entre direito e políticas públicas concernentes à moradia no Brasil. Os fatores políticos, econômicos e sociais encontrados nos governos Lula e FHC e que visaram o desenvolvimento no aspecto habitacional, recebem a prioridade no estudo. A implementação de políticas habitacionais, no decorrer da segunda metade do século XX até os dias atuais, constitui o plano de fundo para a compreensão histórica das necessidades, dos avanços e retrocessos executados. A pesquisa remonta à constituição do Banco Nacional da Habitação (BNH) na década de 1960, que representa a primeira política concreta voltada para o setor habitacional, apesar das inúmeras deficiências apresentadas no trabalho. Após a redemocratização política do país, seguiu-se um período de estagnação política no que se refere ao setor habitacional alterado apenas por algumas implementações desarticuladas e ineficazes. A criação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades constituem os dois principais avanços no que se refere às políticas habitacionais. Caracterizado como direito social desde 2000, o direito à moradia tem sua efetividade ampliada ou reduzida conforme o direcionamento político adotado pelo governo analisado.
DANIEL AGOSTINI NETO (FURB)	Desenvolvimento e globalização: dilemas e perspectivas neste início de década	O processo de desenvolvimento sempre foi objeto de estudo pelo forte impacto que possui sobre as sociedades. Neste sentido, este artigo tem por objetivo discutir alguns pontos específicos do desenvolvimento, em especial o de caráter econômico, e a relação que este guarda com as instituições, apontando as perspectivas de redefinição de sua concepção diante do fenômeno da globalização. A conclusão aponta para a ressurreição do conceito de desenvolvimento a partir do equilíbrio entre o papel dos mercados associado aos interesses dos cidadãos. Nesta relação, as instituições caracterizam-se como um meio de agregação de indivíduos e organizações, bem como de regulação comportamental mediante o uso de regras explícitas e de processos decisórios. Ao final conclui-se a impossibilidade de se traçar estratégias de desenvolvimento das regiões que estejam desconectadas da esfera internacional.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
EDUARDO MATOS OLIVEIRA (UFPE)	A intervenção do Estado na economia regulada pela Constituição de 1988 – Uma análise da retórica liberal e uma crítica a partir e além da escola estruturalista	O artigo parte da análise das doutrinas econômicas do liberalismo e do estruturalismo, além de outras críticas à posição ortodoxa, tentando mostrar os respectivos artigos da Constituição Federal que correspondem à visão apresentada pelas escolas econômicas. O centro do debate entre tais posições doutrinárias é a intervenção do Estado na economia, tentando-se mostrar como a Constituição brasileira regulou a matéria.
ELOISA MACHADO DE ALMEIDA (USP)	A efetividade do mecanismo de federalização como prevenção à responsabilidade internacional por violação de direitos humanos	O artigo busca analisar a efetividade do incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, inserido na Constituição através da Emenda Constitucional nº 45/2004, como instrumento de prevenção à responsabilidade internacional por violações de direitos humanos. Para tanto, recupera os fatores que levaram à criação deste mecanismo, as suas características normativas e os delineamentos jurisprudenciais construídos pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento dos dois únicos pedidos de deslocamento de competência feitos até o momento: o Incidente de Deslocamento de Competência – IDC 1, referente ao homicídio da defensora de direitos humanos Dorothy Stang, e o IDC 2, referente ao homicídio de Manoel Matos. Por fim, analisa o mecanismo de federalização na prevenção da responsabilização internacional a partir dos casos admitidos contra o Brasil, após 2004, no sistema interamericano de direitos humanos. A conclusão deste artigo sugere que a legitimação privativa do Procurador Geral da República é um entrave institucional à plena efetividade do mecanismo de federalização como forma de prevenção à responsabilização internacional por violações de direitos humanos.
ISOLDA LINS RIBEIRO (UFMG)	A responsabilidade social corporativa	O conceito de responsabilidade social corporativa vem adquirindo crescente importância para as empresas que pretendem se inserir na economia mundial. As corporações não podem mais almejar o lucro sem considerar o impacto de suas atividades no meio-ambiente, no bem-estar de seus trabalhadores e da população afetada por seus negócios. O conceito jurídico de responsabilidade social corporativa, no entanto, é ainda extremamente controverso. Alguns estados incluíram os princípios e diretrizes internacionais em seu ordenamento jurídico interno, mas a grande maioria dos países ainda ignora ou ainda não percebeu a importância de se regulamentar o comportamento social e ambiental das companhias. Assim, as normas referentes à responsabilidade social corporativa (RSC) não são mandatórias e, portanto, não são capazes de responsabilizar as empresas; podem (e devem), contudo, servir de diretrizes na implementação de mudanças na legislação nacional. Dessa forma, a partir de uma perspectiva da análise econômica do direito e das organizações, pretende-se aqui investigar a viabilidade de elaboração de um marco legal nacional sobre RSC no Brasil, pautado nos padrões internacionais.
JARBAS RICARDO A. CUNHA (Fiocruz-DF)	O princípio da proibição do retrocesso social como norte para o desenvolvimento do direito à saúde no Brasil	O presente artigo tem como escopo prioritário a análise histórico-conceitual do princípio da proibição do retrocesso social como forma de garantir a efetivação do direito à saúde. Inicialmente, abordou-se a origem e a constitucionalização do direito à saúde. Logo após, analisou-se a origem e desenvolvimento do princípio da proibição do retrocesso social, seu surgimento no direito constitucional europeu e sua receptividade em nosso direito pátrio. A seguir, demonstraremos as teses legislativas e doutrinárias que colidem com a consolidação do direito à saúde no Brasil e como o princípio da proibição do retrocesso social pode ser um instrumento garantista deste direito. Ao final, avaliou-se a eficácia deste princípio para a garantia e avanço na efetivação do direito sanitário brasileiro.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
JÉSSICA DE A. BATISTA (UFRN); PATRICIA BORBA V. GUIMARAES (UFRN)	Reflexões acerca do papel da ANP na regulação da questão ambiental na seara de produção do biodiesel	Devido à situação atual de expansão do uso dos biocombustíveis como fonte alternativa ao petróleo, esta pesquisa se debruçou no estudo da produção de biodiesel no Brasil, levando em conta as suas consequências no cenário ambiental no que diz respeito às suas vantagens e desvantagens, destacando os possíveis resultados danosos ao meio ambiente decorrentes de tal produção, assim como o marco regulatório do biodiesel. É válido ressaltar que os fundamentos principais do trabalho em epígrafe são o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado propugnado pela Constituição Federal (Art. 225), assim como a concretização da defesa do meio ambiente como princípio norteador da ordem econômica (Art. 170, VI, CF). Observa-se que, em relação à regulação, foi feita uma análise do papel da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na qual será destacado que, em razão do seu caráter de ente normatizador e fiscalizador do setor de biocombustíveis, esta agência reguladora deve deter notório saber, a fim de atender às demandas técnicas inerentes a este âmbito. Além disso, deve manter conhecimento técnico-operacional do setor de produção do biodiesel, para que as políticas estatais alcancem, efetivamente, os objetivos colimados. Da pesquisa procedida, conclui-se que, em virtude de a atuação da ANP ainda se mostrar deficiente, deve esta aprimorar sua atividade regulatória, preenchendo as lacunas resultantes das exigências específicas da área de produção dos biocombustíveis, que somente poderão ser supridas de modo satisfatório através de uma reestruturação do órgão regulador, que deve ser integrado por aqueles que detêm os saberes técnicos imprescindíveis para a área em destaque.
LUIS EDUARDO SCOTON (USP); FLAVIA TRENTINI (USP)	A limitação à aquisição de propriedades rurais por pessoas jurídicas de capital estrangeiro: grupos de interesse e efeitos socioeconômicos	Este trabalho tem o objetivo de identificar os grupos da sociedade que têm interesse na regulamentação proposta pelo parecer CGU/AGU nº 01/2008-RVJ, o qual reabriu os debates no país a respeito da aplicação de limitações à aquisição de propriedades rurais por pessoas jurídicas de capital estrangeiro. Procura também investigar os possíveis efeitos socioeconômicos da aplicação destas restrições sobre o panorama agrário atualmente vigente no Brasil. Foram empregados os aportes teóricos da nova economia institucional (NEI) e da economia dos direitos de propriedade. Utilizou-se o método quantitativo, na modalidade de pesquisa documental.
LUIZ FERNANDO C. FAGUNDES (Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS)	“Mulheres dos panos mbyá-guarani”: garantindo direitos fundamentais	O objetivo deste artigo é discutir a possibilidade de tradução do conhecimento antropológico em políticas públicas adequadas às interpretações do Estado brasileiro como pluriétnico e multicultural. Propõe-se como estudo de caso o debate no município de Porto Alegre acerca da presença de adultos e crianças mbyá-guarani no centro da cidade, sendo esta prática indígena considerada pela maioria da sociedade envolvente em conflito com as normas de proteção da infância. Visando tratar o tema, apropria-se da abordagem antropológica de Roy Wagner acerca da centralidade do mundo doméstico na produção de pessoas em contraposição à produção de bens da sociedade ocidental e à antropologia sobre a infância. A partir destas referências, apresenta-se uma experiência intitulada “Mulheres dos panos mbyá-guarani”, realizada na estrutura administrativa municipal (NPPPI/SMDHSU) competente na concepção e implementação de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Em síntese, esta experiência propõe promover e respeitar esta prática indígena, uma vez que esta não pode ser interpretada somente a partir das nossas categorias jurídicas de exploração do trabalho infantil. Por fim, concebe-se o NPPPI/SMDHSU como um ambiente que propicia experimentações sistemáticas de construção de políticas públicas a partir de instrumentos normativos e procedimentos administrativos no âmbito local. A ideia central é produzir soluções administrativas que levem em consideração o direito à diferença e uma compreensão da diversidade cultural que de sustentação às políticas públicas dê reconhecimento.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
RAFAEL AUGUSTO ZANATTA (USP)	Direito e desenvolvimento no século XXI: rumo ao terceiro momento?	O presente artigo propõe uma abordagem sociológica sobre os diferentes momentos do direito e desenvolvimento, identificando a relação entre diferentes visões sobre a teoria econômica, teoria jurídica e práticas institucionais. A partir da obra de David Trubek, o presente estudo identifica os dois momentos do direito e desenvolvimento do século XX, pautados no Estado desenvolvimentista e no Estado neoliberal, e explicita as funções instrumentais do direito em cada momento, ora como ferramenta para o Estado, ora como escudo contra o mesmo. Por fim, após o contraste entre os dois momentos do século XX, o presente estudo busca traços de um paradigma emergente, o terceiro momento do direito e desenvolvimento, fundado numa nova concepção do desenvolvimento, novas funções de coordenação entre o Estado e o setor privado e uma noção distinta sobre o papel do direito.
ROGÉRIO DE FARIA BRAGA (PUC-GO)	Trabalho, educação e emancipação humana	Este artigo trata da importância do trabalho como fator emancipador do indivíduo, demonstrando a necessidade da educação como ferramenta desalienadora do proletariado, com a finalidade de mostrar aos leitores que o trabalho possui função social e, por este motivo, deve ser executado de forma digna, cabendo ao Estado a tutela dos trabalhadores e mediação dos conflitos trabalhistas.
SANDRA CORDEIRO MOLINA (Mackenzie)	Políticas de promoção de igualdade racial no Brasil	O trabalho tem o objetivo de estudar a forma como vêm sendo operacionalizadas as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, considerando sua articulação com os conceitos de democracia e cidadania, recentemente experimentados diante do contexto de valorização dos movimentos sociais contemporâneos que, por sua atuação, acabaram conquistando uma gama variada de reivindicações, abrangendo diversos setores da vida individual e coletiva. Interessa entender, portanto, como o Estado brasileiro, inserido na lógica capitalista, vem tratando a promoção da igualdade racial, tendo como foco de análise a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social (SEPPPIR) do governo federal, bem como as políticas por ela utilizadas para tal fim.
SILVIA NÉLI ALVES (UFAL)	Responsabilidade social – Um pacto entre a sociedade civil no enfrentamento do caráter destrutivo do federalismo	Este texto tem como objeto de análise a prática das ações de responsabilidade social empresarial no enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo sobre o mundo do trabalho, e como o Estado tem convocado a sociedade civil, para, em uma parceria, administrar as expressões da questão social. Apreende-se que o Estado, em sua fase neoliberal, encontra-se em total consonância com as propostas de expansão do capital, transferindo para o mercado e para os indivíduos a responsabilidade sobre a redução das desigualdades e a construção da justiça social. O período do capitalismo estudado se dá a partir de sua fase monopolista, século XIX, quando se visualizam as expressões da pobreza como sendo uma questão social. Na abordagem sobre o caráter destrutivo do capital, são apresentadas suas estratégias de expansão, bem como suas ofensivas ao mundo de trabalho. Em seguida, descreve-se a adoção de políticas sociais como respostas às suas sequelas. Por fim aborda-se a natureza do Estado neoliberal e a participação da sociedade civil, em particular das empresas privadas, no enfrentamento das expressões da questão social. Conclui-se que as práticas de responsabilidade social dos empresários nada mais são que, uma estratégia do capital para superar a suas crises, em particular a vivida nos anos de 1970, e manter a hegemonia da classe dominante.

ÁREA 9: COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA (CNPq; UFSM); CLARISSA SCHWARTZ (UFSM)	TICs e relações afetivo-produtivas na agricultura familiar: enfrentando o isolamento e a exclusão digital	<p>O artigo comenta aspectos de pesquisa entre as relações afetivo-produtivas em sua interseccionalidade com a temática da agricultura familiar. O objetivo geral concentrou-se em identificar os valores associados à atuação das mulheres na gestão das relações de gênero da agricultura familiar, tomadas como mediadoras das relações afetivo-produtivas através do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A análise da evolução de dados primários feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última década permite conhecer as características da inclusão digital no mundo rural brasileiro, aproximando a problematização da apropriação das TICs na agricultura familiar. Ao final, é apresentada nossa reflexão sobre as potencialidades das TICs no contexto das relações de gênero e de geração para as políticas de desenvolvimento rural.</p>
ANA JÚLIA POSSAMAI (UFRGS)	Democratização do estado digital: governança eletrônica e e-participação no ciclo de políticas públicas	<p>O presente trabalho busca contribuir para o debate acerca da governança eletrônica, propondo uma compreensão do tema a partir de uma lógica de resposta governamental à dupla demanda por modernização e democratização do aparelho de Estado que remete ao final da década de 1980 e à crise do modelo burocrático-keynesiano. A partir dessa perspectiva, enquanto os mecanismos de administração eletrônica e a criação de serviços eletrônicos atendem à demanda por modernização do Estado na era digital, as iniciativas governamentais de participação eletrônica em diferentes etapas do ciclo de políticas públicas são vistas como parte dos mecanismos adotados para promover o controle social e a democratização da administração pública. Para ilustrar o argumento, três experiências de e-participação são apresentadas: as consultas públicas eletrônicas do governo federal, o gabinete digital do governo do estado do Rio Grande do Sul e o orçamento participativo digital da prefeitura de Belo Horizonte. As experiências apontam para as possibilidades de adoção da participação eletrônica em todas as etapas do ciclo de políticas públicas. Contudo, percebe-se ainda um subaproveitamento das potencialidades apresentadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) à governança eletrônica, bem como permanecem desafios políticos-institucionais e sociais ao seu desenvolvimento, tais como a vontade política e a exclusão digital.</p>
ANDRÉA MOREIRA GONÇALVES DE ALBUQUERQUE (UFAL); SIMONE RACHEL LOPES ROMÃO (UFAL); AUGUSTO ARAÇÃO DE ALBUQUERQUE (UFAL)	Comunicação e tecnologia social: caminhos para o desenvolvimento com protagonismo comunitário	<p>Este artigo aborda a relação entre dois elementos essenciais no processo de desenvolvimento socioeconômico e político na perspectiva das comunidades habitacionais periféricas: as tecnologias sociais e a comunicação. Trata-se do resultado das primeiras discussões travadas pelo Grupo de Estudos dos Problemas Urbanos (Gepur) da Universidade Federal de Alagoas no desenvolvimento de uma pesquisa sobre tecnologia social (TS) para a habitação. A referida pesquisa é realizada com a participação de oito instituições brasileiras e tem como objetivo central o empoderamento das populações do processo da produção social do <i>habitat</i>. Nessa etapa, o Gepur partiu da reflexão sobre o conceito de TS e sua fundamentação, de modo a construir as bases teóricas para compartilhar o conhecimento nesse campo com as comunidades com as quais deverá interagir. Iniciou um diálogo sobre o papel da comunicação nesse contexto, analisando a experiência realizada por alguns de seus membros junto a uma comunidade com características emblemáticas de enfrentamento da pobreza e da exclusão social.</p>
ANTÔNIO LUIZ OLIVEIRA HEBERLÊ (UNIPEL); DANIEL DA ROSA ESLABÃO (UNIPEL)	Comunicação para o desenvolvimento nas ciências agrárias	<p>Esta proposta tem por finalidade rever conceitos e, se possível, colaborar para que se constitua um novo modelo para a interação das agências de pesquisa públicas em agropecuária com a sociedade. Propõe-se trabalho em duas esferas de comunicação em tais instituições, sendo uma relacionada à comunicação organizacional e outra em comunicação para o desenvolvimento. Introduce também a noção de intercâmbio, no sentido de valorizar a participação horizontal entre os atores e como forma de trabalhar a relação dialógica e objetiva entre os institutos e os técnicos e produtores rurais. Fortalece a ideia de que é possível ter uma nova compreensão sobre como a comunicação pode atuar no processo de desenvolvimento nas agências de pesquisa e desenvolvimento.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
BRUNO LIMA ROCHA (UNISINOS); ANDERSON DAVID G. DOS SANTOS (Unisinos)	As rádios comunitárias no contexto de escolha de padrões digitais no Brasil	O Brasil está em um momento único da difusão de tecnologia de informação com o processo de digitalização de meios com maior abrangência informacional, processo iniciado com a tevê e ainda sem definição para o caso do rádio. Neste novo contexto, este artigo pretende debater, na perspectiva da economia política da comunicação, a situação das rádios comunitárias brasileiras na atualidade e os possíveis problemas relacionados ao processo de escolha do padrão digital do rádio brasileiro. Entendendo os meios de comunicação comunitários como essenciais, traz-se à tona como se definiu o processo da televisão digital terrestre brasileira e comentários sobre o caso do rádio digital, cuja escolha dos maiores grupos de comunicação esbarrou em problemas de ordem técnica.
CRISTINA TEIXEIRA VIEIRA DE MELO (UFPE); EVERALDO COSTA SANTANA (UFPE)	Experiência educacional na Zona da Mata de Pernambuco	O estudo tem o objetivo de analisar a experiência educacional em produção audiovisual realizada por jovens comunicadores da organização não governamental Giral. Analisou-se a influência da iniciativa para o desenvolvimento sociocultural dos jovens comunicadores e dos grupos culturais participantes das produções documentais na Zona da Mata de Pernambuco. A partir de estudos de teóricos como Nestor Garcia Canclini, Pierre Levy, Jesús-Martin Barbero, a presente pesquisa foi realizada através de um estudo de caso, com observação participante. O uso do audiovisual na experiência do projeto de formação de jovens comunicadores revela que os aprendizados vão além dos limites de sua utilização no sentido político, pedagógico e didático, mas abrange e contempla espaços culturais heterogêneos. Neste cenário, a ação educacional tem contribuído não só para a valorização da cultura e dos conhecimentos empíricos e educativos, como também favorece o debate acerca da comunicação como direito humano. A iniciativa também contribui para que os diferentes cidadãos saiam da passividade do anonimato para construir e emitir seus conhecimentos empíricos e, dessa forma, sentirem-se mais valorizados e estimulados a atuar na sociedade.
CRISTIANO AGUIAR LOPES (Câmara dos Deputados)	O uso das tecnologias da informação e comunicações nas políticas de acesso à informação pública na América Latina	O artigo analisa o impacto da transparência governamental em indicadores da administração pública, tanto no sentido político quanto econômico. Analisa a relação entre informação e interesse público e a importância de políticas de transparência para a promoção de <i>accountability</i> . Também oferece evidências econômicas da importância do acesso público à informação na promoção de melhores alocações pelo governo, na luta contra a corrupção e na vigilância pública sobre políticas públicas. O foco central do artigo abrange questões relacionadas ao uso das tecnologias da informação e comunicações (TICs) para o provimento de informações públicas na América Latina. É oferecido um sumário de iniciativas legais relacionadas ao acesso às informações públicas na América Latina. Este estudo comparativo sobre as leis de acesso à informação pública na América Latina ajuda a responder algumas questões proeminentes da área. Baseado na literatura disponível e em evidências empíricas coletadas na América Latina, o artigo conclui que a promoção de transparência governamental é uma condição necessária para a modernização do Estado e a promoção de melhores alocações governamentais, e que as TICs são poderosas ferramentas para o provimento de informações públicas.
ELLIS REGINA ARAÚJO DA SILVA (UnB)	Comunicação na área de serviço social e de aprendizagem do transporte – A utilização da plataforma digital e das redes sociais	Este artigo aborda as estratégias comunicativas utilizadas pelo Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) para adaptação ao fenômeno da comunicação digital e das redes sociais. Dessa forma, busca identificar como essas práticas comunicacionais ocorrem, de que maneira são compostas a partir da comunicação mediada por computador e como as interações na internet são capazes de gerar fluxos de informação e trocas sociais que impactam as estruturas organizacionais. Para isso, utiliza-se da abordagem metodológica que se apoia no conceito de internet como tecnologia midiática. Com o processo de digitalização das tecnologias da comunicação, as práticas comunicacionais dentro das organizações são modificadas. Novas possibilidades podem ser usadas para fins científicos, comerciais, políticos, culturais.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
FÁBIO OLIVEIRA CAMPOS (UCB)	Na crista da onda: uma reflexão sobre o discurso e a prática da inclusão digital como (mais) um instrumento de promoção da inclusão social no Brasil	A inclusão social é tema atual na realidade brasileira. Muitas são as iniciativas, tanto do poder público quanto do poder privado, para dar acesso ao exercício dos direitos fundamentais de cidadania – educação, lazer, saúde e segurança, entre outros – a milhões de brasileiros que vivem à margem da sociedade. Em tempos de avançado desenvolvimento tecnológico, o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs) é uma necessidade, entretanto, grande parcela da população brasileira está excluída deste direito. O governo brasileiro, com o objetivo de promover a inclusão social por meio da inclusão digital, criou o programa Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), que poderá ser a grande alternativa de promoção da cidadania junto à população que não tem condições de exercer seus direitos de cidadania, pois pretende levar a quase 100% dos lares brasileiros o acesso às TICs, principalmente a internet. Neste artigo, demonstram-se os diálogos entre a teoria e a prática deste assunto tão complexo, que é a inclusão social e digital. Para isso, busca-se o amparo de professores-pesquisadores de renome, especialistas no assunto, tais como: André Barbosa Filho, Cosette Castro, Joanildo de A. Burity, Marco Brandão e Mark Warschauer.
FABÍOLA DE PAULA LIBERATO (UNESP-Bauru/SP)	Instrumentos da comunicação pública como auxílio à participação política dos cidadãos	Em uma sociedade democrática, acredita-se que a disponibilidade de informações plurais e seguras deva ocorrer com frequência. Espera-se que o governo se responsabilize pelas políticas públicas que elabora e executa. Neste aspecto, as novas tecnologias têm o potencial de auxiliar no aumento de informações disponíveis sobre a administração pública nos <i>websites</i> governamentais. Este trabalho avalia as informações sobre políticas públicas de cidadania disponíveis no portal eletrônico do governo da cidade de São Paulo a partir de critérios metodológicos provenientes da área de avaliações de políticas públicas e tem como objetivo identificar a contribuição da comunicação pública como subsídio a formação e participação política do cidadão. Os resultados apontam que a disponibilidade de informações sobre cidadania no portal analisado mostra-se insuficiente, de modo que estudos e desenvolvimentos futuros são indispensáveis.
FRANCISCO FONSECA (FGV)	Desenvolvimento e meios de comunicação: teorização e práxis	O texto analisa, de forma conceitual e empírica, o papel dos meios de comunicação, especialmente no Brasil, em relação à democracia. Critica-se a suposta atuação pública destes meios, tendo em vista seu caráter privado e mercantil. Defende-se, por fim, o controle social democrático destes meios.
GUILHERME BORBA GOUY (UFS); JOÃO CARLOS POESCHKE (UFS)	Tecnologias da educação e comunicação aplicadas à educação	Investir em educação tem sido a prioridade de um crescente número de países emergentes que, com pouco menos de duas décadas, já conseguem perceber bons resultados. Mas é preciso continuar investindo. Investir em tecnologias telemáticas também deve ser uma prioridade, como já o é para muitos dos países desenvolvidos. A pesquisa busca lançar luz sobre o desempenho escolar de alunos de comunidades pobres quando do contato (mais intenso e orientado) com determinadas ferramentas educacionais digitais. Cadernetas, índices de repetência escolar foram primordiais para orientar nossa pesquisa. A amostra analisada é composta por 98 alunos, matriculados numa escola municipal da cidade de Aracaju-SE.
HÉLIO AUGUSTO DE MAGALHÃES (Intercom)	Cenários da comunicação e sistema de informação no meio rural	Este artigo tem por objetivo apresentar e discutir ambientes interativos de comunicação que são construídos entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva do arroz no Mato Grosso. Propõe-se observar os fluxos de comunicação e informação entre agricultores, organizações associativas, extensionistas e demais integrantes da cadeia do arroz do Mato Grosso. Buscou-se também contribuir para que a comunicação se torne um instrumento realista de diálogo e interação social, baseado nas experiências afetivas e cognitivas que influenciam reciprocamente as condutas e decisões para os variados e diferentes fins. São descritos neste trabalho conceitos e práticas da comunicação pela ótica do relacionamento e a importância da pesquisa em comunicação como prerequisite fundamental para a interação social e a geração de conhecimento tecnológico. Os resultados da pesquisa sobre sistema de informação e conhecimento tecnológico ilustraram satisfatoriamente essa técnica de pesquisa de campo. Observou-se nesta pesquisa que as inter-relações – visualizadas entre os atores responsáveis por uma série de processos que incluem a produção, transformação, distribuição e consumo – possibilitaram avaliar a forma de participação comunicativa de cada um destes agentes no conjunto de determinada cadeia.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
HELOISA DIAS BEZERRA (UFG); MARISLEILY RODRIGUES DE FREITAS (UFG); VLADIMYR LOMBARDO JORGE (UFRRJ); JOSICIMAR SOUZA SILVA (UFG)	Democracia via web: direito à informação e transparência	Este artigo tem por objetivo analisar o conceito de democracia digital, especialmente as questões sobre direito à informação e transparência. Para analisar casos empíricos, foram utilizados dados do projeto de pesquisa <i>Democracia e boa governança</i> via <i>websites</i> dos governos estaduais.
HENRIANNE BARBOSA FERREIRA DA SILVA (UFSCAR); CARLOS ROBERTO MASSAO HAYASHI (UFSCAR); ANDRESSA DE ALMEIDA FRANÇA; (UFSCAR); MARIA CRISTINA PIUMBATO INNOCENTINI HAYASHI (UFSCAR)	Avaliação da transparência pública no portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Apresenta uma avaliação da transparência pública administrativa no portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Para tanto, procura demonstrar a importância da transparência pública para a relação entre governo e cidadão e para a gestão pública, ao considerar a visibilidade dos atos públicos do governo nos meios de comunicação, sobretudo na internet. Apresenta, ainda, como é caracterizada a transparência pública e seus subprincípios: informação, motivação e participação, e procura verificá-los a partir de uma metodologia de avaliação de transparência na web, baseada nestes mesmos subprincípios. Além de oferecer uma revisão de conceitos presentes na web pertinentes a essa temática, tais como a democracia eletrônica; que se mostra como uma nova forma de democracia; a participação do cidadão e sua evolução para a interatividade, o governo eletrônico, que vem a ser o poder público na internet; e os portais públicos, que são a expressão do governo eletrônico através de <i>websites</i> . Os resultados apontam que há falhas nos três subprincípios estudados no portal. A informação é privilegiada em detrimento dos outros demais subprincípios de motivação e interatividade, e isso pode ser uma questão de comportamento do poder público, ao não se expor demais na internet, não abrindo espaço para a exposição de suas motivações e princípios nas tomadas de decisão e tampouco para a participação/interatividade cidadã.
HIAGO ANTÔNIO ROCHA SILVA SANTOS (UFAL); SANDRA NUNES LEITE (UFAL)	O processo de refração comunicacional da ciência – A inovação tecnológica como indicador de desenvolvimento	O presente trabalho volta-se para a inovação tecnológica no que pulsa sua inserção na sociedade, em diferentes campos sociais. Em paralelo, desenvolver-se-á que a abordagem comunicacional deve ser entendida como uma das maneiras de promoção de uma cultura científico-tecnológica, não obstante, recobre-se de um olhar para a mutabilidade com a qual os campos sociais fluem e permitem uma interação em detrimento do poder de sobre ciência e tecnologia. A fundamentação baseia-se pelo interesse público da sociedade em ciência, macroscopicamente, sobre inovação tecnológica.
HILDEBRANDO RODRIGUES MACEDO (Anatel)	Banda larga e sua possível relação sobre indicadores de desempenho escolar	Foi feita uma análise comparativa das taxas de evolução do rendimento escolar e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), entre 2007 e 2009, comparando escolas urbanas, de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries com acesso à internet em banda larga e escolas sem banda larga, utilizando dados do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP). Em geral, as escolas com banda larga apresentaram uma pequena vantagem quanto aos valores de taxas de evolução de seus indicadores de desempenho, porém não chegando a 1 ponto percentual na média. Os resultados não permitiram concluir que a disponibilidade de acesso à internet em banda larga nas escolas seja um fator relevante na melhoria dos indicadores de desempenho escolar. Talvez o fraco efeito da presença da banda larga sobre o desempenho escolar esteja ligado ao fato de esta tecnologia não ter sido ainda adequadamente incorporada ao projeto pedagógico das escolas.
IRAÊ PEREIRA MOTA CALLOU (UFRPE); ÂNGELO BRÁS FERNANDES CALLOU (UFRPE)	Comunicação e desenvolvimento local: o papel do jornalista	Busca-se traçar o itinerário teórico que explicita de que forma a temática do desenvolvimento local passou a ser trabalhada dentro da comunicação. Este artigo trata também do papel que o jornalista tem assumido na sociedade, através das discussões desenvolvidas por Marcondes Filho (2009) no que se refere à configuração do jornalismo na contemporaneidade, e qual a interferência deste profissional na escolha dos conteúdos que são apresentados à audiência, tomando como base a teoria do <i>Newsmaking</i> , com Wolf (2001), Traquina (2004) e Pena (2006). Encontra-se ainda, neste texto, o conceito de jornalismo de desenvolvimento, a partir do que postula Kunzick (2002).

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
LYLIAN RODRIGUES (UFPE)	O fim da invisibilidade e isolamento do cidadão ordinário	O trabalho trata de contextualizar as lutas e conquistas dos movimentos sociais até sua institucionalização. Atualmente, o cidadão isolado tem menor força diante do governo e, portanto, menores possibilidades de conquistas e intervenções nas políticas públicas. É dado às instituições o empoderamento de participação, representação e intervenção. Contrapondo esta realidade, a internet, com as redes sociais, reconstrói a força do indivíduo no que constitui a expressão de si e visibilidade, consequentemente, na política do sujeito.
LUCIANA CORRÊA (PUC-MG; UEMG); MAGDA CHAMON (FAE/UEMG)	Os meios de comunicação e a aprendizagem contemporânea	Neste artigo, propõe-se a discussão que permeia a crise na educação atual e seus impactos ao refletirem diversos aspectos oriundos do capitalismo, bem como a contribuição da comunicação neste contexto. A abordagem lógica burocratizante e racional adotada pelas escolas na pós-modernidade, que segue a ordem empresarial de produtividade e hierarquização, resulta na sobreposição do individualismo e do tecnicismo ao coletivismo e à subjetividade. Associada a ela destacaremos, por um lado, o impacto dos meios de comunicação e sua visão como mero confiscador do tempo da reflexão dos seres humanos, com o domínio da imagem e do imediatismo, e de outro, o contraponto das experiências pedagógicas que utilizam estes meios para desenvolver metodologias de ensino dialógicas e críticas. Essas questões são salientadas por autores contemporâneos que, dentro de uma perspectiva ideológica, destacam os desafios do ensino e a importância dos meios de comunicação quando usados não como mero instrumento de transmissão de informação ou como simples forma de dominação, mas percebidos por outra corrente de pensamento como possíveis da criação de conteúdo socioeducativo, de práticas cidadãs e multiculturais.
MARIANA FERREIRA REIS (UFRPE); MARIA SALETT TAUKE SANTOS (UFRPE)	Comunicação para o desenvolvimento: experiências de participação comunitária nas políticas públicas de cultura de Pernambuco	O artigo se propõe a discutir comunicação para o desenvolvimento a partir da perspectiva da participação comunitária nas políticas públicas de cultura. Em primeiro lugar, faz-se uma revisão teórica sobre comunicação participativa (Freire, Peruzzo, Santos, Tauke Santos) e sobre as principais abordagens dos conceitos de cultura e desenvolvimento (Reis, Yúdice) e políticas públicas culturais na América Latina (Canclini, Martín-Barbero). Em seguida, trabalha-se a questão das políticas culturais no Brasil (Rubim, Barbalho) e em Pernambuco para, especificamente, abordar as experiências de participação comunitária que apontam aproximações entre comunicação e desenvolvimento.
NATALY DE QUEIROZ LIMA (UFRPE); MARIA SALETT TAUKE SANTOS (UFRPE)	Apropriações de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas pelos jovens do Cariri cearense	Este artigo busca analisar as apropriações das propostas da Rede de Crianças e Adolescentes Comunicadores de Língua Portuguesa pelos jovens de Nova Olinda, no Sertão do Cariri cearense. Especificamente, o que se quer compreender é como os jovens de contexto popular, que vivem em situação de pobreza, submetidos à condição contingente de acesso a bens materiais e à participação social em esferas rurais, se apropriam de uma proposta que defende o desenvolvimento local via estratégias de comunicação acordadas em uma rede social globalizada. Como referencial teórico-metodológico, esta pesquisa combina as teorias da escola latino-americana dos estudos culturais e dos estudos das redes sociais na sociedade da informação, desenvolvimento local e juventude rural. Todas as observações e informações necessárias para esta pesquisa foram realizadas por meio da combinação de técnicas de coleta de dados: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevista pessoal com uso do gravador, roteiro de entrevista semiestruturada e observação de cunho etnográfico. Nesta perspectiva, a pesquisa demonstra que os jovens rurais estão inseridos nas dinâmicas globais das redes sociais. Estas, por sua vez, reconfiguram as interações sociais e as paisagens dos estudos sobre ruralidades e juventude. A pesquisa demonstra que as mediações tecnológicas nos contextos populares são importantes, mas ainda insuficientes para o estabelecimento e continuidade de ações de articulação internacional em prol do desenvolvimento local.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
TALES AUGUSTO QUEIROZ TOMAZ (UNASP)	Perspectivas estratégicas do campo da comunicação: o valor no capitalismo contemporâneo como chave para compreender a glocalização da existência	O artigo versa sobre a comunicação como campo estratégico do capitalismo contemporâneo. Neste contexto, aborda a contribuição de duas perspectivas para pensar e politizar a comunicação: uma relacionada às lutas discursivas que se dão nas e pelas produções midiáticas, conforme analisadas por Douglas Kellner, Jesús Martín-Barbero e Stuart Hall; e a outra relacionada à instauração do tempo real e da condição glocalizada da existência com o advento da comunicação midiática, como sugerido por Eugênio Trivinho. É na legitimação desta última como perspectiva válida para o pensar estratégico da comunicação midiática que se centra a maior parte do texto. Com este objetivo, retoma as teorias sobre o capitalismo imaterial, de acordo com David Harvey e Fredric Jameson, e, especialmente, sobre o estatuto do valor neste estágio do capital, conforme apresentado por Jean Baudrillard, que fornecem elementos para a inserção da glocalização da existência como conceito crucial na reflexão sobre os <i>media</i> .

ÁREA 10: DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
AUGUSTO BERTON VEDAN (UFPR); FLÁVIO OLIVEIRA GONÇALVES (UFPR)	Redistribuição de renda e democracia: mudanças no perfil político brasileiro	Este artigo visa demonstrar como as mudanças distributivas do Brasil direcionam a um novo equilíbrio de escolha política pelos agentes. Para tanto, utilizou-se índice criado a partir de resultados de eleições anteriores no período de 1998 a 2010, o qual mensura o grau de deslocamento da escolha política frente a medidas redistributivas. Os resultados sugerem que, com a melhor distribuição da renda no Brasil durante o período, houve um deslocamento da tendência política para a esquerda. Esse deslocamento acompanha positivamente o montante de transferências de renda de carga tributária nacional, assim como o crescimento agregado. Por fim, este processo redistributivo ainda não apresenta sinais de exaustão.
CARLOS EDUARDO S. PINHO (UERJ)	A governança de esquerda na América Latina e a retomada do desenvolvimento diante da aquiescência às instituições da democracia liberal e parlamentar: o caso singular do Brasil	Este trabalho busca analisar a especificidade dos governos de esquerda da América Latina, em particular a do caso brasileiro, no cenário pós-reformas orientadas para o mercado. Para tanto, dar-se-á início a uma discussão teórico-analítica sobre a gênese da socialdemocracia, que sintetiza o modo pelo qual os partidos de esquerda romperam com o ímpeto revolucionário para galvanizar o poder via aquiescência às instituições representativas da democracia liberal tendo como aspiração a consecução de reformas sociais. Ademais, destacam-se os desafios enfrentados pela socialdemocracia face à fluidez e volatilidade dos circuitos globalizados do capital. Em segundo lugar, mencionam-se as distintas tendências, o “pragmatismo” e a defesa de um novo modelo de desenvolvimento que tem como cerne a dimensão social. Por fim, especula-se, a partir de dados empíricos sobre o Brasil recente, a existência de um corporativismo socialdemocrata capitaneado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se da emergência de um partido de base operária que contesta os “quadros de referência” das elites estatais e burocráticas pregressas e que formata uma estratégia nacional intitulada Novo-Desenvolvimentismo, a despeito das restrições domésticas impostas pela globalização.
FABRÍCIA CORREA GUIMARAES (UFF)	A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas: uma política voltada para o desenvolvimento econômico e social	O artigo tem por objetivo analisar a formulação da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, aprovada em 2006, cujo objetivo é a definição do tratamento diferenciado para micro e pequena empresa (MPE) e promover avanços relevantes, especialmente no aspecto tributário. A construção desta política ocorreu a partir de um contexto político favorável, o apoio de uma entidade – o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – capacitada técnica e politicamente para articular avanços para o setor e o aprendizado obtido com as experiências anteriores, especialmente com o Simples Federal.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
HEMERSON LUIZ PASE (UNIPel)	Desenvolvimento e cultura política	O objetivo do texto é discutir a relação entre o desenvolvimento, as políticas públicas e a cultura política no Brasil. A hipótese central afirma que a ocupação territorial, econômica e a constituição da sociedade e do sistema político brasileiros produzem uma cultura política de subserviência que desestimula a cidadania. A metodologia articula uma análise do desenvolvimento do Rio Grande do Sul a algumas informações sobre o Brasil e a América Latina oferecidas pelo Latinobarômetro. A análise das informações revela a existência de uma cultura política em que a desconfiança do cidadão em relação aos institutos da democracia estimula a passividade e o clientelismo materializado pela esperança de benesses em vez de direitos. Isto impulsiona um desenvolvimento elitista, concentrado e excludente.
JACKSON DE TONI (ABDI)	Estado e empresários na política industrial brasileira recente: processos de cooperação e mudança institucional	A trajetória recente da formulação da política industrial brasileira sinaliza mudanças institucionais importantes relacionadas tanto ao comportamento dos empreendedores políticos, empresários e governo, como também avanços importantes nos mecanismos de coordenação e cooperação. O artigo objetiva demonstrar que o entendimento deste processo, em especial nos governos dos presidentes FHC e Lula, depende de uma combinação de abordagens teóricas complementares. Para viabilizar esta estratégia, o artigo aprofunda as possibilidades de complementação teórica entre duas correntes institucionalistas (o institucionalismo histórico e racional), as contribuições da escola das “variedades do capitalismo”, o conceito de “autonomia inserida” de Evans e o papel do Estado no processo de desenvolvimento, conforme abordagem de Chang. O artigo conclui pela assertividade desta abordagem ao identificar em fatores diversos – como a existência de uma convergência de ideias, a atuação de empreendedores políticos, eventos críticos na conjuntura e ressignificações institucionais – as causas básicas do processo de cooperação recente e mudança institucional.
JAIME JORDAN CONSTANTINI (UFPR); MAURICIO VAZ LOBO BITTENCOURT (UFPR)	Autoritarismo instrumental e desempenho econômico em Roberto Campos: teoria e testes econométricos	O propósito deste trabalho é testar a hipótese de Roberto Campos de que: <i>i</i>) o desenvolvimento gera mobilização social; <i>ii</i>) a mobilização social cria instabilidade política; <i>iii</i>) a instabilidade política se traduz em luta pelo poder; <i>iv</i>) os conflitos de poder são negativos, porque geram uma menor taxa de crescimento do produto; e <i>v</i>) certo grau de autoritarismo é necessário nas fases finais de modernização. A primeira fase do trabalho foi entender desde o ponto de vista da teoria econômica os conflitos pelo poder. Com a utilização da teoria de jogos, modelou-se uma sociedade em que pobres e ricos envolvidos são em um conflito de poder. Os ricos defendem uma sociedade oligárquica. Os pobres disputam o poder para transformá-la em uma sociedade democrática, gerando uma distribuição de renda favorável a seus interesses. Os prognósticos teóricos relatam que, quando a economia recebe choques negativos (queda dos preços de exportação, depressões etc.) esta sociedade tem a possibilidade de se transformar em uma sociedade democrática ou alternativamente a oligarquia concorre pelo poder, aplicando políticas populistas. Esta sociedade entra em ciclos políticos que transformam suas instituições. Posteriormente, com um modelo empírico de séries temporais, analisaram-se os diferentes ciclos políticos e econômicos do Brasil para testar as hipóteses de R. Campos.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
LIGIA MORI MADEIRA (UFRGS)	Defensoria pública e defensores no Brasil: um estudo sobre o acesso à justiça em contexto de judicialização da política	<p>A pesquisa tem como objeto a defensoria pública e os defensores públicos no Brasil, a partir de uma investigação, sua atuação e efetividade. O referencial teórico trata de acesso à justiça, judicialização da política e políticas públicas. O tema do acesso à justiça é recorrente no debate sobre a efetividade dos sistemas de justiça, estando vinculado, na Europa, à discussão sobre a expansão dos serviços do <i>welfare state</i>, enquanto, no Brasil, o tema desperta o interesse pela via da alternatividade da justiça e do pluralismo jurídico (Santos, 1988). A formação das defensorias públicas no Brasil pode ser um indicativo da ampliação do acesso à justiça formal em um país de cidadania inconclusa (Carvalho, 2008). Busca-se compreender a atuação institucional da defensoria a partir dos estudos sobre judicialização da política (Vianna, 1999), tratando dos vetores da produção de políticas públicas pelo Poder Judiciário e demais órgãos jurisdicionais, construindo espaços deliberativos e a expansão do procedimentalismo judiciário em diversas esferas da vida política (Tate e Vallinder, 1995). Entender-se a expansão do acesso à justiça e a formação das defensorias públicas como parte deste processo em que os tribunais aparecem como atores políticos centrais (Santos, 2001), limitando e regulando o poder das instituições estatais e funcionando como “espaços públicos em que as políticas públicas são feitas e nos quais os juízes tem estado cada vez mais dispostos a regular a atuação da atividade política” (Motta, 2007). Conclui-se que as defensorias públicas são atores centrais no processo de democratização e asseguramento de direitos no Brasil, especialmente pela prestação de assessoria jurídica aos setores mais baixos da população.</p>
MARCOS DA SILVA FERNANDES (UFT); EDER LUCINDA PEREIRA (UFT)	Avaliação das capacidades institucionais dos municípios tocanтинenses pertencentes aos territórios da cidadania do Jalapão	<p>O presente trabalho tem por objetivo avaliar, no contexto da política nacional de desenvolvimento regional e do Programa Territórios da Cidadania, as capacidades institucionais dos municípios de Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e São Félix, todos pertencentes ao Território da Cidadania Jalapão. Para tanto, a pesquisa foi realizada tendo por base a metodologia sugerida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contida no Sistema de Gestão Estratégica (SGE), com a coleta de dados primários nos referidos municípios. Entre os resultados obtidos, destaca-se que o município de Mateiros, com exceção do indicador Mecanismos de Solução de Conflitos, apresentou índices relativamente elevados para todas as áreas do desenvolvimento institucional. O baixo índice apurado no indicador Mecanismos de Solução de Conflitos revela que os conflitos existentes são resolvidos por agentes externos ou por autoridades municipais. Essa característica mostrou-se comum a todos os municípios. Acredita-se que o nível elevado dos demais indicadores possa ser explicado pela proximidade constatada entre o poder público municipal e os produtores rurais, sendo as ações municipais realizadas de forma conjunta. De modo oposto ao município de Mateiros, os municípios de Novo Acordo e Ponte Alta revelaram grandes fragilidades em suas capacidades institucionais. Em Novo Acordo, não se verificou parcerias entre o poder público municipal e as organizações de produtores, sendo que as iniciativas comunitárias também são extremamente acanhadas. Em Ponte Alta, constatou-se o pior indicador de capacidades organizacionais, com as iniciativas comunitárias ficando em patamar “muito baixo”. Observou-se, neste município, falta de orientação dos investimentos públicos e de incentivo à produção agrícola familiar, sendo o único que ainda não aderiu ao Programa Compra Direta. Por sua vez, o município de São Félix apresentou um indicador “alto” para capacidades organizacionais, decorrente do apoio municipal aos produtores rurais, vindo tanto do poder público municipal – por meio de estímulos ao desenvolvimento orientados por cadeias produtivas e pela implantação do Programa Compra Direta – como de ações realizadas por organizações sociais de apoio às áreas rurais. Porém, o município, como todos os outros, apresentou uma carência na sua estrutura institucional, principalmente no que se refere aos seus instrumentos de gestão municipal. Já a gestão do colegiado territorial foi bem avaliada nos quatro municípios, sendo, no conjunto, o indicador mais elevado, pois atingiu o nível “alto” (0,6). Tais resultados indicam que, em geral, os municípios apresentam potencial para o desempenho adequado das funções do colegiado, tais como promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais, contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações, divulgar ações públicas no âmbito do território e identificar as demandas locais, desenvolver o plano territorial de ações integradas e, sobretudo, exercer um controle social efetivo do programa. Entretanto, foram encontrados alguns pontos da gestão do colegiado que ainda devem ser melhorados, como a ausência de pessoas que representem organizações não governamentais (ONGs) e universidades nas reuniões. Por fim, espera-se que o presente estudo contribua para reflexões sobre a política de desenvolvimento territorial no estado do Tocantins, bem como que sirva de orientação e estímulo para pesquisas futuras.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (USP)	O nó tributário: por que não se aprova uma reforma tributária no Brasil	Este trabalho é uma versão resumida da dissertação de mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) em fevereiro de 2011. Seu objetivo é analisar as razões do recorrente fracasso das reformas tributárias no Brasil. Analisaram-se três tentativas de reforma: as de 1995, 2003 e 2008. A pesquisa mostrou que as explicações correntes na literatura política (ingovernabilidade, poder dos governadores, desinteresse do Executivo) são insuficientes para explicar o insucesso das reformas. Assim, o trabalho introduz uma nova hipótese: a estratégia política equivocada. A ampla insatisfação com os tributos no Brasil induz o governo a propor reformas amplas, que alteram muitos aspectos da intrincada estrutura tributária. Isto acaba gerando conflitos multidimensionais, ou seja, o aparecimento de muitas clivagens políticas simultâneas. O método utilizado foi uma análise política simples sobre os ganhadores e perdedores da reforma. A mesma análise foi feita com a reforma do Judiciário e a reforma administrativa, como comparação. O resultado mostrou que a reforma tributária impõe custos concentrados a um maior número de atores, dificultando a formação de uma coalizão de vitória mínima.
PABLO URANO DE CARVALHO CASTELAR (UFC-Sobral, CE)	A geografia do voto no Brasil nas eleições municipais de 2008: uma análise com efeito <i>threshold</i>	Este trabalho investiga os determinantes do sucesso eleitoral nas eleições municipais de 2008 no Brasil, tendo como base o modelo teórico de competição eleitoral de Persson e Tabellini (2000). As variáveis explicativas no modelo são gastos em campanha eleitoral, reeleição e população do município. Para capturar uma dinâmica não linear nos determinantes do sucesso eleitoral, utilizou-se como variável <i>threshold</i> a renda <i>per capita</i> dos municípios. Os resultados mostram uma relação positiva entre gastos com campanha e sucesso eleitoral e a magnitude deste impacto é maior para os municípios com renda <i>per capita</i> abaixo do efeito limiar, que é de R\$3.371,00. Verifica-se também que a variável reeleição possui uma relação positiva com o sucesso eleitoral, porém a magnitude deste impacto é maior para os municípios com renda <i>per capita</i> acima do efeito limiar. Por fim, a variável população apresenta impacto negativo sobre a probabilidade de sucesso eleitoral, principalmente para aqueles municípios com renda <i>per capita</i> abaixo do efeito limiar.
PRISCILLA RIBEIRO DOS SANTOS (UFRGS)	Democratização da gestão pública e representação da sociedade civil: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão de assessoramento da Presidência da República para a formulação de políticas e diretrizes específicas para a promoção do desenvolvimento econômico e social no Brasil. Neste artigo, visa-se compreender seu funcionamento e sua composição, problematizando em que medida este novo fórum de aconselhamento ao Poder Executivo se propõe a democratizar a gestão pública, a partir do diálogo com setores sociais representativos sobre o desenvolvimento nacional. Para tanto, discute-se a literatura sobre pactos e concertações sociais a partir do marco referencial das experiências dos Conselhos Econômicos e Sociais europeus. Com base na análise documental, visa-se compreender seu processo de institucionalização, no período de 2003 a 2010, destacando-se a caracterização de seu funcionamento, o mapeamento de sua composição e suas singularidades frente às experiências europeias.
ROBERTO GOULART MENEZES (UnB); CLAUDIO RIBEIRO (PUC-SP)	A cooperação Sul-Sul revisitada: a política externa do governo Lula da Silva e o desenvolvimento africano	A estratégia de cooperação Sul-Sul conformou um dos eixos da política externa do governo Lula da Silva (2003-2010). Em um cenário marcado pela reconfiguração das relações internacionais, o Brasil apostou na formação de coalizões, na busca de novos mercados e no fortalecimento de suas relações políticas e econômicas com o desenvolvimento ou reforço de novas parcerias estratégicas. O objetivo geral deste trabalho é o de discutir o sentido e o alcance da política de cooperação Sul-Sul para a África na gestão Lula da Silva, as dimensões estratégicas implicadas, seu formato e o discurso difundido pelas instituições que lideram essa nova frente, como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

(Continua)

ÁREA 11: DESENVOLVIMENTO E SOCIOLOGIA

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
ALEX ALEXANDRE MENGEL (UFRRJ); SÍLVIA LIMA DE AQUINO (UFRRJ)	Integração produtiva na agricultura familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento	A integração produtiva vem sendo estudada há décadas. Contudo, a maior parte dos estudos a respeito dos impactos deste sistema para agricultura brasileira, bem como para os agricultores, concentra-se na década de 1980, momento em que surgem vários questionamentos sobre a relação entre agricultor e indústria. Este trabalho tem o objetivo de estabelecer um olhar a respeito da integração produtiva de forma diferente do debate realizado nos anos 1980. Assim, procura realizar uma discussão acerca das possibilidades de promoção do desenvolvimento a partir deste sistema. Para tanto, fundamenta-se na reflexão a respeito do desenvolvimento construída por Amartya Sen, cuja ideia de expansão das liberdades torna-se central. Posteriormente, relacionou-se este debate com quatro perspectivas, comumente utilizadas para se pensar o desenvolvimento no mundo rural, quais sejam, a perspectiva da multifuncionalidade, do desenvolvimento territorial, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável. E, por fim, a partir deste debate, analisaram-se as possibilidades de promoção do desenvolvimento em regiões que abrigam duas atividades que fazem uso da integração produtiva: a produção de tabaco no Rio Grande do Sul e o cultivo de eucalipto no Espírito Santo.
ANGELITA MATOS SOUZA (UNESP)	Desenvolvimento, expansionismo e integração regional	Este texto pretende abordar o expansionismo de empresas brasileiras pela América Latina; a iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a experiência do gasoduto Brasil-Bolívia.
BRUNO DE ASSIS MONTEIRO (UFRPE)	Sociologia rural e desenvolvimento territorial	Contrariando o prenúncio do avanço homogeneizante do processo de urbanização sobre o campo, que entendia que o urbano e o rural seriam um <i>continuum</i> no qual as atividades econômicas e os modos de vida característicos das cidades apagariam os contornos distintivos destes espaços, a sociologia rural redefine seu objeto segundo a visão de que o rural se recompõe a partir das novas identidades e sociabilidades mobilizadas no cerne das formas contemporâneas de trocas sociais internas e com o urbano. A noção de territorialidade, ao se debruçar sobre a multiplicidade de dimensões constituintes da realidade social em um determinado local e sobre as dinâmicas pelas quais as sociedades se (re)produzem, constitui uma via privilegiada para as reflexões sobre desenvolvimento, pois possui potencial analítico para apreensão dos fatores materiais e simbólicos que atuam na construção das identidades e na ação dos atores sociais.
CARLA BETANIA REIHER (UFS)	Engajamento militante, recrutamento de lideranças e reconversão do capital militante em capital político-partidário: um estudo a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	Este artigo traz alguns resultados preliminares sobre o engajamento militante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), assim como de que forma se dá o processo do engajamento político de alguns membros deste movimento, resultando em uma reconversão deste em um militância político-partidário. O estudo tem como objetivo geral estudar o engajamento militante, buscando compreender os motivos que levam os indivíduos a se engajarem em um movimento social, assim como quais os elementos que contribuem para sua permanência em tal movimento. A pesquisa sobre o militância no MST teve como recorte dois projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no estado de Sergipe. Dentro da proposta de análise, pretende-se contemplar também as relações sociais engendradas nessa forma de organização social, que influenciam diretamente o processo de socialização do militante e privilegiando, assim, um acúmulo de capital político-associativo, que poderá resultar em uma reconversão político-partidária, como demonstram alguns estudos nas ciências sociais sobre estes dois aspectos. Diante dos dados coletados, percebe-se preliminarmente, que as origens sociais estão intimamente relacionadas à disposição para o engajamento militante no MST. Apreendeu-se também que o cotidiano dos militantes selecionados nos dois projetos de assentamentos se organiza entre rotina de vida diária e dedicação ao movimento; que as redes sociais destes militantes exercem um papel importante no processo de engajamento, de permanência no movimento, como também de recrutamentos de suas lideranças.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA (UnC-SC); FLÁVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR (UnC-SC); MARIA LUIZA MILANI (UnC-SC)	As relações culturais implicadas no desenvolvimento do Planalto Norte catarinense	<p>Este texto é uma reflexão acerca das relações culturais implicadas no desenvolvimento regional do Planalto Norte catarinense, ao longo dos últimos 100 anos, o qual faz parte do território onde ocorreu o conflito conhecido como Guerra do Contestado. Na mesma época e lugar, ocorreu o movimento messiânico de grandes proporções; a disputa pela posse de terras aliada à questão dos limites interestaduais; e a competição econômica pela exploração de riquezas naturais abundantes no território. Neste território hoje, há uma escala de desenvolvimento diferenciado dos outros espaços territoriais do estado de Santa Catarina. É o território no qual se concentram os menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-Ms) deste estado. A problematização acerca das relações culturais e do desenvolvimento tem como objetivo subsidiar a indicação dos aspectos considerados determinantes para as atuais relações socioculturais. Para se delinear o processo de colonização e do desenvolvimento deste território se seguiram três aspectos: <i>i</i>) o processo de colonização socioprodutivo e ocupação do solo; <i>ii</i>) perfis étnico-raciais que definem a fisionomia mestiça de sua população; e <i>iii</i>) processo político-cultural que se desenvolve neste recorte territorial. Pelo estudo bibliográfico realizado, pode-se considerar que, neste contexto, convive, no sistema de produção, um modo de produzir arcaico pela exploração primária (madeira e erva-mate) e uso da alta tecnologia. Os produtos atingem o mundo, mas não tira o contexto do Planalto Norte catarinense das estatísticas da pobreza e da desigualdade. Por isso, o desenvolvimento é limitado no território, que não consegue fazer uso de sua riqueza natural para elevar a qualidade de vida de sua população.</p>
DIEGO MENDES LYRA (UFCC); NELSON ROSAS RIBEIRO (UFPB)	O desenvolvimento à luz do trabalho e do tempo livre	<p>O presente artigo analisa o processo de desenvolvimento socioeconômico a partir do trabalho, categoria central para a compreensão da sociedade contemporânea, fundamentada contraditoriamente, na crescente afirmação do trabalho morto que acompanha a negação do trabalho vivo. Negação esta que não implica na perda de sua centralidade dentro do capitalismo, mas, ao contrário, na constatação da sua extrema importância, para a compreensão do processo de desenvolvimento. Neste contexto, observa-se a divisão do tempo dos indivíduos em tempo de trabalho e tempo livre e como o processo capitalista de desenvolvimento cria, simultaneamente, uma camada social sobrecarregada pelo fardo do trabalho e uma camada social ociosa, de tal modo que o progresso tecnológico e o aumento progressivo da produtividade nos mais diversos ramos de produção, longe de proporcionar a ampliação do tempo livre e uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, tem, ao contrário, acelerado o ritmo das tarefas cotidianas, fato que inibe qualquer tipo de desenvolvimento social que não seja estritamente econômico.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM (UNESC); JOELCY JOSÉ SÁ LANZARINI (UNESC); LIARA DARABAS RONÇANI (UNESC); ROSSANDRA OLIVEIRA MACIEL (UNESC)	Desenvolvimento rural através da educação do campo e do cooperativismo não patrimonial: o caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari (COOPERRICA)	<p>Este artigo é referente à experiência de um projeto de pesquisa e extensão que objetivou estimular os agricultores familiares e jovens do campo da região do sul do estado de Santa Catarina a criar uma Cooperativa. As atividades desenvolvidas envolveram agricultores familiares, jovens do campo, extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de Santa Catarina (Epagri), professores da Universidade Estadual de Santa Catarina (Unesc) e da Casa Familiar Rural (CFR) de Armazém (SC). A CFR trabalha com a educação de jovens do campo que, ao se formarem acabam tendo muitas opções para continuar na atividade isoladamente, por isso, se teve a intenção de aliar a formação com o cooperativismo. Das atividades realizadas, resultou a criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari (COOPERRICA), que tem área de abrangência de cinco municípios (Armazém, Gravatal, São Bonifácio, São Martinho e Tubarão). A cooperativa criada diferencia-se do modelo tradicional por ser não patrimonial. Neste sentido, também está sendo denominada de cooperativa virtual, na qual o agricultor familiar, ao se associar, utiliza o nome da cooperativa para comercializar os seus produtos, mas a produção é realizada na propriedade, valendo-se da organização para legalizar o seu estabelecimento e, com isso, se dilui os custos incorridos entre os cooperados. Entre os objetivos da criação da Cooperativa, está a possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) regulamentado com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, que destina 30% da receita da merenda escolar na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades rurais, ao mesmo tempo em que valoriza a comida regional e proporciona aos alunos uma alimentação mais saudável. O objetivo do artigo foi verificar se houve melhoria na renda e nas condições de trabalho dos cooperados. A metodologia utilizada foi o estudo de caso em que foram entrevistados dez dos quarenta e três cooperados da Cooperrica. Os resultados alcançados com o desenvolvimento das atividades possibilitaram maior articulação entre os membros envolvidos, a compreensão dos pressupostos da economia solidária e do cooperativismo virtual e a necessidade de trabalharem em cooperação para permanecerem no campo. Em termos de resultados econômicos, não foi possível verificar grandes mudanças em virtude do pouco tempo de operacionalização da Cooperativa.</p>
DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA (UFRB)	Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural	<p>O objetivo deste artigo é apresentar as categorias teóricas de subdesenvolvimento e capitalismo dependente, tais como foram construídas por Florestan Fernandes. As ideias do autor são debatidas em perspectiva histórica, indicando suas formulações sobre o conceito de desenvolvimento social na década de 1950 e sua visão do papel crítico das ciências sociais no que diz respeito à superação da dependência cultural. Uma breve tentativa de emprego de tais categorias sociológicas, na interpretação de uma situação concreta e atualmente relevante, foi sugerida em relação ao Recôncavo da Bahia.</p>

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
JOILSON DIAS (UEM)	Instituições, crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: as teorias modernas e a de Raymundo Faoro	As teorias que estabelecem o papel fundamental exercido pelas instituições no crescimento e desenvolvimento dos países são apresentadas e comparadas à teoria proposta de instituições vigentes no Brasil por Raymundo Faoro. A tese de “estamento burocrático” do autor é interpretada à luz das teorias reconhecidas e fatos históricos que suportam esta. As teorias das instituições preconizam que a qualidade das instituições está em reconhecer a indissolubilidade entre os poderes <i>de facto</i> e <i>de juri</i> que formam as instituições que comandam a economia, e a distribuição do resultado econômico entre os cidadãos, bem como a necessidade de um sistema de acumulação de capital humano amplo e voltado para o mercado. A estabilidade institucional de longo prazo requer equilíbrio entre estes elementos e é alcançada somente com o aumento na relação pessoas educadas e não educadas no tempo. Assim, a principal conclusão é de que a teoria do “estamento burocrático”, prevalente na história da economia brasileira, gera instabilidade dos poderes institucionais devido à distribuição dos ganhos ser perversa e o controle exercido por esta no acesso à educação. Estes elementos explicam o baixo grau de desenvolvimento econômico histórico do Brasil. Em síntese, a teoria de Raymundo Faoro parece revelar os principais elementos que restringem o crescimento e desenvolvimento econômico histórico do Brasil.
LUDMILA COSTHEK ABÍLIO (UNICAMP)	A “nova classe média” vai ao paraíso?	O período das duas gestões do governo Lula apresentou uma significativa mudança na composição da estratificação por renda da sociedade brasileira. A redução dos índices de pobreza possibilita hoje a referência a uma “nova classe média”, definida pelo engrossamento da chamada “classe C”. Este artigo é uma formulação preliminar de pesquisa que visa juntar-se aos escassos estudos que relativizam esta definição de “nova classe média”, tais como Souza (2010) e Quadros, (2008a e 2008b). Propõe-se a investigação da mobilidade social brasileira e, mais especificamente, da constituição desta “nova classe média” – tal como vem sendo apresentada –, tendo-se como objetivos principais: pesquisar a mudança na estratificação por rendimentos na sua relação com a exploração do trabalho; investigar a consolidação de um discurso dominante sobre o atual desenvolvimento brasileiro tanto no <i>mainstream</i> acadêmico quanto nos discursos oficiais do governo, tendo-se como questão o desaparecimento do trabalho como elemento central na definição e reconhecimento das classes sociais. A discussão busca realizar-se em três frentes: <i>i</i>) revisão bibliográfica sobre a definição teórica de classe média; <i>ii</i>) levantamento das publicações acadêmicas e de governo sobre a chamada “nova classe média” e suas contraposições; e <i>iii</i>) pesquisa empírica com os motoboys na cidade de São Paulo, os quais hoje compõem parte da categoria de trabalhadores “condutores de veículos sobre rodas, responsáveis pela distribuição de mercadorias”, a qual está entre as principais ocupações do estrato definido como “classe C” ou “nova classe média”.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
MARCOS DE CARVALHO DIAS (FATEC – Americana, SP)	Participação e viabilidade de empreendimentos autogestionários no Brasil: um estudo de dois casos da indústria têxtil	Os empreendimentos autogestionários têm representado no Brasil, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, uma alternativa aos trabalhadores que perderam seus postos em decorrência do fechamento de empresas neste período, resultado das novas políticas de comércio exterior adotadas pelo governo federal. Tais empreendimentos, que se organizam sob a forma de sociedades comerciais ou civis autogeridas, vêm trazendo importantes benefícios individuais e coletivos, como geração de emprego e renda. Nestes empreendimentos, em que os trabalhadores são proprietários e respondem legalmente pela sua gestão, a participação coletiva dos trabalhadores associados representa um elemento constante nas características e procedimentos do modo de organização da produção. Por isso, este trabalho objetivou discutir a relação entre esta participação e a viabilidade deste tipo de empreendimento, por meio da abordagem teórica sobre os temas estudados (participação e autogestão) e estudo de dois casos de empreendimentos surgidos de empresas têxteis falidas, sendo observado que tais empreendimentos apresentam resultados distintos em termos de desempenho da produção e das receitas, apesar de atuarem no mesmo mercado e estarem sujeitos às mesmas condições de concorrência. Foram percebidas, nas entrevistas com os trabalhadores associados dos empreendimentos, diferenças em ambos em relação à participação e cooperação destes, que são percebidos de forma efetiva em um deles, e de forma precária em outro. Por isso, concluiu-se que a participação efetiva dos trabalhadores associados representa um elemento essencial na viabilidade dos empreendimentos no longo prazo.
MILTON CRUZ (UFRGS)	Práticas de governo que promovem o aprendizado social, os consensos, e o desenvolvimento do bem estar coletivo na cidade	Este artigo faz uma reflexão sobre as práticas dos governos municipais de Porto Alegre, uma cidade com população de mais 1,3 milhão de habitantes, no período que vai da década de 1970 ao final dos anos 1990, quando da formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao planejamento e à organização da cidade. Esta reflexão tem como referenciais a literatura do campo de estudos das políticas públicas, que aborda o desenvolvimento como resultado da interação entre instituições e atores sociais, os estudos que tratam da participação social na elaboração de políticas públicas, e os instrumentos inovadores de planejamento previstos na legislação pós Constituição Federal de 1988. A análise dos processos de planejamento praticados nas administrações municipais busca superar os limites dos estudos que tradicionalmente levam em consideração apenas a legislação vigente, o “desenho” e as competências formais das instituições, e excluem o estudo da prática dos formuladores e dos operadores da política pública nos contextos em que ocorrem as interações entre os representantes do Estado, da sociedade civil e do mercado. O estudo apresenta os limites da participação “voluntarista” e dos conselhos municipais atrelados ao Estado organizado para o controle da sociedade civil, mas também aponta para a possibilidade da constituição de redes sociais capazes de criar instituições organizadas para o aprendizado social, o desenvolvimento da cidadania e a construção do bem-estar coletivo nas cidades brasileiras.
MONICA CAVALCANTI LEPRI (Incra-RJ)	Projetos de assentamento ambientalmente diferenciados: a reforma agrária eco-socialista do séc. XXI?	O artigo problematiza, de uma ótica sócio-histórica, a questão agrária e os rumos da reforma agrária implementada nos últimos dez anos, que privilegiou no quesito “área reformada”, a criação de assentamentos rurais ambientalmente e fundiariamente diferenciados em terras públicas na Região Amazônica pelo Incra e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Os recentes assassinatos de líderes ambientalistas assentados na região atestam que essa estratégia não deve ser lida apenas como mero “oportunistismo estatístico” do governo federal, pois isso significa ignorar os sujeitos históricos que deram sua vida para defender os modos de vida do campesinato tradicional da Amazônia.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
OSWALDO GONÇALVES JUNIOR (UNESP); ANA CRISTINA BRAGA MARTE (FGV)	Desenvolvimento e construção de mercados: o caso da caprinovinocultura no Nordeste	O artigo foca o processo de construção social de mercados da caprinovinocultura no semiárido nordestino enquanto um novo arranjo com significativo potencial de combate à pobreza. Procura demonstrar como este processo é induzido por uma rede de entusiastas da caprinovinocultura, formada por agentes-chave ligados a um conjunto de organizações. Além deles, o governo federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com alguns estados do semiárido, desenvolve Programas do Leite, política pública que visa garantir mercados para os produtos da agricultura familiar. No nível local, associações de criadores e gestões municipais específicas complementam um capilarizado movimento, que tem garantido – apesar de diversos entraves – o avanço dessas experiências, aliando tradição e vocação regional com inovação e inclusão social produtiva de parcelas pobres da população. Sob uma perspectiva de entrelaçamento entre vida econômica e vida social, procura-se analisar este movimento de inserção social via produção e consumo de enormes proporções.
TALES LOBOSCO (UFMT)	A favela como reação à descontextualização da modernidade: práticas cotidianas e adaptação tática	O trabalho busca refletir sobre as questões que envolvem a produção do espaço, informal e segregado, das favelas das cidades brasileiras. Organizado através de uma visão focada nos moradores da favela, o trabalho analisa sua ação como um agente com poder de alterar e redefinir seu posicionamento na organização socioterritorial da cidade, desenvolvendo uma estrutura social pautada por regras mais flexíveis e mais adaptadas às condições de precariedade e informalidade socioeconômica.
VIRZÂNGELA PAULA SANDY MENDES (UECE)	A implantação de perímetros públicos de irrigação como estratégia de desenvolvimento para o Nordeste e o desafio de inclusão da juventude: o caso do Perímetro Curu-Paraipaba, no Ceará	Este estudo apresenta uma reflexão sobre os processos de sucessão, envelhecimento e as mudanças que vêm se processando ao longo dos trinta e cinco anos de existência do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, implantado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Enfatizam-se, como elemento primordial de análise, as alterações que se verificam nos padrões sucessórios, visualizado pelo desinteresse dos filhos dos irrigantes em suceder os pais no trabalho nos lotes agrícolas. Nessa discussão, se articulam três categorias analíticas – juventude, agricultura familiar e espaço rural – e autores como Castro, Carneiro, Bourdieu, Stropasolas, Abramovay, Weisheimer e Wanderley elucidaram a compreensão do objeto. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, combinando as técnicas de questionários, grupos focais, entrevistas e observações diretas. Os resultados apontam o envelhecimento gradual e irrevogável dos “colonos”, pois 30,0% têm idade entre 56 e 65 anos e 38,4% estão entre 66 e 85 anos. Por outro lado, o público jovem é significativo – quase 20% estão na faixa de 15 a 25 anos. Neste contexto, a (des)profissionalização dos jovens na atividade agrícola e o seu distanciamento do cotidiano do perímetro vêm colocando em risco a reprodutibilidade das famílias na agricultura irrigada, comprometendo, inclusive, o processo emancipatório do referido projeto.
WILSON EMANUEL FERNANDES DOS SANTOS (USP)	Os programas de participação nos lucros ou resultados (PLR) no setor bancário brasileiro de 1994 a 2010: da implantação ao modelo atual	A presente pesquisa tem como objetivo principal discutir a intensificação da utilização da participação nos lucros ou resultados (PLR), sob a ótica da flexibilização das relações entre capital e trabalho no contexto da “acumulação flexível” no setor bancário no Brasil. Procurou-se compreender o processo de regulamentação da PLR e posterior generalização de sua utilização, analisando as motivações que levaram à sua instituição, as dinâmicas sociais e políticas ao tempo dessa regulamentação e evidenciando os pontos de vista dos atores sociais do trabalho e do capital envolvidos neste processo. Os procedimentos da pesquisa compreenderam uma investigação documental com o objetivo de revisitar o processo histórico de regulamentação da PLR em 1994 e um levantamento descritivo e comparativo dos modelos de PLR aplicados no setor bancário desde sua implementação até o ano de 2010. Verificou-se que, por um lado, a PLR é hoje utilizada pelas forças representativas do capital como um dos instrumentos de aumento da produção e, por outro lado, a PLR é considerada uma conquista por parte do movimento sindical, tornando-se um meio de aumento de renda dos trabalhadores.

(Continua)

(Continuação)

Autores(as)	Título do artigo	Resumo
WINIFRED KNOX ALINE TRIGUEIRO (UFES)	Quando o desenvolvimento <i>outsider</i> atropela o envolvimento dos <i>insiders</i> : um estudo do campo de desenvolvimento no litoral do ES	O trabalho propõe analisar como o desenvolvimento no Espírito Santo, a partir das últimas décadas, se tornou um campo idealizado repleto de retóricas que visam fortalecer o estabelecimento efetivo de políticas para implantação de grandes empresas e geração de <i>commodities</i> para exportação – um desenvolvimento externo às populações residentes nos locais de instalação e implantação desta rede do campo de desenvolvimento. Procura discutir, ainda, a partir de uma perspectiva crítica, o modelo de desenvolvimento implantado até então, centrado na industrialização e na instalação de grandes projetos: o petroquímico, o siderúrgico e o portuário, localizados em sua grande parte na faixa costeira do estado.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Olavo Mesquita de Carvalho

Marco Aurélio Dias Pires

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Projeto Gráfico

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em ZapfHumnst BT 8/9,6 (texto)
ZapfHumnst BT Bold (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em Offset 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

